

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

DIANA RAMÍREZ DUARTE

**A UTOPIA DA EMANCIPAÇÃO HUMANA NA COLÔMBIA: os sindicatos e os partidos de
esquerda no período 2002-2010**

São Luís - MA
2014

DIANA RAMÍREZ DUARTE

A UTOPIA DA EMANCIPAÇÃO HUMANA NA COLÔMBIA: os sindicatos e os partidos de esquerda no período 2002-2010

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, da Universidade Federal do Maranhão, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Flávio Bezerra de Farias

Co-orientadora: Prof.^a Dr.^a Josefa Batista Lopes

Co-orientadora: Prof.^a Dr.^a Aura González Serna

São Luís – MA
2014

Duarte, Diana Ramírez

A utopia da emancipação humana na Colômbia: os sindicatos e os partidos de esquerda no período 2002-2010/Diana Ramírez Duarte.–São Luís, 2014.

163 f.

Orientador: Prof. Dr. Flávio Bezerra de Farias.

Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) –
Universidade Federal do Maranhão, 2014.

1. Partidos 2. Sindicatos 3. Emancipação humana 4.
Lutas de resistência 5. Colômbia 6. América Latina

I Título.

CDU 329.055.4 (862)

DIANA RAMÍREZ DUARTE

A UTOPIA DA EMANCIPAÇÃO HUMANA NA COLÔMBIA: os sindicatos e os partidos de esquerda no período 2002-2010

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, da Universidade Federal do Maranhão, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas.

Aprovada em: ___/___/___.

BANCA EXAMINADORA

Prof. ^a Dr.^a Josefa Batista Lopes (co-orientadora)
Programa de pós-graduação em Políticas Públicas - UFMA

Prof. ^a Dr.^a Joana Aparecida Coutinho
Programa de pós-graduação em Políticas Públicas - UFMA

Prof. ^a Dr.^a Claudia Alves Durans
Departamento de Serviço Social – DESES/UFMA

Ao Coletivo de Serviço Social Crítico-Medellín por valorizar minha preparação acadêmica e construir uma amizade sob as bases da luta pela emancipação humana.

AGRADECIMENTOS

A ESSA GRANDE REDE DE SOLIDARIEDADE QUE NÃO DEIXOU QUE EU ME VENCESSE:

A Flávio Farias por permitir, como orientador principal, a construção do meu trabalho de forma autônoma.

A Josefa Batista Lopes por assumir a orientação na reta final, por motivo de viagem de meu orientador principal.

A Joana Coutinho por seu acompanhamento.

A meu pai por fazer parte da normalização do trabalho.

A Bia, Klyls e Franklin por dedicar seu tempo para as correções do português.

Às minhas amigas do mestrado: Josiane pelos almoços e a cumplicidade; Luana pela companhia e os desabafos.

Às pessoas que me receberam em São Luís e me permitiram conhecer a cidade para não sentir tanta saudade de casa: Pati, Thamara e Lou.

A Dayana e Rayana por me escutar em momentos de crises.

A Klyls porque fez com que eu reafirmasse meu sonho de uma sociedade onde possamos nos amar livremente, sem vergonhas nem medos.

A meus amigos colombianos por sua doçura e constância: Yenn, Rafa, Moni, Yura, Betsy, Juli, Daniel. E às minhas tias pela força na distância: Amanda e Marisa.

A Vanda, Bia e Edi por abrir as portas das suas casas e me fazer parte da sua família e da sua vida cotidiana.

A Aura González, minha mestra e minha guia, que tem demonstrado sua lealdade e seu amor com sua presença. Sempre meu fio-terra.

A Bia e a Talita por serem minhas grandes confidentes nestas lindas terras, por escutar minhas tristezas e alegrias, por dar-me forças quando acreditei que não ia conseguir dar mais um passo, por acreditar em mim, por dizer as verdades e não esconder os problemas, por me ajudar a ser uma melhor pessoa e por me fazer sentir que tenho um lar no Brasil. Sem elas eu não teria conseguido.

Por último, a meu pai, por acompanhar-me em minhas angústias e dúvidas e por acreditar em mim. Na distância a sua companhia foi a mais próxima. E a minha mãe, por sua forma surpreendente de estar por perto e me lembrar de que a vida sempre tem diferentes saídas. A sua alegria é meu motor.

“- Señoras y señores –dijo el capitán con una voz baja, lenta, un poco cansada-, tienen cinco minutos para retirarse. La rechifla y los gritos redoblados ahogaron el toque de clarín que anunció el principio del plazo. Nadie se movió.

- Han pasado cinco minutos –dijo el capitán en el mismo tono-. Un minuto más y se hará fuego.

José Arcadio Segundo, sudando hielo, se bajó al niño de los hombros y se lo entregó a la mujer. ‘Estos cabrones son capaces de disparar’, murmuró ella. José Arcadio Segundo no tuvo tiempo de hablar, porque al instante reconoció la voz ronca del coronel Gavilán haciéndoles eco con un grito a las palabras de la mujer. Embriagado por la tensión, por la maravillosa profundidad del silencio y, además, convencido de que nada haría mover a aquella muchedumbre pasmada por la fascinación de la muerte, José Arcadio Segundo se empinó por encima de las cabezas que tenía enfrente, y por primera vez en su vida levantó la voz.

- ¡Cabrones! –gritó-. Les regalamos el minuto que falta.

Al final de su grito ocurrió algo que no le produjo espanto, sino una especie de alucinación. El capitán dio la orden de fuego y catorce nidos de ametralladoras le respondieron en el acto.

[...] ‘En Macondo no ha pasado nada, ni está pasando ni pasará nunca. Este es un pueblo feliz’. Así consumaron el exterminio de los jefes sindicales.”

Gabriel García Márquez
(Cien años de soledad)

RESUMO

Reflexão sobre os partidos de esquerda e os sindicatos na Colômbia, em suas condições e possibilidades concretas de contribuir no processo emancipatório nesse país; pensado em sua especificidade no período 2002-2010, sob o governo de Álvaro Uribe Veléz (2002-2010), mas em relação com as lutas de resistência e a eleição de governos de esquerda na América Latina. Sob a orientação do método do materialismo histórico e dialético, fez-se estudo de fontes primárias como: programa do Polo Democrático Alternativo que incorpora as propostas do Partido Comunista Colombiano; estatutos da Confederação Geral de Trabalhadores e da Central Unitária de Trabalhadores; das denúncias e protestos apresentados através da imprensa. Analisou-se a relação dos sujeitos da pesquisa com a insurgência armada e as lutas sociais que ocorreram na Colômbia nesse período. Conclui-se que houve uma unidade das lutas sociais com as centrais operárias e o Polo Democrático Alternativo para criar uma força de oposição concreta frente ao governo; que, ademais, na perspectiva da emancipação, aponta para a necessidade de superar a polarização política e o conflito armado interno, além de contribuir para o fortalecimento da base social mais ampla articulada com os governos de esquerda na América Latina.

Palavras-chave: Partidos políticos. Sindicatos. Emancipação humana. Lutas de resistência. Colômbia. América Latina.

ABSTRACT

Reflection on the left parties and the unions in Colombia and their conditions and concrete possibilities of contributing to the emancipatory process in that country; thought in their specificity in the period 2002-2010, under the government of Álvaro Uribe Veléz (2002 -2010), but in reference with the resistance struggles and the left governments' election in Latin America. Under the guidance of the historical and dialectical materialism method, it was made the study of primary sources such as: the program of the “Polo Democrático Alternativo” that incorporates the proposals of the Colombian Communist Party; statutes of the General Confederation of Workers and of the Unitary Central of Workers; accusations and protests presented through the press. It is analyzed the relation of the subject with the armed insurgency and the social struggles that took place in Colombia during this period. It is concluded that there was an unity of the social struggles with the worker’s unions and the “Polo Democrático Alternativo” to create a force of a concrete opposition against the government; that, moreover, in the perspective of the emancipation, it points for the need of overcoming the political polarization and the internal armed conflict, besides of contributing to strengthen the unity of the broader social base articulated with left-wing governments in Latin America.

Key-words: Parties. Unions. Human emancipation. Resistance struggles. Colombia. Latin America.

LISTA DE SIGLAS

ACVC	Asociación Campesina del Valle del río Cimitarra
AD	Alternativa Democrática
ALBA	Aliança Bolivariana para as Américas
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
ANAPO	Alianza Nacional y Popular
AUC	Autodefensas Unidas de Colombia
CGT	Confederação Geral de Trabalhadores
CGTD	Central Geral de Trabalhadores Democráticos
CINEP	Centro de Pesquisa y Educación Popular
CNT	Central Nacional de Trabalhadores
CNU	Comando Nacional Unitário
CODHES	Consultoría para los Derechos Humanos y el Desplazamiento
CPC	Confederación de pensionados de Colombia
CTA	Cooperativas de Trabalho Associado
CTC	Confederação de Trabalhadores da Colômbia
CUT	Central Unitária de Trabalhadores
DAS	Departamento Administrativo de Segurança
ELN	Ejército de Liberación Nacional
ENS	Escuela Nacional Sindical
FARC-EP	Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia – Ejército del Pueblo
FECODE	Federação Colombiana de Educadores

FMI	Fundo Monetário Internacional
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MOIR	Movimiento Obrero Independiente Revolucionario
MP	Marcha Patriótica
OMC	Organização Internacional do Comércio
PCC	Partido Comunista Colombiano
PDA	Polo Democrático Alternativo
PDI	Polo Democrático Independiente
PIB	Produto Interno Bruto
PL	Partido Liberal
PSR	Partido Socialista Revolucionário
RECALCA	Red Colombiana de Acción Frente al Libre Comercio
TLC	Tratado de Livre Comércio
UNASUL	União de Nações Sul-americanas
UNEB	Unión Nacional de Empleados Bancarios
UP	Unión Patriótica
USO	Unión Sindical Obrera

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
CAPÍTULO 1 OS PARTIDOS E OS SINDICATOS NA LUTA PELA EMANCIPAÇÃO HUMANA.....	31
1.1 O partido e o sindicato como instrumentos de luta das classes exploradas, dominadas e humilhadas.....	32
1.2 A formação da consciência emancipatória e do sujeito emancipatório a partir de sindicatos e partidos	33
1.3 A relação partido-sindicato.....	43
CAPÍTULO 2 AS RECENTES LUTAS DE RESISTÊNCIA E OS GOVERNOS DE ESQUERDA NA AMÉRICA LATINA	49
2.1 As lutas de resistência na América Latina no período de 2002-2010.....	50
2.2 Os governos de esquerda: reforma ou revolução?.....	52
2.3 Entre alianças e confrontações: a Colômbia e a América Latina.....	55
CAPÍTULO 3 OS PARTIDOS DE ESQUERDA E OS SINDICATOS NA COLÔMBIA NO PERÍODO 2002-2010	61
3.1 Governo de Álvaro Uribe Vélez: neoliberalismo, conflito armado e imperialismo.....	61
3.1.1 <i>Políticas de continuidade</i>	64
3.1.2 <i>A polarização política: os amigos e os inimigos da pátria</i>	65
3.1.3 <i>A política de “segurança democrática”: “paramilitarização” do Estado e intervenção imperialista</i>	68
3.2 A influência do governo Uribe, a importância da insurgência e o papel dos partidos de esquerda e dos sindicatos na unidade das forças de esquerda.....	72
3.2.1 <i>A influência do governo Uribe na unidade das forças de esquerda na Colômbia</i>	77

3.2.1.1	<i>A violação legal às liberdades sindicais como motivo de unidade das forças de esquerda</i>	77
3.2.1.2	<i>A reforma política de 2003 como fator impositivo para a unidade das forças de esquerda em um só partido</i>	82
3.2.1.3	<i>A “guerra suja” nas estratégias da burguesia colombiana para obstaculizar a oposição política</i>	84
3.2.2	<i>As FARC-EP e o ELN: a insurgência e a unidade da esquerda colombiana</i>	87
3.2.3	<i>Lutas sociais e de resistência no período 2002-2010: a unidade das lutas e o papel dos partidos de esquerda e dos sindicatos</i>	91
3.2.3.1	<i>O papel dos sindicatos e dos partidos de esquerda nas lutas sociais e de resistência na Colômbia no período 2002-2010</i>	96
3.2.3.2	<i>A relação partido-sindicato: direção das lutas dos trabalhadores e relação fragmentada</i>	99
3.3	O PDA e as centrais operárias colombianas no período 2002-2010: os limites para a construção dos caminhos para a emancipação humana	101
	CONSIDERAÇÕES FINAIS: OS POSSÍVEIS CAMINHOS DA EMANCIPAÇÃO HUMANA NA COLÔMBIA E NA AMÉRICA LATINA	107
	REFERÊNCIAS	115
	APÊNDICES	129
	APÊNDICE A – Denúncias no período 2002-2010 na Colômbia	129
	APÊNDICE B – Protestos no período 2002-2010 na Colômbia	144
	ANEXOS	161
	ANEXO A – Mapa político da Colômbia	161

INTRODUÇÃO

A partir da teoria marxiana e marxista¹, a emancipação humana é compreendida como:

[...] simultaneamente a emancipação do trabalho como mero meio de vida, superação da forma mercadoria e da mediação do capital como condição primeira da sociabilidade humana e, também, da superação do Estado. Nesta emancipação o ser particular transforma-se em ser genérico sem perder sua singularidade; ao contrário, esta emancipação é a condição para recuperar sua singularidade enquanto ser social. (IASI, 2008, p. 116-117).

Nesse sentido, compreende-se que entre as condições objetivas e as condições subjetivas da emancipação humana há uma relação ontológica que não pode ser resumida nem ao determinismo e o economicismo, nem ao relativismo baseado no isolamento do indivíduo.

A análise da formação do sujeito emancipatório e da consciência emancipatória como aspectos fundamentais para a construção dos caminhos para a emancipação humana levou a pensar nos sindicatos e nos partidos como instituições que tradicionalmente têm representado a síntese (no sentido de mediação²) entre as condições objetivas materiais e as condições subjetivas e cotidianas da luta pela emancipação humana.

O reconhecimento da centralidade dessas duas instituições representou um desafio na hora de buscar compreender as novas configurações políticas, econômicas e sociais que se apresentaram na Colômbia e na América Latina no período de 2002-2010, refletidas tanto nas lutas sociais e de resistência levadas a cabo por diversos sujeitos (não necessariamente envolvidos em partidos e sindicatos), quanto nas diferentes tendências ideológicas que se apresentaram nos governos latino-americanos. Da mesma forma, a compreensão dessas novas configurações exigiu a indagação das condições objetivas e históricas que as influenciaram.

¹ Ao se falar de teoria marxiana, estamos nos referindo à teoria criada diretamente por Marx. A teoria marxista tem relação com a teoria desenvolvida sob os postulados marxianos e sob o método materialista histórico e dialético.

² A mediação compreendida como aquelas particularidades concretas entre o caráter fenomênico e a essencialidade do objeto na totalidade social.

Para enfrentar esses desafios, foi indispensável suscitar uma reflexão livre de dogmatismos e reducionismos sobre a importância das lutas contra a exploração econômica, a dominação política e a humilhação. Por isso, focalizar a pesquisa nos partidos e nos sindicatos não exclui a importância das lutas específicas de outros setores como as mulheres, os negros, a comunidade LGBTI³, etc., que, na luta cotidiana contra a discriminação e a defesa pelos direitos, também são suscetíveis da construção de uma consciência emancipatória.

A partir do exposto, defende-se a tese de que os partidos revolucionários representam aquelas instituições que têm a capacidade de dirigir essas lutas para a emancipação humana, isto através da formação da consciência emancipatória e o entendimento além da luta econômica ou política. Entende-se então o papel dos partidos como instituições de *síntese* da luta pela emancipação humana.

O capitalismo como sistema de produção e reprodução da vida social nasce na Colômbia nos últimos anos do século XIX e se consolida no século XX. Este se desenvolveu sobre as bases de um capitalismo dependente, que, no começo, se deveu à grande afluência das importações (especialmente manufaturas) e os respectivos impostos aduaneiros, o que dava como resultado o pouco desenvolvimento de atividades econômicas internas, com exceção do café⁴.

No contexto de formação do capitalismo nasce também a forma política burguesa de sustentação desse sistema: o Estado, e com ele, os partidos políticos. Na Colômbia, estes se constituíram sob uma tradição bipartidarista (Partido Liberal e Partido Conservador) que representa, na sua essência, os interesses das classes dominantes.

Nas primeiras três décadas do século XX começa a conformar-se a classe operária e ao mesmo tempo, aparecem as primeiras organizações proletárias, socialistas e comunistas com a influência de ideologias trazidas de fora do país (destaca-se a Revolução Russa em 1917 e a fundação da União Soviética).

A classe operária tinha uma configuração inicial majoritariamente rural, que foi se diferenciando das tradições artesãs devido aos processos de industrialização e

³ Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e intersexuais.

⁴ Aspectos como a indenização dos Estados Unidos pela compra do canal de Panamá no começo do século XX incrementaram a dependência.

proletarização internos e forçados que se consolidaram parcialmente na primeira metade do século XX a partir da crise econômica de 1929 e da Primeira Guerra Mundial. Estes acontecimentos obrigaram a burguesia colombiana a fortalecer o mercado interno.

Nesse período as organizações operárias

[...] dependiam em alto grau das forças políticas externas, especialmente anarquistas ou socialistas, mas também liberais e inclusive conservadoras ou clericais. Por causa das condições sócio-políticas da época -crise da Hegemonia Conservadora⁵-, as organizações de resistência proletária não separavam a luta por melhores condições de vida da luta contra o regime político imperante. Por isso, como tendência geral, o sindicalismo daquela época era hostil ao Estado e, portanto quase espontaneamente politizado. (ARCHILA, 1992, p. 228, tradução nossa).

Desde esse momento, a repressão estatal de expressões revolucionárias tem se dado com as ferramentas legais (leis e decretos que condenam expressões de protesto), a eliminação física de pessoas (assassinatos, massacres, desaparecimentos)⁶, o deslocamento forçado, a estigmatização social e política e a cooptação por parte dos partidos tradicionais. Desse modo, inúmeras pesquisas (na Colômbia e fora dela) mostram como o assassinato a sindicalistas que fazem oposição à burguesia não é um assunto esporádico, mas sistemático e estrutural⁷.

Fotografia 1-Manifestação pelos desaparecidos



Fonte: Azalea Robles

⁵ Controle do poder governamental por parte do Partido Conservador entre 1900 e 1930.

⁶ Entre 1965 e 1995 “[...] mais de 30.000 militantes, ativistas e simpatizantes de esquerda foram assassinados na Colômbia [...], números que superam as estatísticas do Cone Sul durante as ditaduras militares e as de El Salvador durante os anos de guerra.” (CÁRDENAS, 1995, tradução nossa).

⁷ Cabe ressaltar aqui um fato de grande importância na história da Colômbia, o qual se tornou um símbolo de luta e resistência dos trabalhadores colombianos e uma marca indelével da violência estatal. O dia 5 de dezembro de 1928 o Estado colombiano, atendendo o chamado da empresa bananeira estadunidense “United Fruit Company”, massacró mais de 1.000 trabalhadores que eram dirigidos pelo Partido Socialista Revolucionário (PSR), fato conhecido como “o Massacre das bananeiras”. Desde então, os bananeiros têm sido vítimas constantes da violência anti-sindical. Neste caso, chama atenção especial a submissão dos interesses nacionais ao capital estrangeiro.

A mencionada repressão estatal tem se dado em um contexto de democracia formal e com a assinatura de vários convênios da OIT⁸, onde se garantem os direitos fundamentais dos trabalhadores⁹.

No governo liberal de César Gaviria (1990-1994), dá-se a adesão da Colômbia ao neoliberalismo com a chamada “abertura econômica”, que respondeu tanto aos interesses do capitalismo internacional e à reestruturação mundial do capital quanto à dinâmica interna do capitalismo nacional. Segundo Estrada (2010), o neoliberalismo representa na Colômbia a tendência à acumulação por desapropriação de recursos, de trabalho, da terra, dos bens públicos¹⁰.

O mundo do trabalho se viu afetado pela lei 50 de 1990, que aumentou o trabalho informal, a precarização das condições de trabalho em especial do emprego público e a flexibilização laboral¹¹ (ESTRADA, 2006). Nesse mesmo sentido, a lei 100 de 1993 facilitou a “[...] privatização e mercantilização dos direitos de saúde, pensões e riscos profissionais.” (TORO et al., 2007, p. 83, tradução nossa). Isto é “compensado” com políticas assistencialistas e focalizadas. No final, estas políticas também respondem às mudanças feitas na Constituição de 1991, que de fato, permite o manejo privado da

⁸ “A Colômbia tem ratificado 60 convênios dos 187 expedidos pela OIT. Entre os mais importantes estão o 87, 98, 154 e 151, referidos à liberdade sindical e à proteção do direito de sindicalização; o 26, relativo à fixação de salários mínimos, e o 95, relativo à proteção de salários; o 138, relativo à idade mínima para trabalhar, e o 182, referido à erradicação das piores formas de trabalho infantil; o 105, relativo à abolição do trabalho forçado; e o 98 e 111, referidos à igualdade na remuneração da mão de obra masculina e feminina, e à discriminação no emprego e a ocupação.” (CUADERNO DE DERECHOS HUMANOS, 2007, p. 11, tradução nossa).

⁹ Neste trabalho se assume a perspectiva de gênero, no entanto, não se faz explícito por facilidades na leitura do mesmo.

¹⁰ “O termo acumulação por desapropriação aponta a destacar que a análise de Marx no penúltimo capítulo do primeiro volume de O Capital considera diversos aspectos, intimamente relacionados, que na atualidade continuam a se apresentar e que não é coisa de um passado distante, que corresponderia de maneira exclusiva ao período histórico de formação do capitalismo na Inglaterra. Entre esses aspectos, já mencionados por Marx, se destacam a mercantilização e privatização da terra e a expulsão violenta de habitantes do campo; a transformação dos direitos comuns, coletivos e públicos em direitos privados e o abandono da ideia de propriedade comum; a conversão da força de trabalho em mercadoria e a eliminação de todas as formas de produção e consumo não-mercantis; a utilização de métodos colonialistas e imperialistas para se apropriar de recursos naturais e energéticos; a monetarização de todas as relações e trocas e a imposição de impostos sobre os recursos e a terra; o tráfico de pessoas e a submissão brutal de seres humanos; formas de usura e de crédito que enriquecem frações das classes dominantes (comerciantes, terratenentes, exportadores, pecuaristas...) e que contam com o aval do Estado, que desempenha um papel crucial no processo de acumulação por desapropriação. A isto é agregado o papel que cumpre o capital financeiro como instrumento de endividamento generalizado da população urbana e rural, e como suporte “legal” da expulsão de camponeses e indígenas reduzidos à servidão por dívidas.” (VEGA, 2012, tradução nossa).

¹¹ Que Antunes explica como “[...] expansão do trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado, ‘terceirizado’.” (ANTUNES, 2000, p. 43, tradução nossa).

previdência social (ART. 48), a garantia do acesso e defesa da propriedade privada (ART. 60), e o direito à livre concorrência econômica (ART. 333)¹².

Em 1990, o país procurou encarar a crise social, representada no conflito armado e na “guerra suja”¹³, através da Constituição de 1991, que por meio de uma assembleia constituinte, normatizou a garantia dos direitos sociais e civis e seus mecanismos de exigência (BALLÉN, 2010); dela participaram os membros recém-desmobilizados do M-19¹⁴, do Partido “Unión Patriótica” (UP), indígenas, estudantes, sindicalistas e todos os setores populares que haviam sido ignorados e reprimidos (PATIÑO, 2011), sendo a atuação dos estudantes de grande importância para a sua construção.

Em questões políticas, a Constituição criou e garantiu mecanismos democráticos para a população, tais como “[...] o voto, o plebiscito, o referendo¹⁵, a consulta popular, o ‘cabildo’ aberto¹⁶, a iniciativa legislativa¹⁷ e a revogação do mandato.” (ART. 103). (COLÔMBIA, 1991, tradução nossa). Também garante a autonomia dos povos indígenas (ART. 330).

Ela também institui o direito à criação de partidos autônomos em relação ao Estado e abriu a possibilidade a “grupos significativos de cidadãos” e movimentos sociais para apresentar candidatos (ART. 108). De igual forma, garante o direito à oposição política nos organismos do Estado (ART. 112) e ao voto programático (ART. 259)¹⁸.

Na lógica da garantia dos direitos sociais, a Constituição também institui o direito dos trabalhadores de constituírem sindicatos (excetuando os funcionários da força

¹² Isto em contradição com o Artigo 25: “O trabalho é um direito e uma obrigação social y desfruta, em todas suas modalidades, da especial proteção do Estado. Toda pessoa tem direito a um trabalho em condições dignas e justas.” (COLÔMBIA, 1991, tradução nossa). De igual forma, a Constituição garante a estabilidade no trabalho (ART. 53) e o acesso progressivo à propriedade da terra para os trabalhadores agrários (ART. 64).

¹³ A “guerra suja” como fenômeno político e social será discutida com mais detalhes no capítulo 3.

¹⁴ Movimento 19 de abril: guerrilha criada em 1970 a partir de uma fraude eleitoral no último governo da “Frente Nacional” e desmobilizada em 1990. No capítulo 3 aborda-se a “Frente Nacional”.

¹⁵ Para a revogação de uma lei excetuando aquelas aprovatórias de tratados internacionais, de orçamento, fiscais ou tributárias.

¹⁶ Assembleias de moradores para discutir assuntos de interesse comum.

¹⁷ Para apresentar projetos de lei ou de reforma constitucional.

¹⁸ Em 1994 se cria a Lei 130 de 1994, denominada “Estatuto básico dos partidos e movimentos políticos”. Nele se definem os partidos políticos como “instituições permanentes que refletem o pluralismo político, promovem e canalizam a participação dos cidadãos e contribuem para a formação e manifestação da vontade popular, com o objeto de ascender ao poder, aos cargos de eleição popular e de influir nas decisões políticas e democráticas da Nação.” (COLÔMBIA, 1994, tradução nossa).

pública¹⁹) sem intervenção alguma do Estado (ART. 39), o direito da negociação coletiva e da intervenção do Estado para a resolução pacífica dos conflitos laborais (ART. 55), e o direito à greve, salvo nos serviços públicos essenciais (ART. 56).

As centrais operárias mais importantes nessa época (a Confederação Geral de Trabalhadores (CGT), a Confederação de Trabalhadores da Colômbia (CTC) e a Central Unitária de Trabalhadores (CUT)) participaram na construção da nova constituição, apresentando propostas e defendendo assuntos em comum. Um dos resultados foi a fusão da CTC e da CGT, criando assim a Central Geral de Trabalhadores Democráticos (CGTD) em 1992²⁰. Por outro lado, isso permitiu a unidade das Centrais em casos específicos, onde a solidariedade e o apoio às lutas dos diferentes sindicatos e setores sociais (indígenas, camponeses, negros), tornou-se uma ação constante. Do mesmo modo, as lutas contra o neoliberalismo que se consolidava, ocorreram em um processo de unidade²¹.

Contudo, mesmo que alguns direitos tenham sido garantidos, a Constituição deixou intactos os poderes feudais, financeiros e militares (BALLÉN, 2010) que fortaleceram seu projeto de país com o incremento do gasto militar, das ajudas dos Estados Unidos e a consolidação do neoliberalismo no país. Nessa mesma linha, depois de um acordo entre grupos paramilitares de várias regiões do país e com o apoio desses poderes, se criam, em 1997, as “Autodefensas Unidas de Colombia” (AUC).

A partir dessa época também se consolida, com o projeto neoliberal, uma nova articulação das classes dominantes colombianas com as classes dominantes estadunidenses, pois,

[...] mesmo que à primeira vista não parecessem existir nexos entre a construção de uma ordem neoliberal e o curso da guerra contra-insurgente, um exame mais minucioso permite mostrar que o Plano Colômbia e a ‘ajuda militar’ estadunidense à Colômbia fazem parte do projeto político de consolidação das posições neoliberais na América Latina. (ESTRADA, 2006, tradução nossa).

¹⁹ Composta pelas forças armadas e pela Polícia Nacional.

²⁰ Em 2004, a CGTD volta ao seu nome original: CGT.

²¹ Uma das conquistas mais importantes do movimento sindical na história de lutas na Colômbia foi o impedimento da privatização de TELECOM (empresa pública de comunicações) por parte dos trabalhadores organizados.

Esta articulação implica, em grandes termos, o abandono da soberania nacional refletido em “[...] processos de transnacionalização e desnacionalização.” (ESTRADA, 2006, tradução nossa).

No período 2002-2010 (período da pesquisa), o governo Uribe continuou a aprofundar as reformas neoliberais através da flexibilização laboral, a financeirização da economia, a privatização dos direitos sociais e o pagamento da dívida pública; fortaleceu a relação com o imperialismo norte-americano tanto militar quanto economicamente; intensificou a violência contra as forças de esquerda e de oposição por meio de ferramentas legais e ilegais; ativou a polarização política como estratégia de governo; e instituiu a “paramilitarização” do Estado.

A partir da análise das condições objetivas e históricas apresentadas anteriormente sobre o contexto colombiano, e tendo como principal objetivo a busca das possibilidades da emancipação humana na Colômbia e na América Latina, as reflexões em torno dos partidos de esquerda e dos sindicatos no período 2002-2010 nesse país giraram inicialmente em torno das dificuldades enfrentadas para a mobilização social e para a oposição legal contra esse governo devido à profunda repressão vivenciada.

As primeiras hipóteses levaram a pensar que essas condições objetivas afetaram diretamente as condições subjetivas da construção da emancipação humana tendo como resultado a fragmentação e o enfraquecimento dos partidos e dos sindicatos como instituições envolvidas na luta pela emancipação humana. Com o decurso da pesquisa, viu-se que essa repressão e a intensa polarização política provocaram a unidade entre os movimentos e organizações sociais, os partidos de esquerda e as centrais sindicais.

Reflexões sobre o papel da Colômbia como obstáculo para a unidade latino-americana e para as lutas e governos anti-imperialistas, levaram a analisar o fator histórico da intervenção imperialista na América Latina e as alianças feitas entre a burguesia colombiana e os Estados Unidos com justificativas como o narcotráfico e a luta contra-insurgente, o que tem desencadeado o aprofundamento da dependência econômica e política e na fragilização da unidade latino-americana.

Para a análise da realidade empírica e concreta a pesquisa centrou-se sobre quatro sujeitos principais: a CUT e a CGT, como as duas principais centrais operárias

colombianas; o PCC e o PDA, como partidos que representaram a unidade das forças de esquerda no período 2002-2010 na Colômbia.

A rota metodológica consistiu na análise da legislação criada no período 2002-2010 relacionada com medidas de corte neoliberal, o sistema partidário, os sindicatos e o mundo do trabalho na Colômbia; foram utilizados dados de assassinatos, ameaças, tentativas de homicídio e qualquer tipo de perseguição contra sindicalistas e membros do PDA e do PCC; fez-se um levantamento sobre mobilizações nacionais (marchas, greves e paralisações) organizadas e apoiadas pelos sujeitos da pesquisa e sobre denúncias feitas por eles; e analisaram-se os estatutos e programas do PDA e das duas centrais operárias.

Foram utilizados livros e artigos que se referissem ao tema, especificamente sobre a violência anti-sindical; o governo Uribe; as origens e a trajetória histórica dos sindicatos e dos partidos na Colômbia; o PDA e o PCC; o neoliberalismo na Colômbia; e as lutas de resistência e os governos de esquerda na América Latina.

Também fez-se uma busca em vários meios de comunicação de imprensa:

- Site do “Movimiento Obrero Independiente Revolucionario” (MOIR)²²: no site desta organização existem inúmeros documentos sobre diferentes questões políticas e sociais e é vinculado diretamente ao PDA.
- Agência Prensa Rural: organismo de imprensa alternativa centrado principalmente nas questões agrárias e nas lutas reivindicativas e de resistência na Colômbia.
- Rebelión: agência de imprensa alternativa espanhola. A Colômbia tem uma seção própria e é utilizado por partidos, sindicatos e movimentos sociais para fazer denúncias em nível internacional e análises sob a perspectiva marxista.
- Semanário VOZ: órgão principal de propaganda do Partido Comunista Colombiano.
- Semana e El Espectador: duas publicações periódicas colombianas de grande importância e reconhecimento. Realizam artigos sobre temas variados: cultura, esporte, economia, política, etc. Vários colunistas publicam análises críticas sobre diferentes temas no que diz respeito à esfera política colombiana e mundial.

²² Organização que faz parte do PDA.

A exposição dos resultados da pesquisa através da dissertação é realizada em três capítulos.

No primeiro capítulo abordam-se as análises desenvolvidas na tradição marxista sobre o partido e o sindicato como instrumentos de luta das classes exploradas, dominadas e humilhadas na busca pela emancipação humana. Assim, analisa-se a importância da luta sindical na defesa dos direitos dos trabalhadores e os limites dos sindicatos quanto à capacidade dessas instituições de alcançarem a emancipação humana; discute-se o papel dos partidos revolucionários na direção das lutas para a emancipação humana a partir da luta na superestrutura e da formação da consciência emancipatória; e finalmente, reflete-se acerca da relação partido-sindicato e da emancipação humana como a síntese entre a luta na estrutura e na superestrutura.

No segundo capítulo apresenta-se uma discussão sobre as lutas de resistência que surgiram no período 2002-2010 na América Latina, representadas principalmente em lutas contra o neoliberalismo e a intervenção imperialista. Também se analisam os governos de esquerda em relação com a unidade latino-americana, a posição frente à intervenção imperialista e a relação desses governos com a base social mais ampla. Por último, se analisa o papel da Colômbia nesse contexto, a qual representou um obstáculo na construção de uma alternativa real e na busca pela emancipação humana no subcontinente.

Finalmente, o terceiro capítulo apresenta, em um primeiro momento, algumas características do governo Uribe a partir de três eixos: as políticas de continuidade do modelo neoliberal; a polarização política como estratégia para a estigmatização das expressões de protesto e da oposição política legal; o fenômeno da “paramilitarização” do Estado; e a política de “segurança democrática” como principal bandeira desse governo na luta contra-insurgente e no fortalecimento da relação com os Estados Unidos.

Posteriormente, demonstra-se a unidade das forças de esquerda na Colômbia no período 2002-2010 a partir de dois fatores centrais: as estratégias legais e ilegais praticadas pelo governo Uribe, especificamente a violação legal às liberdades sindicais, a reforma política de 2003 e a “guerra suja”; e a posição frente ao conflito armado interno colombiano, no que diz respeito à necessidade da resolução negociado do mesmo. Com

isso, caracterizam-se as principais lutas que se deram no período 2002-2010, analisa-se o papel dos sujeitos de pesquisa nessas lutas e realiza-se algumas reflexões sobre a relação do PDA com as centrais operárias. Por último, pretendeu-se apresentar algumas reflexões acerca do papel que cumpriram os sujeitos da pesquisa na busca pela emancipação humana.

CAPÍTULO 1

OS PARTIDOS E OS SINDICATOS NA LUTA PELA EMANCIPAÇÃO HUMANA

Na tradição marxista encontram-se diferentes posicionamentos e construções teóricas a respeito dos partidos e dos sindicatos como instrumentos tradicionais das lutas emancipatórias, especialmente no que concerne aos alcances da luta sindical e à importância da direção do partido daquelas lutas para a construção do socialismo e a consecução da emancipação humana.

Nesse sentido, faz-se necessário, no intuito de esclarecer os resultados aqui expostos, apresentar os principais pontos dessa discussão, o que permite compreender, em particular, os partidos de esquerda e os sindicatos na Colômbia durante o período 2002-2010.

A ideia geral marxiana acerca da estrutura e da superestrutura, como instâncias que determinam dialeticamente a realidade social concreta e histórica, torna-se uma referência útil no momento de analisar o papel dos partidos e dos sindicatos na luta pela emancipação humana. Para Marx, a estrutura é formada pela base econômica, sobre a qual se constrói o edifício jurídico, estatal, político e cultural do ser social, ou seja, a superestrutura:

[...] na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. (MARX, 2008, p. 47).

No que Marx postula nessas linhas, na realidade social como um todo, a estrutura não se encontra isolada da superestrutura; esta separação só tem validade na abstração teórica. A sua influência mútua é contínua, da mesma forma que elas influenciam o agir dos seres humanos e vice-versa.

Para compreender essa ideia geral marxiana é importante retomar o debate sobre a relação dialética entre a luta econômica e a luta política, já evidenciada nas primeiras linhas do Manifesto do Partido Comunista: “A história de toda a sociedade até aqui é a história de lutas de classes.” (MARX; ENGELS, 1997, p. 29). Ao falar de “classes”, fala-se de diferentes grupos sociais que se conformam a partir dos modos de produção e as relações que deles se derivam. No capitalismo, essa posição é hierárquica devido ao mercado e à participação na divisão social do trabalho²³. Isto se centrando na análise da estrutura. Por outro lado, esta composição das classes sociais traz consigo a sua confrontação por serem estruturalmente contraditórias. Essa confrontação se dá na esfera política, na esfera do poder. Nesse sentido, a abstração teórica permite compreender que a luta sindical encontra-se na estrutura e a luta partidária na superestrutura.

1.1 O partido e o sindicato como instrumentos de luta das classes exploradas, dominadas e humilhadas

A luta sindical como luta econômica tem como objetivo principal melhorar as condições de trabalho, elevar o salário, etc., dos trabalhadores.

No seu contexto, Lenine analisou o papel que cumpre a luta sindicalista no caminho da emancipação humana, chegando à conclusão que esta se centra na denúncia das injustiças econômicas e na defesa dos direitos dos trabalhadores no sistema capitalista, em resumo, nas lutas contra a exploração. Este papel é totalmente legítimo: “[...] as denúncias econômicas (das fábricas) eram e continuam a ser uma poderosa alavanca da luta econômica. E assim o será, enquanto existir o capitalismo, que impele necessariamente os operários à autodefesa.” (LENINE, [1902?]).

²³ O trabalho no sentido ontológico é entendido como a relação entre o homem e a natureza que através da prévia planificação (teleologia), realiza processos transformadores de recursos e geradores de produtos com os quais se satisfazem necessidades humanas. No processo teleológico da consciência, apresenta-se a transição do “ser orgânico” ao “ser social”, ou seja, de um ser que é manejado pelos azares da natureza e a sociedade, a um ser que, na reprodução social, vincula-se a processos de consciência e autoconsciência das diferentes esferas da existência humana.

Na década de 1900-1910, a greve de massas constitui-se na “[...] arma mais poderosa da luta pelos direitos políticos.” (LUXEMBURGO, 2008a, p. 162, tradução nossa). Como vai ser explicado adiante, esta luta pelos direitos é uma luta por reformas (não significando a mesma coisa que reformismo).

Para Trotsky (1979), o que permite determinar o caráter de partido é a questão do poder.

Todo partido revolucionário tem como objetivos: a formação do proletariado em classe, a derrocada da dominação burguesa e a conquista do poder político pelo proletariado (MARX; ENGELS, 1997). O partido revolucionário defende os interesses comuns da classe na sua totalidade, tanto os interesses imediatos, quanto os de longo prazo.

Nas análises de Lenine, Luxemburgo, Gramsci e Trotsky, o partido revolucionário aparece como uma instituição que tem como objetivo dirigir as lutas emancipatórias e de resistência²⁴ para a emancipação humana.

Este objetivo será atingido por meio da disputa eleitoral com os partidos da burguesia e suas frações e a conquista do poder, que terá como resultado, em primeira instância, a imposição da ditadura do proletariado, e em última, a emancipação humana. Por isto, o partido se define como a mediação entre as lutas imediatas e a emancipação humana.

1.2 A formação da consciência emancipatória e do sujeito emancipatório a partir de sindicatos e partidos

Existe um consenso entre Lenine, Luxemburgo, Gramsci e Trotsky de que o partido deve constituir-se numa categoria primordial na formação da consciência emancipatória do proletariado. Entretanto, posto que a forma-partido assume configurações que variam no tempo e no espaço, as experiências de luta proletária em momentos de grandes

²⁴ O termo “lutas de resistência” está relacionado com outros conceitos como “movimentos de protesto” (KATZ, 2004), “resistência popular” ou “mobilização popular” (KATZ, 2010), ou mesmo com o conceito de “movimentos sociais” (LÖWY e GONZÁLEZ, 2012). Na pesquisa a ser desenvolvida se assume o conceito de “lutas de resistência” como as lutas travadas contra qualquer atentado à dignidade humana, sendo elas parte do conjunto de lutas forjadas nos e pelos movimentos sociais.

transformações sociais e históricas levaram a posições distintas entre os marxistas, como no debate entre Lenine e Luxemburgo sobre a revolução bolchevique, como também na visão gramsciana de partido-príncipe, no Oriente e no Ocidente, etc.

Gramsci aprofunda esta concepção de uma totalidade dialética e histórica ao explicar que:

Todo grupo social que surge sobre a base original de uma função essencial no mundo da produção econômica, estabelece junto a ele, organicamente, um ou mais tipos intelectuais que lhe dão homogeneidade não só no campo econômico, mas no social e no político. (GRAMSCI, [196?], p. 21, tradução nossa).

Assim, o partido se constitui como “[...] primeira célula na qual se sintetizam germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais.” (GRAMSCI, 2002, p. 16).

Com essa conceituação definida por Gramsci, entende-se que os partidos revolucionários abarcam o conjunto de intelectuais orgânicos das classes exploradas, dominadas e humilhadas e que o papel desses intelectuais é se formar e formar a consciência emancipatória no partido revolucionário e, do mesmo modo, ampliar o conjunto dos seus intelectuais orgânicos.

Os estudos e as análises feitas pelos intelectuais orgânicos têm o objetivo de identificar as possibilidades concretas tanto para a superação radical do sistema capitalista quanto para a criação de um novo sistema livre de qualquer atentado à dignidade humana.

Segundo Luxemburgo, o socialismo (como o sistema que substituirá o capitalismo) tem as suas bases científicas em três aspectos fundamentais:

Primeiro, a anarquia crescente da economia capitalista, que conduz inevitavelmente à sua ruína. Segundo, a socialização progressiva do processo de produção, que cria os germes da futura ordem social. E terceiro, a crescente organização e consciência da classe proletária, que constitui o fator ativo na revolução que se aproxima. (LUXEMBURGO, 2008c, p. 41, tradução nossa).

Para construir esse caminho é indispensável abandonar a ideia de que a emancipação humana pode acontecer de forma isolada ou em um lugar só. Mesmo que cada país deva forjar suas lutas específicas, a emancipação humana deve ser pensada universalmente: “Não existe mais, e absolutamente não pode mais existir, ‘cantineiro’ algum, muito menos ‘socialismo em um país’ não importa qual fosse a vastidão deste país ou a imensidão do seu povo.” (MÉSZÁROS, 2009, p. 91).

Aliás, a emancipação humana é construída por uma série de fatos tanto espontâneos quanto planejados; não tem receitas a serem obedecidas. Ela responde tanto à luta cotidiana quanto às crescentes contradições do sistema capitalista e à tomada de consciência pela classe trabalhadora (LUXEMBURGO, 2008c). Tudo isto “[...] — o próprio *Manifesto* o declara — dependerá sempre e em toda a parte das circunstâncias historicamente existentes.” (MARX; ENGELS, 1997, p. 5-6). Por isso a forte crítica levada a cabo por Lenine e Trotsky frente à III Internacional e sua imposição frente aos demais partidos comunistas do mundo inteiro.

No entanto,

[...] deduzir destes fracassos [do socialismo real] a inexistência de pautas gerais para um projeto de democracia socialista constitui uma regressão para o puro pragmatismo. Ainda que todos os processos revolucionários sejam originais não implica que o sistema político do socialismo possa adotar qualquer forma. (KATZ, 2004, p. 209, tradução nossa).

Os aportes de Trotsky e Luxemburgo sobre esse aspecto são de grande atualidade uma vez que permitem entender não só por que a Rússia, país atrasado economicamente, com uma grande população camponesa e dominada pelo imperialismo e o absolutismo, conseguiu alcançar uma revolução socialista dessa envergadura; mas entender que o processo da emancipação humana não é um processo linear:

Não há dúvida que cada país atrasado encontra alguns dos traços do seu futuro na história dos países adiantados; mas nunca se trata de uma repetição geral do desenvolvimento dos acontecimentos. Muito pelo contrário, quanto mais mundial fosse o caráter revestido pela economia capitalista, tanto mais especial seria o caráter adquirido pela evolução dos países atrasados, onde os elementos retardatários se combinavam com os mais modernos elementos do capitalismo. (TROTSKY, 1979).

Luxemburgo também analisava o contexto da Rússia:

[...] a luta do proletariado está dirigida simultaneamente e com a mesma energia contra o absolutismo e contra a exploração capitalista; [...] o programa da luta revolucionária coloca igual ênfase na liberdade política que na conquista da jornada laboral de oito horas e um nível de vida material aceitável para o proletariado. (LUXEMBURGO, 2008a, p. 205-206, tradução nossa).

Estas análises deixam compreender, tal e como compreendiam Marx e Engels, que deve ser superada a concepção mecânica da revolução, onde são os países avançados os que

têm mais possibilidades objetivas para iniciar e desenvolver uma revolução socialista e posteriormente, alcançar a emancipação humana.

Na atualidade, por outro lado, vem se discutindo se é só o proletariado industrial que pode alcançar a emancipação humana.

Para Marx, no sistema capitalista, a classe proletária é a única classe revolucionária por ela estar essencialmente ligada à grande indústria, assim, ambas as classes dependem uma da outra para existir:

[...] a classe explorada e oprimida (o proletariado) já não se pode libertar da classe exploradora e opressora (a burguesia) sem simultaneamente libertar para sempre a sociedade toda da exploração, da opressão e das lutas de classes — este pensamento fundamental pertence única e exclusivamente a Marx. (ENGELS, 1883 in: MARX; ENGELS, 1997, p. 9).

Lenine entende que, seguindo o desenvolvimento teórico de Marx, são os operários os chamados a fazer a revolução por estarem eles envolvidos na base do sistema capitalista e no centro da exploração: a extração de mais-valia. É papel do operário, no processo da formação da consciência emancipatória,

[...] reagir contra todo abuso, toda manifestação de arbitrariedade, de opressão e de violência, quaisquer que sejam as classes atingidas; a reagir justamente do ponto de vista socialdemocrata, e não de qualquer outro ponto de vista. (LENINE, [1902?]).

Consequentemente, Luxemburgo reconhecia que

[...] a atividade parlamentar e sindical são importantes para o movimento socialista porque essas atividades preparam o proletariado, ou seja, criam o fator subjetivo para a transformação socialista, para a tarefa de realizar o socialismo. (LUXEMBURGO, 2008c, p. 60, tradução nossa).

No entanto, compreender que o sujeito histórico da emancipação humana não está determinado a priori, mas que ele vai se construindo e formando em ser para si, permite intuir que existe toda uma série de sujeitos (grupos, movimentos) que por sua condição de explorados, dominados e humilhados podem fazer parte da construção de uma nova sociedade.

Sobre isto, Iasi (2008, p. 117) expõe:

Ocorre que na emergência do ser social como classe em si abre uma dupla possibilidade: a da integração à ordem do capital pelo

amoldamento/consentimento, ou o enfrentamento de classes. Como vimos, isto não pode ser determinado por nenhuma essência ontológica, e sim por uma contingência muito precisa.

O processo histórico da formação da consciência emancipatória não responde a um processo espontâneo, mas à luta de classes e ao conhecimento científico da realidade social. Isto tendo como base que “Marx confiava única e exclusivamente no desenvolvimento intelectual da classe operária, tal como este tinha necessariamente que resultar da unidade de ação e da discussão.” (MARX; ENGELS, 1997, p. 19). Por isso Engels “[...] reconhecia na grande luta da socialdemocracia não apenas duas formas (política e econômica) [...] mas três, colocando a luta teórica no mesmo plano.” (LENINE, [1902?]).

A compreensão da realidade social a partir do método do materialismo dialético e histórico é um aspecto indispensável para a formação da consciência emancipatória porque ele cria a capacidade de analisar os diferentes sujeitos que conformam essa realidade e as contradições entre eles (luta de interesses, alianças, disputas de poder, etc.). Esse estudo deve superar as análises isoladas da classe operária, pois “[...] para conhecer a si própria, de fato, a classe operária deve ter um conhecimento preciso das relações recíprocas de todas as classes da sociedade contemporânea.” (LENINE, [1902?])²⁵.

O conhecimento teórico também possibilita o conhecimento do antagonismo estrutural e superestrutural entre as classes sociais, ou seja, a compreensão e reconhecimento da sua posição na divisão social do trabalho, o que leva ao entendimento da exploração capitalista, e ao mesmo tempo conduz ao entendimento da dominação política e da alienação que têm como meios o Estado e as instituições da sociedade civil (igreja, escolas, meios de comunicação, etc.)²⁶. A respeito da burguesia,

[...] trata-se de identificar qual é, na vida política, o laço orgânico essencial, que não pode consistir apenas nas relações jurídicas [...] mas

²⁵ A formação da consciência emancipatória leva à transição do “ser orgânico” ao “ser social”, em outras palavras, o sujeito faz um percurso do “ser em si”, que só tem consciência de sua existência em quanto tal; para o “ser para si”, que tem consciência da sua existência e da necessidade de superar a divisão da sociedade em classes.

²⁶ “O domínio do capital criou para a massa uma situação comum, interesses comuns. Essa massa já é, dessa maneira, uma classe contra o capital, entretanto não seja uma classe para si. Na luta, da qual conhecemos apenas algumas fases, a massa se torna unida e se constitui em classe para si. Os interesses que ela defende se tornam interesses de classe.” (MÉSZÁROS, 2008, p. 76).

se enraíza nas mais profundas relações econômicas, isto é, na função social no mundo da produção. (GRAMSCI, 2002, p. 88).

A alienação ideológica praticada pela classe dominante disfarça a exploração, a dominação e a humilhação sob o discurso da auto-regulação do mercado, a mobilidade no mundo do trabalho, a liberdade de câmbio, a democracia liberal-burguesa e a naturalização do sistema de exploração capitalista. A luta contra a alienação ideológica faz-se necessária, entendendo que:

[...] o poder emancipatório da ideologia surge da mesma dialética de reciprocidade, através da qual a consciência social pode contribuir significativamente para a transformação das estruturas reprodutivas materiais básicas em circunstâncias históricas favoráveis. (MÉSZÁROS, 2010, p. 472).

Na luta ideológica é indispensável ter uma compreensão em profundidade das contradições básicas do sistema capitalista, com o objetivo de derrotar a ideologia e a ordem burguesas.

Nessas contradições básicas existe uma essencial, que se refere à apropriação privada do produto do trabalho coletivo. Engels o explica de forma detalhada:

Na produção de mercadorias, tal como se havia desenvolvido na Idade Média, não podia surgir o problema de a quem pertencer os produtos do trabalho. O produtor individual criava-os, geralmente, com matérias-primas de sua propriedade, produzidas não poucas vezes por ele mesmo, com seus próprios meios de trabalho e elaborados com seu próprio trabalho manual ou de sua família. Não necessitava, portanto, apropriar-se deles, pois já eram seus pelo simples fato de produzi-los. A propriedade dos produtos baseava-se, pois, no trabalho pessoal. E mesmo naqueles casos em que se empregava a ajuda alheia, esta era, em regra, acessória, e recebia frequentemente, além do salário, outra compensação: o aprendiz e o oficial das corporações não trabalhavam menos pelo salário e pela comida do que para aprender a chegar a ser mestres algum dia. Sobrevém à concentração dos meios de produção em grandes oficinas e manufaturas, sua transformação em meios de produção realmente sociais. Entretanto, esses meios de produção e seus produtos sociais foram considerados como se continuassem a ser o que eram antes: meios de produção e produtos individuais. E se até aqui o proprietário dos meios de trabalho se apropriara dos produtos, porque eram, geralmente, produtos seus e a ajuda constituía uma exceção, agora o proprietário dos meios de trabalho continuava apoderando-se do produto, embora já não fosse um produto seu, mas fruto exclusivo do trabalho alheio. Desse modo, os produtos, criados agora socialmente, não passavam a ser propriedade daqueles que haviam posto realmente em marcha os meios de produção e eram realmente seus criadores, mas do capitalista. Os meios de produção e a produção foram convertidos essencialmente em fatores sociais. E, no entanto, viam-se submetidos a uma forma de apropriação que pressupõe a produção privada

Individual, isto é, aquela em que cada qual é dono de seu próprio produto e, como tal, comparece com ele ao mercado. O modo de produção se vê sujeito a essa forma de apropriação apesar de destruir o pressuposto sobre o qual repousa. (ENGELS, 1952).

A formação da consciência emancipatória deve dar elementos para reconhecer as armadilhas da ideologia burguesa que tenta disfarçar esta contradição básica numa essencialidade do ser humano, assim, esta contradição torna-se natural ao processo evolutivo da raça humana. A ideologia socialista, ao conceber o sistema capitalista em uma perspectiva histórica, permite a construção de um projeto emancipatório partindo da premissa de que a divisão do gênero humano “[...] é apenas um fato histórico, correspondente a certas condições.” (GRAMSCI, 2002, p. 324-325). Em consequência, “[...] toda diminuição da ideologia socialista, todo distanciamento dela implica o fortalecimento da ideologia burguesa.” (LENINE, [1902?]).

A utilização do método marxista para a formação da consciência emancipatória convém para aprender a compreender a realidade concreta em todas as suas dimensões e escalas. Isso significa criar a capacidade de analisar as situações conjunturais considerando a história, os pontos de ruptura e os pontos de continuidade, a dialética da unidade e da luta que se dá através da abstração do objeto analisado; tentando desvelar a essência onde só tem aparência, as possibilidades de ação nos momentos de efervescência ou de calma, etc. Isto com o objetivo final de que as classes exploradas, dominadas e humilhadas, a partir da transição de classe em si a classe para si, possam compreender o sistema do capital e a necessidade da mudança radical do mesmo.

Nesse caminho, de nada serve um conhecimento teórico sem direção para a práxis, isto lembrando Marx (1982, p. 4): “Os filósofos têm apenas interpretado o mundo de maneiras diferentes; a questão, porém, é transformá-lo.”

A consciência se forma e se fortalece na “experiência da vida política” (LENINE, [1902?]), na “escola política viva” (LUXEMBURGO, 2008a) isto é, nos espaços de luta e confrontação contra a classe dominante/antagônica.

A formação teórica é necessária para que, na prática emancipatória, os membros do partido possam fazer a leitura da realidade concreta e corrigir os erros do seu agir. Aqui a relação dialética entre teoria e prática faz-se evidente, pois é no caminho da prática

emancipatória onde se pode corrigir os erros: não tem nada a corrigir quando nada tem sido feito.

Seguindo esta linha argumentativa, Trotsky esclarece que para que o partido pudesse dar direção às lutas emancipatórias era necessário um treinamento prévio:

Sem dúvida que durante a revolução, isto é, quando os acontecimentos mudam rapidamente, um partido fraco pode tornar-se poderoso rapidamente, sempre que interprete corretamente o curso da revolução e conte com membros que não fiquem enjoados com frases nem aterrorizados com a repressão. Mas este partido tem de existir antes da revolução, já que o processo de seleção dos membros requer um tempo considerável do qual não se dispõe durante a revolução. (TROTSKY, 2005).

Para Lenine, no contexto da autocracia na Rússia, a divulgação das denúncias políticas e o acompanhamento das diferentes lutas constituem-se nas principais estratégias para a formação da consciência emancipatória, porque isto permitia que os diferentes sujeitos envolvidos conhecessem outras realidades e conseguissem observar sua luta desde uma perspectiva de totalidade, conseguissem compreender que as suas lutas eram determinadas por uma realidade maior.

Lenine, seguindo os ensinamentos de Marx, também reconhecia a importância da defesa da democracia num país autocrático como a Rússia, por isto, apoiava certas alianças com outras correntes (liberais e de intelectuais) da época, mas esclarecendo a necessidade de que a socialdemocracia (a corrente socialista) levasse à classe proletária a consciência emancipatória, revelando o seu antagonismo com a classe burguesa e não só com um grupo de empregadores ou empresas específicas.

Nessa direção, Rosa Luxemburgo considerava a democracia

[...] necessária para a classe proletária, pois cria as formas políticas (administração autônoma, direitos eleitorais, etc.) que irão servir ao proletariado de pontos de apoio para a tarefa de transformar a sociedade burguesa. A democracia é indispensável para a classe proletária, pois só através do exercício de seus direitos democráticos, na luta pela democracia, o proletariado pode adquirir consciência de seus interesses de classe e de sua tarefa histórica. (LUXEMBURGO, 2008c, p. 84, tradução nossa).

Tudo isto sem esquecer que as estratégias para conseguir formar a consciência emancipatória não são definitivas e a criatividade, mediada pelo conhecimento teórico profundo da realidade social, torna-se indispensável.

Sobre isto, Gramsci expõe:

O elemento decisivo em toda a situação é a força, permanentemente organizada e pré-ordenada por um longo período, que pode ser utilizada quando se julgar que a situação é favorável (e ela é *favorável apenas até ao ponto em que esta força exista* e seja plena de ardor combatente); portanto, a tarefa essencial é a de atentar, paciente e sistematicamente, para a formação e o desenvolvimento dessa força, tornando-a até mesmo mais homogênea, compacta, consciente de si mesma. (GRAMSCI apud MÉSZÁROS, 2008, p. 55-56, grifo do autor).

Também é importante evidenciar que, no processo de formação da consciência emancipatória, corresponde ao partido a tarefa de levar o conhecimento científico a todas as classes da sociedade. A concentração desse conhecimento numa classe ou numa camada social pode fragmentar as lutas emancipatórias e idealizar o papel de uma classe.

Do mesmo modo, Lenine entende que o partido cumpre o papel essencial de formação da consciência emancipatória (ou como ele chama “consciência socialista”), levando para si as diferentes expressões da luta emancipatória, expressões que na atualidade passam, por exemplo, pela reivindicação da igualdade de gênero, as lutas contra a discriminação contra os negros e estrangeiros, as lutas contra o imperialismo e as ditaduras, a resistência operária para exigir o aumento dos salários e as condições de trabalho dignas, a defesa dos bens públicos como a saúde e a educação, as denúncias contra a destruição do meio ambiente, etc.

Para Lenine, as lutas de resistência e por direitos precisam de uma orientação teórica para se tornar emancipatórias, caso contrário, correm o risco de orientar-se para o reformismo, para a crença de que é possível alcançar a emancipação humana por meio de melhorias no mesmo sistema capitalista. Muitas lutas espontâneas, nascidas de conjunturas específicas, tendem a fortalecer a ideologia burguesa, pois ao alcançar alguma conquista cria-se uma conformidade e uma simpatia com a burguesia, tendo como uma das consequências a desmobilização dos sujeitos envolvidos.

Trotsky e Luxemburgo demonstraram com muita clareza a diferença entre um processo reformista e um processo revolucionário. Para eles, as reformas fazem parte da luta no sistema capitalista (ou seja, nas leis e nas regras desse sistema), mas elas nunca serão o principal objetivo do partido revolucionário. Estes autores consideram que as lutas pelas reformas sociais e a conquista dos direitos são legítimas e constituem-se numa

parte fundamental do processo de dignificação das classes dominadas, exploradas e humilhadas, mas, ao mesmo tempo, esclarecem que “[...] é impossível conquistar o poder por meio de reformas. Através de uma pressão não se pode forçar a burguesia a mudar de política numa questão de que depende a sua sorte.” (TROTSKY, 1979).

Luxemburgo ratifica isto de forma precisa:

É válido quando a luta sindical e pela reforma social estão imbuídas de uma vontade firme e consciente de conquistar o poder político. Mas se separar a vontade do movimento em si e se transformar as reformas sociais em fins em si mesmas, então esta atividade não só não leva ao objetivo anterior do socialismo, mas se move na direção oposta. (LUXEMBURGO, 2008c, p. 61, tradução nossa).

Luxemburgo explica que a importância da luta pelas reformas reside na possibilidade da formação da consciência nesses espaços a partir do desenho dos objetivos a longo prazo, por isso, “[...] a diferença não reside no *que*, mas no *como*.” (LUXEMBURGO, 2008c, p. 60, grifo do autor, tradução nossa).

Os partidos revolucionários devem ocupar-se de compreender o sistema do capital hoje, aprofundar no conhecimento do neoliberalismo como a etapa atual desse sistema e as suas consequências nas relações de produção e de reprodução social. Consequências que tem a ver com a flexibilização laboral; a predominância do sistema financeiro; a privatização dos direitos sociais; a acumulação por expropriação; e para nós, na América Latina, a invasão econômica e ideológica dos organismos multilaterais como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Interamericano de Desenvolvimento, etc.; a exploração de mão de obra barata por parte dos países avançados; o crescimento econômico sem redistribuição da riqueza e sem garantir os direitos básicos, etc.

Esse contexto tem gerado inúmeras e diferentes lutas e reivindicações, estas variam segundo os sujeitos que as conformam, as realidades concretas onde se localizam, a experiência acumulada, as relações internacionais, as classes envolvidas, os objetivos formulados e as ações levadas a cabo.

As lutas e reivindicações na atualidade também tem tido uma grande influência do neoliberalismo, levando-as à fragmentação e tornando cada vez mais confusos os objetivos a longo prazo. Isto tem a ver com uma intensa alienação ideológica fortalecida pelos ideólogos do neoliberalismo, os quais, com o fim da União Soviética, promulgaram

o fim das utopias e exacerbaram o individualismo. Aquilo levou a uma forte fragmentação dando como resultado muitas lutas com reivindicações extremamente concretas; assim, as lutas de gênero, dos indígenas, dos desempregados, pelos direitos humanos, contra o sistema financeiro, contra o neoliberalismo, do setor LGBTI, contra o racismo, na defesa do meio ambiente, entre outros, tem perdido a orientação para a transformação radical do sistema do capital e vêm se desarticulando dos partidos revolucionários.

Além disso, aparecem lutas espontâneas de grande importância em vários países da Europa como a Grécia, a Espanha, a Itália; o movimento Occupy Wall Street nos Estados Unidos; o Fórum Social Mundial, que começou no Brasil; as lutas pelos recursos naturais na América Latina; que podem ser tidas como exemplos.

Ao parecer, todas essas lutas, ao se fragmentar em objetivos específicos, precisam hoje, mais que nunca, da intervenção do partido revolucionário para a formação de uma consciência emancipatória que possa dar direção e evitar a cooptação por parte da classe dominante. Sem uma formação sólida e esclarecida da consciência emancipatória, sem uma formulação correta dos objetivos a longo prazo, a cooptação se faz cada vez mais concreta.

Isto não quer dizer que as lutas contra a humilhação sejam de menos importância ou estejam “erradas”. Desde o pensamento marxista do século XX e XXI tem se abordado estas lutas no objetivo de compreender a luta de classes na sua totalidade. Isto cobra uma importância maior no contexto da América Latina, onde as formações capitalistas foram baseadas na escravidão e na subjugação aos países europeus, o que acarretou um desenvolvimento diferenciado das relações de produção capitalista. Desse modo, as lutas cotidianas contra a humilhação e pela dignidade humana tornam-se essenciais na construção da emancipação humana no seu conjunto. O partido deve ser ciente disso e assumir aquelas lutas com o mesmo compromisso.

1.3 A relação partido-sindicato

Na compreensão dos partidos e dos sindicatos como instrumentos de luta das classes exploradas, dominadas e humilhadas, na tradição marxista tem se discutido qual é a relação entre essas duas instituições e o papel que cada uma cumpre na construção da emancipação humana.

No tópico anterior buscou-se esclarecer um dos papéis essenciais do partido: a formação da consciência emancipatória. Essa função está imediatamente ligada à função de direção do partido revolucionário nas lutas de resistência e emancipatórias.

Segundo Lenine: “A socialdemocracia dirige a luta da classe operária, não apenas para obter condições vantajosas na venda da força de trabalho, mas, também, pela abolição da ordem social, que obriga os não possuidores a se venderem aos ricos.” (LENINE, [1902?]). Para ele, o movimento de massas, “[...] e principalmente do proletariado industrial [...]”, deve ser dirigido pelos dirigentes revolucionários (LENINE, [1902?]).

Por isso Trotsky (2008), em meio da segunda guerra imperialista, expôs:

O mundo capitalista já não tem saída, a menos que se considere saída a uma agonia prolongada. É necessário preparar-se para longos anos, senão décadas, de guerras, insurreições, breves intervalos de trégua, novas guerras e novas insurreições. Um partido revolucionário jovem tem que apoiar-se nesta perspectiva. A história lhe dará suficientes oportunidades de provar-se, acumular experiência e amadurecer. Quanto mais rapidamente se unifique a vanguarda mais breve será a etapa das convulsões sangrentas, menor a destruição que sofrerá nosso planeta. Mas o grande problema histórico não se resolverá de, nenhuma maneira, até que um partido revolucionário se ponha à frente do proletariado.

De igual maneira, para Trotsky (2005) a união da classe proletária só pode acontecer sob uma base revolucionária e esta base só poderá ser formada pelo Partido, por isso, para o autor, as massas não tem a capacidade de conquistar o poder político sem a direção do partido. Luxemburgo reforça este posicionamento considerando que os sindicatos não têm a capacidade nem o poder de “[...] suprimir a exploração em si mesma, mesmo que progressivamente.” (LUXEMBURGO, 2008c, p. 50-51, tradução nossa).

Quando Trotsky desenvolve o tema da conformação do partido como aquele que reúne os intelectuais orgânicos de uma classe, acrescenta à sua análise dialética a importância de não pensar o partido e a direção como uma entidade homogênea:

Na realidade, a direção, de nenhum modo, é um simples 'reflexo' de uma classe ou o produto de sua própria criação livre. Forja-se a direção no processo dos choques entre diferentes classes e das fricções entre as diferentes camadas dentro de determinada classe. (TROTSKY, 2005).

Para Trotsky, é essencial o trabalho constante do partido nas organizações operárias para a formação da consciência emancipatória, o que poderia permitir a superação do reformismo nas mesmas, aquilo pode ser levado a cabo a partir de uma aliança dos comunistas com os reformistas: “[...] até agora, nunca em lugar nenhum os comunistas provocaram uma divisão por não admitir de antemão o trabalho junto aos reformistas nas organizações das massas proletárias.” (TROTSKY, 2007).

Segundo Lenine, o movimento operário *per se* não pode construir nem defender uma luta emancipatória, pois suas reivindicações são exclusivamente profissionais e conseqüentemente só poderão defender causas específicas:

Do fato de os interesses econômicos desempenharem um papel decisivo, não se segue de forma alguma que a luta econômica (= profissional) tenha um interesse primordial, pois os interesses mais essenciais, 'decisivos' das classes não podem ser satisfeitos, em geral, senão pelas transformações políticas radicais; em particular, o interesse econômico capital do proletariado não pode ser satisfeito senão por uma revolução política. (LENINE, [1902?]).

Nesta afirmação, Lenine dá prioridade à luta política por ser aquela onde se resolvem as contradições de classe. No entanto, a emancipação humana não pode ser concebida sem a mudança radical do sistema de produção capitalista e das suas relações, já que é dentro da economia que são geradas aquelas contradições. Em especial vale lembrar que “[...] nenhuma sociedade se dissolve e pode ser substituída antes que se tenham desenvolvido todas as formas de vida implícitas em suas relações.” (GRAMSCI, 2002, p. 36).

Nessa relação dialética estrutura-superestrutura é que se encontra a chave da emancipação humana, pois não pode haver uma luta baseada só no econômico, situação que levaria a reformas sem transformação radical. Mas também não se pode centrar a luta no campo da dominação política, assunto que barraria a superação radical das contradições de classe. A luta econômica e a luta política são dois elementos da mesma totalidade: a luta pela emancipação humana. Não pode haver ditadura do proletariado sem a construção de uma economia controlada consciente e socialmente pelos

produtores na sua totalidade. A história tem nos demonstrado isto, tal como o expõe Mészáros (2009, p. 29):

[...] todos os partidos políticos do movimento operário, inclusive o leninista, tiveram de se apropriar de uma dimensão política abrangente, para espelhar em seu próprio modo de articulação a estrutura política subjacente (o Estado capitalista burocratizado) à qual estavam submetidos. [...] Os partidos políticos do movimento operário não puderam elaborar uma alternativa viável porque se concentraram, em sua função de negação, exclusivamente na *dimensão política* do adversário, tornando-se, desta forma, completamente *dependentes do objeto que negavam*. [...] A dimensão vital inexistente, que os partidos políticos não podem suprir, era o capital, não como *comando político* (este aspecto foi efetivamente enfrentado), mas como o *regulador sociometabólico do processo de reprodução material* que, em última análise, determina não somente a dimensão política, mas muito mais além dela. (Grifo do autor).

A diferença apresentada pelos diferentes autores entre a luta política e a luta econômica sob a análise da emancipação humana pode ser resumida da seguinte maneira: na luta econômica a consciência não vai além de uma compreensão estreita das relações de exploração, pois não enxerga as relações de dominação que também as influenciam. A luta econômica se fecha no campo das relações de exploração, mas a luta política abarca tanto a luta contra as relações de exploração, quanto a luta contra as relações de dominação e humilhação; a luta política abarca as lutas pela emancipação humana.

Assim, luta econômica e luta política, como conceituavam Lenine, Luxemburgo e Trotsky, ou luta orgânica e luta na conjuntura em Gramsci, podem ser sintetizadas na luta pela emancipação humana, que Gramsci chama de “embate hegemônico”, que consiste na união da luta econômica-material (sindical), e a luta política e partidária (ideológica e nas instituições do Estado). Isto fica mais claro na descrição de Mészáros:

O trabalho como atividade do ser humano só o é por meio do produto, transformando o ser que trabalha em um instrumento do processo de produção e não o inverso. [...] Ele somente se torna social, apenas se converte em ser social, como parte do processo de trabalho comandado pelo capital, pela mediação do capital. [...] Esta aproximação implica algo essencial. O estranhamento se estranha. Não é mais, neste âmbito, o conjunto alienado do produto social total do trabalho social na forma de intercâmbio dos produtos do trabalho, mas ganhou materialidade num ‘corpo político’ externo e superior aos seres humanos, cujo poder não é nem um pouco mítico ou transcendente, mas eminentemente prático: o Estado. [...] É por isto, e não por outro motivo, que em Marx a luta econômica é, sempre, uma luta política. (MÉSZÁROS apud IASI, 2008, p. 110-115).

Em consequência, o partido é considerado, dentro do papel de direção, como aquela instituição que vai permitir a mediação entre a contradição estrutural (econômica) entre as classes e o confronto destas e dos seus interesses na superestrutura (esfera política).

Na análise da relação partido-sindicato, o debate em torno ao centralismo partidário tem sido transversal. Em um processo revolucionário existem múltiplas organizações e reivindicações que devem ser levadas em conta, assim, mesmo que o partido seja aquele que leve as rédeas desse processo, isto não significa a uniformidade de partidos e movimentos sociais e populares: “A experiência histórica demonstra que os interesses específicos de uma mesma classe nunca têm sido canalizados através de um partido só.” (KATZ, 2004, p. 210, tradução nossa).

Gramsci apresenta uma diferença entre o “centralismo burocrático” e o “centralismo democrático”. O primeiro refere-se ao fortalecimento de um “grupelho estreito” que favorece os seus membros e evita a criação de novas forças sociais, mesmo sendo da própria classe. O segundo tipo de centralismo se fundamenta na unidade entre teoria e prática, se adequando ao “movimento real”, isto é, está aberto à inserção de novas forças sociais, sempre tendo um objetivo claro (a emancipação humana) (GRAMSCI, 2002, p. 91).

Por isso Lenine refletia, cinco anos depois da Revolução Russa triunfar, que a revolução não pode ser levada a cabo pelos revolucionários, ou seja, pelos membros do partido. A revolução é conduzida por eles, mas não pode ser feita por eles, “[...] o que aconteceu sob o ‘socialismo real’ ilustra quão nefasto é substituir a decisão popular pelo paternalismo dos funcionários.” (KATZ, 2006, p. 7, tradução nossa).

Frente a isto, as críticas feitas por Rosa Luxemburgo em 1904 acerca da proposta de Lenine, adotada pela maioria do Partido Operário Socialdemocrata da Rússia (POSDR), de deixar o Partido nas mãos do Comitê Central, parecem tornar-se atuais. Ela defendia a ideia de Lenine de que o partido devia ser centralista e não federalista, mas ao mesmo tempo afirmava:

Nada contribuirá tanto à subjeção de um jovem movimento operário para uma elite intelectual ávida de poder que esta camisa de força burocrática, que imobilizará o partido e o tornará num autômato manipulado por um Comitê Central. Ao contrário, não pode haver garantia mais efetiva contra a intriga oportunista e a ambição pessoal que a ação revolucionária independente do proletariado, cujo resultado é que os

operários adquiram o sentido da responsabilidade política e a confiança em si mesmos. (LUXEMBURGO, 2008b, p. 132, grifo do autor, tradução nossa).

Para Luxemburgo, a concentração de poder no Comitê Central podia desencadear um afastamento entre a base proletária revolucionária e o Partido, e representava uma contradição lógica ao transferir a subordinação, a obediência e a subserviência da classe operária, do capital ao Comitê Central.

Do mesmo modo Trotsky coloca: “[...] é o destino do partido que depende do curso da luta de classes [...]” (TROTSKY, 2008), e não o contrário. O partido e a sua direção não são entidades acima das classes, já vimos, tal e como Gramsci apontava, que ele é construído pelas classes à qual pertence. De igual forma, nas diferentes expressões das lutas da classe trabalhadora encontram-se os homens e mulheres que poderão se transformar nesses intelectuais orgânicos, o partido é “[...] a vontade concentrada dos indivíduos e grupos representantes dos setores mais conscientes, ativos e avançados da classe operária.” (LUXEMBURGO, 2008b, p. 124, tradução nossa).

CAPÍTULO 2

AS RECENTES LUTAS DE RESISTÊNCIA E OS GOVERNOS DE ESQUERDA NA AMÉRICA LATINA

Para compreender a Colômbia no seu processo histórico singular, faz-se necessário analisar a particularidade da América Latina e suas múltiplas contradições. Assim, no contexto latino-americano entre os anos 2002-2010, se configuraram lutas de resistência, partidos de esquerda e a continuação da dominação imperialista com a colaboração de governos de vários países que, neste caso, faz-se especial o caso da Colômbia: Por que o governo deste país continuou a aprofundar suas posições repressivas e de direita? Qual é a importância da Colômbia na estratégia imperialista de barrar os avanços dos governos de esquerda na América Latina? Como se desenvolveu a relação do governo Uribe entre 2002 e 2010 com os outros governantes latino-americanos?

Ao longo do processo histórico da América Latina, aconteceram inúmeras mobilizações que se mostraram plurais do ponto de vista dos vários setores envolvidos, assim, operários, camponeses, indígenas, comunitários cristãos, entre outros, participaram no amplo campo da luta de classes. A partir da década de 60, estas mobilizações foram expressivamente reprimidas através de Estados ditatoriais por várias décadas. Mas estas lutas não diminuíram, e sim, assumiram particularidades segundo os espaços territoriais, por um lado, como organizações clandestinas (guerrilhas e partidos de viés comunista ou socialista), por outro, como manifestações cívicas públicas contra o poder autoritário e as restrições aos direitos civis e políticos.

As análises dos rumos e ações dos movimentos de resistência e os governos na América Latina no século XXI, também fazem necessário trazer ao debate o neoliberalismo. A partir do que foi chamado o fim do “socialismo real”, nos finais de 1980, e em decorrência disso, o discurso do “fim das ideologias”, se pretendeu dar fim à esperança na transformação radical do sistema capitalista e assim, promover a adesão ao neoliberalismo. Como foi explicado anteriormente, isto trouxe graves consequências às

lutas emancipatórias, deixando de lado, em boa parte delas, o discurso de luta de classes (TISCHLER, 2004).

Do mesmo modo, nos países dependentes da América Latina, alocados na periferia do desenvolvimento econômico mundial, o neoliberalismo representou o aumento da dependência econômica e política através dos organismos multilaterais (FMI, Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento, etc.), representados principalmente pelos Estados Unidos. A principal função desses organismos multilaterais tem por base a realização de empréstimos aos países latino-americanos com o objetivo (vale dizer falso e impossível) de estes atingirem o grau de desenvolvimento das nações dominantes; tais empréstimos, além de aumentar a dívida externa, colocam pautas e exigências no modo desses países utilizarem o dinheiro, influenciando diretamente nas suas políticas públicas. O controle feito sobre as políticas públicas significa a designação dos recursos nos setores onde os organismos multilaterais exigem, ficando assim subjugados e dependentes politicamente aos interesses de tais organismos.

Depois de governos como o de Menem na Argentina, o de Fernando Henrique Cardoso no Brasil e no Peru com Fujimori, que assumiram as políticas do FMI aprofundando manifestações da questão social como a miséria, o desemprego estrutural, a desigualdade, entre outras, a população latino-americana sentiu-se instigada a ir contra as iniciativas neoliberais que os aprofundava na exploração, na dominação e na humilhação.

2.1 As lutas de resistência na América Latina no período de 2002-2010

No período de 2002 a 2010, os países da América Latina registraram inúmeras reivindicações e revoltas em torno da “[...] anulação das privatizações, nacionalização dos recursos naturais e democratização da vida política.” (KATZ, 2010, p. 6, tradução nossa). Esses elementos tornaram-se direcionamentos centrais das lutas populares nesta porção continental que misturaram “[...] inovadoras formas de protagonismo

social (indígenas, jovens, mulheres) com uma acumulação das experiências processadas durante todo o século XX.” (KATZ, 2010, p. 6, tradução nossa).

A luta contra o neoliberalismo se traduziu em diferentes lutas e ações: sub-regiões como Guadalupe e Martinica agiram de forma contrária aos ajustes neoliberais; no Peru se assumiu um caráter de resistência contra a privatização, se fortaleceram os movimentos camponeses e a luta indígena levou a cabo uma grande resistência contra a confiscação de terras; no México e na Argentina se deram inúmeras mobilizações em defesa do salário e o emprego por parte dos assalariados; no Paraguai se desenvolveram mobilizações agrárias; na Bolívia a população protestou exigindo a nacionalização dos hidrocarbonetos; e na Colômbia surgiram mobilizações contra os Tratados de Livre Comércio (TLC) (KATZ, 2002, 2005, 2010).

Também é de extrema importância a surpreendente resistência, quase insurrecional, contra o golpe na Honduras em 2009, bem como as lutas de Chiapas (México) expressas em movimentos antiglobalização lideradas pelos indígenas (KATZ, 2010).

Isto sem esquecer o surgimento do Fórum Social Mundial, enquanto espaço unificador de amplos setores progressistas, a luta armada das FARC-EP, e a resistência do povo cubano, constituindo-se como pilares fundamentais para a construção de alternativas viáveis de poder, que nesse período começaram a se consolidar em alguns países da América Latina.

Em contrapartida, o imperialismo desenvolvido pelos Estados Unidos agiu sem freios na região. A dominação imperialista norte-americana, desde a criação, apoio e consolidação das ditaduras militares nos anos 1970, até o controle militar exercido na Colômbia, que se converteu numa espécie de centro de operações militares, veio controlando e reprimindo as lutas de resistência e reivindicativas desde 2001 com a desculpa da luta contra o narcotráfico e o terrorismo, que seriam os novos inimigos a vencer; assunto que legitimava “[...] a intervenção estadunidense em qualquer parte do mundo.” (FIGUEROA, 2002, tradução nossa).

Apesar do nefasto desempenho na guerra do Iraque com interesses bem definidos no que se refere à apropriação das fontes de energia e à busca de garantir a hegemonia política, econômica e militar, os Estados Unidos voltam-se aos países latino-americanos através de interesses bélicos (instalação de bases militares e ataques constantes aos

povos originários) e a luta dissimulada nas fronteiras contra o terrorismo. Tal comportamento permitiu aprofundar a dominação ideológica que abriu as possibilidades tanto de barrar as diferentes lutas, quanto de se apropriar de territórios (através de compras em países como o Paraguai e a Bolívia), reservas de água e outros recursos naturais.

Assim, a luta anti-imperialista tornou-se legítima e urgente em todos os países do subcontinente. Essas lutas vêm forjando-se “[...] desde os zapatistas no México, até os militantes que desafiam todas as dificuldades que favorecem a ordem estabelecida na Colômbia e em outros países da América Latina.” (MÉSZÁROS, 2009, p. 33). Na Venezuela foi de grande importância a intervenção popular contra a tentativa do golpe de Estado levada a cabo pelos Estados Unidos.

2.2 Os governos de esquerda: reforma ou revolução?

Na primeira década do século XXI, enquanto o sistema financeiro entrava em crise, a América Latina entrava numa nova etapa política. Na Bolívia, na Venezuela e no Equador implantam-se governos de esquerda que chegam ao poder com grande apoio dos movimentos sociais (incluindo os sindicatos), levantam-se bandeiras contra o neoliberalismo (desemprego, privatizações, etc.) e o imperialismo norte-americano, promovendo a unidade latino-americana e a proteção das economias nacionais. Várias organizações criaram-se no intuito de fortalecer este objetivo.

Com o impulso de Hugo Chávez, estabeleceu-se a Aliança Bolivariana para as Américas (ALBA) em 2004, buscando “[...] erigir uma arquitetura financeira regional autônoma, com mecanismos de proteção frente à crise. Promove uma moeda regional (Sucre) para começar a emancipar a região da dependência do dólar.” (KATZ, 2010, p. 3, tradução nossa). Dentro dessa aliança se inserem a Venezuela, a Bolívia, a Nicarágua, a comunidade de Dominica, Antigua e Barbuda, o Equador, Cuba, e São Vicente e as Granadinas. Desta forma, a ALBA tem como objetivo “a defesa da independência, a autodeterminação e a identidade dos povos que a integram.” (ALBA, acesso em: 3 fev.

2014, tradução nossa). Também declara o propósito de “construir uma Pátria Grande na América Latina, tal como a sonharam os heróis de nossas lutas emancipadoras.” (ALBA, acesso em: 3 fev. 2014, tradução nossa).

O governo Venezuelano também impulsionou o “Banco do Sul”, “concebido para reduzir a dependência dos países da região dos organismos multilaterais de crédito.” (SEMANA, 2009a, tradução nossa).

Igualmente, o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) fundou-se em 1991 entre a Argentina, o Brasil, o Uruguai e o Paraguai. No período entre 2002 e 2010 se fortalece com o papel levado a cabo pelo Brasil; através da incorporação da Venezuela e da Bolívia e a partir da declaração como associados do Chile, a Colômbia, o Peru, o Equador, a Guiana e o Suriname. Seus objetivos se centram na livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos; a coordenação de posições em foros econômico-comerciais regionais e internacionais; e a coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais entre os Estados Parte (MERCOSUR, acesso em: 15 jan. 2014). Alguns teóricos têm tentando explicar o ressurgimento da esquerda em vários países da América Latina.

Castañeda expõe vários motivos: o fim da Guerra Fria, o que tirou a atenção dos Estados Unidos frente às alternativas de esquerda na região; a culminação do processo de democratização; a desigualdade social; as reformas neoliberais, o que levava à grande massa de trabalhadores a votar em candidatos que prometessem uma distribuição da renda; e o ataque à corrupção e à concentração de poder nas mãos de poucas pessoas (CASTAÑEDA, 2006 apud NASI, 2007).

Borón, por sua vez, atribui esse ressurgimento ao declive na cena política de atores tradicionais tais como os sindicatos e partidos aparecendo outros atores de esquerda protagonizando a luta pelo poder. Na mesma linha, o autor reconhece a importância dos movimentos sociais em escala mundial que lutam contra o neoliberalismo e a guerra (BORÓN, 2005 apud NASI, 2007).

Mas para analisar estes governos de esquerda é necessário trazer elementos contraditórios que podem permitir ler objetivamente os acontecimentos, e por sua vez, os caminhos que tomaram esses governos durante esse período.

Sob a proposta do “socialismo do século XXI” nos países com governos de esquerda, visualiza-se a construção de um “[...] socialismo distinto do soviético a partir das reformas que se fazem num território capitalista e no âmbito da democracia liberal e representativa.” (FIGUEROA, 2008, p. 58, tradução nossa).

Uma alternativa à ordem social do capital traz consigo um “[...] controle constituído pelos indivíduos de tal maneira que não fosse deles alienável [...] não vindo de cima [...] mais sim emergindo da base social mais ampla possível.” (MÉSZÁROS, 2009, p. 88). Assim, pensar numa sociedade construída pela base social, “não vindo de cima” questiona as ações desses governos, onde parece que cada vez ficaram mais distantes dos interesses das bases e da mesma classe trabalhadora.

Na Bolívia, por exemplo,

[...] o partido oficialista, MAS²⁷, permitiu conquistar uma nova Constituição, que agora deve se regulamentar. Mas cada vez há mais sintomas de mutação dessa organização, que surgiu dos sindicatos em luta e agora aglutina pequenos proprietários rurais e urbanos, articulados em torno a uma camada de funcionários. (KATZ, 2010, p. 4, tradução nossa).

No Equador aconteceram:

[...] sucessos substanciais, que se sintetizam no texto da nova Constituição. Esta carta inclui o caráter plurinacional do estado, proíbe aos financistas o manejo dos meios de comunicação, introduz a revocatória dos mandatos, limita a especulação com o endividamento público e impede a socialização estatal das dívidas privadas. [...] Mas no exercício do governo se adotam medidas que chocam com estas normas. [...] O fundo destas tensões é a composição de um governo que propõe ideias radicais, mas opera com funcionários comprometidos com os interesses do capital. (KATZ, 2010, p. 4, tradução nossa).

Na Venezuela, num encontro das vertentes de esquerda do processo bolivariano,

[...] se questionou a falta de respostas às demandas dos movimentos sociais, os manejos verticais no aparato estatal e o papel dos assessores ministeriais carentes de compromisso revolucionário. Também foi ressaltado o fracasso da audiência dos meios de comunicação públicos, as indefinições do socialismo do século XXI e a continuada desigualdade social. (KATZ, 2010, p. 4, tradução nossa).

Esses governos reformistas, tal como os chama Claudio Katz, têm feito transformações importantes na via da nacionalização de empresas privadas, a defesa contra o

²⁷ Movimento ao Socialismo.

imperialismo norte-americano, a luta contra o analfabetismo²⁸; em resumo, transformações que confrontam a ordem do capital. Porém, parece que a perspectiva de uma transformação radical do sistema do capital desaparece no horizonte dos seus programas, abandonando a relação direta com as lutas da “base social mais ampla” e afastando-se da prática de uma democracia participativa efetiva.

Por outro lado, países como a Argentina e o Brasil adotaram uma ideologia de centro-esquerda que fez com que se desenvolvessem projetos reformistas sob a perspectiva neoliberal e em aliança com os organismos multilaterais.

Com a chegada do Partido dos Trabalhadores à Presidência do Brasil geram-se alianças com partidos de direita e empresários buscando uma conciliação com a classe burguesa brasileira. Do mesmo modo, se respeitaram os compromissos com o FMI,

[...] em troca, logo depois de ser eleito, [Lula da Silva] recebeu os elogios do diretor geral do FMI, quem o apresentou como ‘um homem político do século XXI’. Até o próprio Bush lhe ofereceu uma excelente acolhida com ocasião da visita que realizou a Washington em começos de dezembro. (PÉCAUT, 2002, tradução nossa).

Por conseguinte, os projetos reformistas construídos desde a ideologia neoliberal se basearam em programas de distribuição de renda e o incremento de medidas de privatização dos direitos sociais como saúde e educação.

Na Argentina, o cancelamento total da dívida pública esteve acompanhado por uma forte relação com os Estados Unidos. No entanto, tanto o Brasil quanto a Argentina entraram no MERCOSUL.

2.3 Entre alianças e confrontações: a Colômbia e a América Latina

O governo Uribe representa a mais clara continuação da dominação estadunidense sobre os países latino-americanos, ele, junto a Alejandro Toledo (2001-2006) e Alan

²⁸ Na Venezuela e na Bolívia o analfabetismo foi erradicado. Cf. JN. Bolívia: Evo Morales anuncia o fim do analfabetismo no país. Jornal de Notícias. [S.l.], paginação irregular, 21 dez. 2008. Disponível em: <http://www.jn.pt/PaginaInicial/Interior.aspx?content_id=1062048&page=2>. Acesso em: 22 fev. 2013; DIRCEU, 2012.

Garcia (2006-2011) no Peru e Vicente Fox (2000-2006) e Felipe Calderón (2006-2012) no México foram os governantes que fizeram mais explícita a adoção das políticas neoliberais impostas pelo sistema capitalista nessa nova etapa de reestruturação financeira, recorte das funções do Estado e a quase total submissão aos organismos financeiros multilaterais.

O papel da Colômbia consistiu (e consiste) em ser o aliado principal dos Estados Unidos na América Latina. Isto trouxe profundas consequências nas relações com os outros países da região que, como foi dito, construíram projetos políticos enraizados no anti-imperialismo e nas críticas à dominação histórica dos Estados Unidos na América Latina.

A Colômbia participou da União de Nações Sul-americanas (UNASUL), a qual

[...] é uma organização internacional criada em 2008 como impulso à integração regional em matéria de energia, educação, saúde, ambiente, infraestrutura, segurança e democracia. Seus esforços estão encaminhados a aprofundar a unidade entre as nações sul-americanas, sob o reconhecimento de seus objetivos regionais, fortalezas sociais e recursos energéticos. (UNASUR, acesso em: 15 jan. 2014, tradução nossa).

Esta organização multilateral reuniu 12 países sul-americanos e cumpriu um papel importante na mediação de conflitos. Em 2009, a Colômbia decide enviar uma delegação técnica ao Conselho de Segurança dessa organização evitando a participação do Ministro de Defesa, devido o conflito entre os governos da Venezuela e da Colômbia e à recusa de discutir o acordo militar com os Estados Unidos. Isto depois da ausência de Álvaro Uribe na cúpula da UNASUL em agosto desse mesmo ano.

Um senador “uribista” declarou: “Nós estamos sós na América Latina. Cada país está construindo suas posições e Chávez teve tempo de comprar com seu petróleo a muitos países que neste momento têm mais interesses no econômico.” (SEMANA, 2009b, tradução nossa).

Desse modo, distintos conflitos com outros países latino-americanos se desenvolveram durante o governo Uribe, especialmente com o Equador e a Venezuela.

O enfrentamento direto com o ex-presidente Hugo Chávez se desencadeou desde o começo do mandato de Uribe em 2002. O assunto principal foram as posições diferenciadas de ambos os presidentes sobre as FARC-EP e as ações que deviam ser

levadas a cabo. O ex-presidente Álvaro Uribe acusou em várias ocasiões o ex-presidente da Venezuela de apoiar a guerrilha das FARC-EP. Esse apoio, segundo Uribe, era de cunho militar, com venda de armas e munições; territorial, brindando asilo e permitindo a atividade guerrilheira no território venezuelano; além de ideológico.

Por sua parte, o ex-presidente venezuelano opôs-se a considerar as FARC-EP como organizações terroristas, reconhecendo naquela organização o status de beligerância e seu papel como ator armado e político na Colômbia. De igual forma, “as FARC-EP e o ELN têm reconhecido publicamente, através de comunicados e panfletos, o seu apoio à revolução bolivariana.” (INFANTE, 2010, p. 41, tradução nossa). Chávez também denunciou em variadas ocasiões a “infiltração paramilitar vinculada a setores extremistas da oposição direitista na Venezuela.” (INFANTE, 2010, p. 41, tradução nossa).

Com o escopo de exterminar militarmente as FARC-EP, Uribe interveio militarmente em território venezuelano e foi acusado de criar um plano para assassinar a Hugo Chávez. Com isso, Chávez militarizou as fronteiras²⁹ e fechou a embaixada venezuelana em Bogotá. Isto afetou as atividades econômicas e diplomáticas entre os dois países levando ao fechamento das fronteiras para o trânsito do comércio, o que reduz as exportações colombianas na Venezuela em 25% no final de 2009 (INFANTE, 2010).

Dentro dessa crise política e diplomática, criou-se o “Grupo de Amigos”, conformado por vários países da América Latina para conseguir uma mediação, isto se viu obstaculizado pelas diferentes posições políticas dos dois mandatários respeito aos organismos de conciliação: a OEA e a UNASUL. Este conflito também se viu refletido em diferentes mobilizações que ocorreram na Colômbia onde foi clara a recusa ao governo da Venezuela e ao ex-presidente Hugo Chávez.

Com o mesmo objetivo, o governo Uribe realiza em 2008 uma intervenção bélica no território equatoriano que resulta no assassinato de “Raul Reyes”, um dos principais comandantes dessa guerrilha. Segundo Ballén (2011), esta ação teve como consequência a maior crise internacional da história da Colômbia que terminou em uma desculpa

²⁹ A Venezuela fez contratos entre 2005 e 2010 com a Rússia “[...] para adquirir uma frota de 55 helicópteros de combate e transporte, vinte nove aviões de combate, vinte buques de guerra e arsenais compostos por fuzis de assalto, lança-projetéis e lança-granadas com a respectiva transferência de tecnologia.” (GONZÁLEZ, J., 2011, p. 46, tradução nossa).

pública por parte da Colômbia e em uma polarização ainda maior na sociedade colombiana ao respeito dos países vizinhos.

A relação da Colômbia com os Estados Unidos se fortaleceu com as negociações sobre a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Nestas, buscou-se reproduzir o esquema da Organização Internacional do Comércio (OMC) quanto ao comércio entre a América do Norte, a América Central e do Sul (excluindo a Cuba). Este esquema se baseia na “vigência do critério da ‘reciprocidade’ (tratam como iguais a economias que são desiguais), em detrimento da ‘preferencialidade’ (concessão de trato especial e diferenciado a países de menor desenvolvimento econômico relativo).” (MOIR, 2002, tradução nossa). Paralelamente, os Estados Unidos decidem criar Tratados bilaterais de Livre Comércio com alguns países, entre eles a Colômbia.

Lula da Silva, presidente do Brasil entre 2003 e 2011, manifestou suas reservas sobre a ALCA e afirmou “que entendia que a negociação devia traduzir-se na geração de vantagens recíprocas.” (PÉCAUT, 2002, tradução nossa). A oposição dos governos da Venezuela e do Brasil à ALCA cumpriu um papel inicial de grande importância ao dar prioridade a acordos entre os países da América do Sul e obrigando os Estados Unidos a concentrar-se nos Tratados bilaterais³⁰.

Por outro lado, a decisão de Uribe de assinar um acordo militar com os Estados Unidos “[...] mediante o qual, tropas e aeronaves desse império hegemônico podiam fazer uso de sete bases militares e de todos os aeroportos internacionais da Colômbia [...]” (BALLÉN, 2011, tradução nossa), gerou uma crise com vários países latino-americanos, especialmente com o Equador e a Venezuela, e em menor grau com a Bolívia. Segundo esses países o acordo podia levar a um possível ataque militar nos países latino-americanos contrários ao país imperialista e que era uma ameaça à segurança regional (GONZÁLEZ, J., 2011). E isto não era só uma especulação:

[...] nesse momento do debate [antes da assinatura e depois das reações da Venezuela, do Equador e da Bolívia] funcionários colombianos já tinham realizado gestões com o governo dos Estados Unidos para conseguir que o eventual acordo de cooperação servisse como plataforma a operações de inteligência frente à Venezuela e o Equador. Ambos os Estados eram percebidos pelo governo colombiano como

³⁰ O Brasil também desenvolveu uma função de mediação entre diferentes conflitos do subcontinente e foi chave no fortalecimento do MERCOSUL, o Conselho Sul-americano de Defesa e os diferentes processos de integração latino-americana.

ameaças, aliás, considerando que a presença de *marines* e de equipes táticos e estratégicos ajudaria a potenciar a capacidade dissuasiva da Colômbia frente esses países vizinhos. (GONZÁLEZ, J., 2011, p. 40, grifo do autor, tradução nossa).

Para Uribe este acordo era totalmente justificável na luta contra o terrorismo:

Também precisamos da solidariedade de outros países, especialmente da região, para frear o terrorismo e o seu aliado o narcotráfico. Temos que congelar as suas contas, perseguir os seus homens, entrega-los à justiça. Eu tenho dito isto em repetidas ocasiões: quem toma a decisão de albergar o terrorismo acaba sendo vítima do terrorismo. Para derrotar o terrorismo não há soberania de nações, mas soberania democrática. A luta é da soberania dos Estados e das nações democráticas contra a soberania do terrorismo. A luta é de todos contra o terrorismo. (PRESIDENCIA DE LA REPÚBLICA, 2003, p. 6, tradução nossa).

Depois do anúncio do acordo, os países da UNASUL, em reunião em 2009, solicitaram ao governo colombiano a assinatura formal de um compromisso “mediante o qual se garantisse que as tropas norte-americanas estacionadas nesse país não incursionariam fora do território colombiano.” (BORÓN, 2009, tradução nossa). A solicitude foi negada pela Colômbia. Nessa mesma reunião Uribe recomendava que esta organização não estivesse desvinculada da OEA e esclarecia que a intenção da Colômbia na assinatura do acordo não era levar a cabo guerras com os países vizinhos, mas combater a guerra interna.

Como consequência do acordo, Hugo Chávez (2009) declarou:

Em nome do vínculo histórico e fraterno com o povo colombiano, bem paciente tem sido o Governo Bolivariano com o Governo de Uribe Vélez; mas tudo tem um limite: frente a um Governo que não respeita nada e que serve aos interesses do império, temos que agir como o temos feito. (Tradução nossa).

Para procurar o apoio do acordo, Uribe fez uma turnê por sete países latino-americanos: o Peru, o Chile, o Brasil, o Paraguai, a Argentina, o Uruguai e a Bolívia, recebendo o apoio explícito do governo de Alan Garcia no Peru.

CAPÍTULO 3

OS PARTIDOS DE ESQUERDA E OS SINDICATOS NA COLÔMBIA NO PERÍODO 2002-2010

3.1 Governo de Álvaro Uribe Vélez: neoliberalismo, conflito armado e imperialismo

Álvaro Uribe Vélez foi governador do departamento de Antioquia³¹ entre 1995 e 1997. Nesse governo impulsionou a criação das chamadas 'CONVIVIR', "[...] cooperativas de segurança que involucraram civis na luta contra-insurgente [...]" (GONZÁLEZ, J., 2011, p. 63-64, tradução nossa), uma das formas em que se configuraram os paramilitares na Colômbia³².

Até o ano 2001, Álvaro Uribe fez parte do Partido Liberal (PL), mas sempre com grandes críticas a esse partido, o que levou à sua separação e à criação de uma candidatura "independente", com grande apoio do Partido Conservador, que não teve candidato presidencial nas eleições de 2002. Isto respondendo à ideologia neoliberal que promulga o esgotamento da tradição democrática partidária, considerando-lhe a origem dos problemas de corrupção e burocratização do Estado. Desse modo, criam-se múltiplos partidos pequenos que respondem à figura de Uribe, à ideologia neoliberal e a seu plano de governo, partidos chamados "uribistas"³³.

Em 2002, Álvaro Uribe Vélez chega a Presidência por meio da "ajuda" dos paramilitares. Utilizando a intimidação e as ameaças, os paramilitares obrigaram as pessoas a votarem pelo candidato presidencial e pelos candidatos "uribistas" ao congresso, além do financiamento de campanhas, fenômeno conhecido como "para-política". A partir de

³¹ Sua capital, Medellín, é a segunda cidade mais importante da Colômbia.

³² "Sua tendência a securitizar os problemas teria origem, ao menos parcialmente, em experiências pessoais do dirigente, cujo pai foi morto em mãos de guerrilheiros das FARC." (GONZÁLEZ, J., 2011, p. 63-64, tradução nossa).

³³ Se referindo a Uribe.

2006, foram comprovados estes vínculos e condenados vários congressistas que publicamente apoiaram a Uribe, tanto na sua candidatura quanto nos seus dois mandatos. Em maio de 2010, 30 congressistas tinham sido presos e 13 tinham sido condenados (SEMANA, 2010a)³⁴. Isto foi evidenciado com as declarações dos ex-chefes paramilitares que mostraram como, nas campanhas eleitorais de 2001 e 2002, grupos políticos de várias regiões da Colômbia fizeram parcerias com os grupos paramilitares para garantir a maioria no Congresso e a eleição de Álvaro Uribe como presidente.

No seu segundo mandato em 2006, o ex-presidente conseguiu aprovar o referendo que permitia a reeleição presidencial por meio da compra dos votos de dois congressistas (SALAZAR, 2008)³⁵.

O seu governo fundou toda sua ação em três pilares: segurança democrática, confiança para o investidor e coesão social. Isto no marco de um “Estado comunitário” que propunha a participação cidadã como elemento essencial para a consecução dos objetivos do seu governo. Para Sarmiento, L. (2001), “[...] em substituição do Estado social e democrático de direito se propõe o absolutismo do poder estatal: ordem, autoridade e império da lei.” (Tradução nossa).

A forte popularidade de Uribe se refletiu na aceitação dentro da classe trabalhadora que reconhecia no ex-presidente uma pessoa “trabalhadora”, isto, por exemplo, a partir da sua palavra de ordem “trabalhar, trabalhar e trabalhar” e através dos chamados “conselhos comunitários”, onde visitou múltiplos bairros e cidades do interior recolhendo queixas e petições dos habitantes e gerando uma aparente aproximação entre o executivo e a população. Assim mesmo, acostumava usar uma linguagem próxima à classe trabalhadora e aos setores excluídos. As pesquisas sobre popularidade em 2007 mostraram que o ex-presidente era altamente aceitado na população colombiana (entre 60% e 70%)³⁶ (GALINDO, 2007).

³⁴ Uribe atacou diretamente as decisões do poder judiciário quando se tratava de denunciar e julgar os vínculos entre políticos e paramilitares.

³⁵ Uma delas, Yidis Medina, foi condenada.

³⁶ “[...] os índices de medição da popularidade do presidente são obtidos na maior parte por pesquisas de opinião financiadas pelos grandes meios de comunicação em nível nacional, a maior parte dos quais têm manifestado o seu respaldo de maneira explícita ou tácita à gestão governamental. Por outro lado, deve levar-se em conta que tais pesquisas se realizam principalmente nos grandes centros urbanos, em setores médios e altos e não levam em conta as opiniões dos habitantes de outras regiões, especialmente aquelas que na atualidade assumem de uma forma mais direta os rigores do conflito armado e suas consequências em termos de segurança e bem-estar social.” (GALINDO, 2007, p. 158, tradução nossa).

Segundo Camargo (2010, p. 37) o governo Uribe se utilizou dos 11 princípios de propaganda política criados por Goebbels na Alemanha nazi:

- 1) Princípio de simplificação e do inimigo único. Adotar uma única ideia; um único símbolo; individualizar o adversário em um único inimigo;
- 2) Princípio do método de contágio. Reunir os adversários em uma só categoria ou indivíduo. Os adversários têm de constituir-se em suma individualizada;
- 3) Princípio da transposição. Atribuir ao adversário os próprios erros ou defeitos, respondendo o ataque com o ataque: “Se não podes negar as más notícias, inventa outras que as distraiam”;
- 4) Princípio do exagero e desfiguração. Converter qualquer anedota, por pequena que seja, em ameaça grave;
- 5) Princípio da vulgarização. “Toda propaganda deve ser popular, adotando seu nível ao menos inteligente dos indivíduos, aos que se dirige.” Quanto maior seja a massa a convencer menor há de ser o esforço mental a fazer. A capacidade de entendimento das massas é limitada e sua compreensão rara; além do mais tem grande facilidade para esquecer;
- 6) Princípio de orquestração. “A propaganda deve limitar-se a um número pequeno de ideias e repeti-las incansavelmente, apresentando-as de diferentes perspectivas; mas sempre convergindo sobre o mesmo conceito. Sem ranhuras nem dúvidas”. Se uma mentira se repete suficientemente, acaba por converter-se em verdade;
- 7) Princípio de renovação. Emitir constantemente informações e argumentos novos a um ritmo tal que, quando o adversário responda, o público esteja interessado em outra coisa. As respostas do adversário nunca devem poder contrariar o nível crescente de acusações;
- 8) Princípio da verossimilhança. Construir argumentos a partir de fontes diversas, através dos chamados balões de ensaios ou de informações fragmentadas;
- 9) Princípio do silêncio. Calar sobre as questões das quais não se tem argumentos e encobrir as notícias que favorecem o adversário; também contra programando com a ajuda de meios de comunicação afins;
- 10) Princípio da transfusão. Por regra, a propaganda opera sempre a partir de um substrato preexistente, seja uma mitologia nacional ou um complexo de ódios e prejuízos tradicionais. Trata-se de difundir argumentos que possam se nutrir em atitudes primitivas;
11. Princípio de unanimidade. Convença as pessoas de que elas pensam “como todo mundo”, criando uma (falsa) impressão de unanimidade. (Tradução nossa).

3.1.1 Políticas de continuidade

Uribe continuou a aprofundar a reestruturação social, política e econômica neoliberal que se deu desde os anos 1990 na Colômbia a partir da aplicação estrita dos acordos com o FMI³⁷; a continuação das medidas do Consenso de Washington (ESTRADA, 2006); o desmonte do Estado social de direito promulgado com a Constituição de 1991 (LE MONDE DIPLOMATIQUE, 2004); o aprofundamento da flexibilização laboral e a supressão de alguns direitos históricos dos trabalhadores (SARMIENTO, L., 2010).

Para isso, o governo fez um “ajuste fiscal”, comprometendo-se com o pagamento da dívida externa (exigência do Banco Mundial) e com a proteção do investimento estrangeiro. Em 2009 as transnacionais tiveram ganâncias de 6.000 milhões de dólares ao tempo que a dívida colombiana externa continuou crescendo, ocupando o 8,9% do Produto Interno Bruto (PIB). Este ajuste fiscal, disfarçado no discurso contra o clientelismo e a corrupção, aumentou a tributação indireta e diminuiu o gasto público³⁸ (SARMIENTO, L., 2001, 2006b, 2010).

Sobre as condições socioeconômicas nesse período, Sarmiento, L. (2009) compartilha dados de grande importância:

[...] durante o período de maior crescimento da economia (no lapso 2002-2007 o PIB cresceu com um ritmo em média anual de 5%) os indicadores de pobreza apenas registraram uma lenta diminuição, passaram de 50,3% em 2005 a 46% em 2008 (hoje, na Colômbia, tem em torno de 20 milhões de cidadãos pobres). Pior ainda é a situação para os habitantes em condição de miséria (aqueles cuja renda não é suficiente nem para comer), sua quantidade como subconjunto registrou um aumento de 2,3% entre 2005 -situando-se em 15,7%- e 2008 - ascendeu a 18% (hoje somam 7,5 milhões). Na parte rural, a situação é dramática: enquanto o Governo entrega sem restrições subsídios aos grandes terratenentes, o 65,2% dos trabalhadores rurais encontra-se em situação de pobreza, e um de cada três em pobreza extrema ou miséria. Quanto à distribuição da renda, a concentração agora é mais injusta respeito há 20 anos: em 2008, o coeficiente de Gini (mede a desigualdade em um rango entre 0 e 1; quando se aproxima a 1, a desigualdade é maior) foi de 0,59 -se mantêm sem mudanças desde

³⁷ Que exigiu a demissão de cerca de 40.000 trabalhadores em 2006.

³⁸ O secretário geral do MOIR afirma: “Com extrema audácia [Uribe] presenta sua falácia de ‘todos colaboram’, argumentando que as grandes insuficiências do orçamento são um problema nacional cuja solução deve ser procurada pela totalidade dos colombianos.” (VALENCIA, 2003, tradução nossa).

2002-, enquanto em 1991 registrava um valor de 0,54. (Tradução nossa).

Reforçando o apoio ao capital financeiro, o orçamento em saúde, educação e moradia diminuiu³⁹, aumentando o orçamento para aposentadoria e a sua estabilidade financeira, considerado um componente essencial do capital especulativo em nível mundial (SARMIENTO, L., 2001). De igual forma, a concentração do governo no ajuste fiscal refletiu-se numa forte desindustrialização e privatização de empresas estatais de grande tradição na Colômbia (DELGADO et al., 2010).

Na construção desse projeto de país, o governo Uribe procurou assinar o TLC com os Estados Unidos, tentativa barrada pela bancada do partido democrata e os sindicatos dos Estados Unidos que se opunham devido à alta taxa de sindicalistas assassinados na Colômbia. Isto, como vai ser evidenciado mais adiante, representou um dos principais motivos de protesto no período 2002-2010.

No aprofundamento do neoliberalismo e em busca de alcançar o objetivo da coesão social (um dos pilares do governo), criou-se a “Assessoria Presidencial para a Ação Social”, que consistiu na transferência de renda para a população mais pobre. No ano 2010, o programa “Famílias em ação” tinha inscritas dois milhões e novecentas famílias.

3.1.2 A polarização política: os amigos e os inimigos da pátria

O sentido de “pátria”, a partir da criação de um inimigo comum, a guerrilha, fez com que o projeto político de Uribe “[...] se apresentara como uma novidade histórica, como um ‘verdadeiro projeto de unidade nacional’ articulado em torno da luta contra o terrorismo e como a única saída eficaz à situação de violência.” (GALINDO, 2007, p. 155-156, tradução nossa). A partir da luta contra-insurgente, o ex-presidente conseguiu dividir a sociedade colombiana entre terroristas e não terroristas, entre os que apoiavam ou

³⁹ Isto sem esquecer que “Uribe [teve] pequena margem de manobra frente ao gasto social, que está definido pela Constituição de 1991 e aumenta progressivamente cada ano. Não podem modificar-se os valores destinados à educação e à saúde.” (NASI, 2007, p. 172, tradução nossa).

lutavam contra o inimigo da pátria, entre “bons” e “maus”, ou “uribistas” e “antiuribistas” (CABALLERO, 2010).

Inserindo-se no contexto mundial, o ex-presidente assimilou o discurso imperialista sobre o terrorismo, que também buscava polarizar o mundo inteiro entre os bons (Estados Unidos, ONU, etc.) e os maus (organizações no Oriente Médio e qualquer surto de rebeldia nos países internacionalmente dominados).

Dentro dos “inimigos” do governo estavam as organizações de Direitos Humanos, as organizações de vítimas do conflito armado, organizações camponesas, sindicatos, partidos políticos, organismos de justiça, entre outros, querendo assinalar estes setores como mais uma frente de trabalho das FARC-EP, “reduzido na versão oficial à categoria de ‘ameaça terrorista.’” (BECERRA, 2012, p. 109, tradução nossa), o que desencadeava quase imediatamente em ameaças, assassinatos e perseguições por parte de organizações ilegais (FERNÁNDEZ, 2010)⁴⁰. Só como exemplo, apresento um ataque a uma organização de Direitos Humanos que propugna pela saída negociada do conflito armado, “Colombianos e colombianas pela paz”, feito pelo ex-presidente em um dos conselhos comunitários:

[...] bloque intelectual das Farc que fica falando na Europa, nos Estados Unidos: ‘Cuidado, Uribe é paramilitar, não é para aprovar o TLC, porque Uribe é paramilitar e violador de Direitos Humanos’... O tempo todo eles ficam falando de Direitos Humanos, simplesmente para amedrontar aos nossos soldados e policiais... não podemos permitir que agora eles, com o seu contínuo sobre sua paz e com a acusação permanente às Forças Armadas, nos paralisem a política de segurança democrática. (DELGADO et al, 2010, p. 28, tradução nossa).

González, A., (2010, p. 15) oferece uma análise precisa sobre o fenômeno da polarização no governo Uribe:

[...] pensar a vida política como o enfrentamento maniqueísta entre o bem e o mal (Lechner, 1992) [...] abre o caminho à aceitação de líderes messiânicos e populistas, autoproclamados como verdadeiros representantes do povo e encarnação do bem comum. Isto leva às vezes à desqualificação do adversário como encarnação do mal que tem de eliminar e a deslegitimar a atividade política como busca coletiva para a construção de soluções aos problemas, já que essas negociações

⁴⁰ A repressão e eliminação da oposição tem uma trajetória histórica que não permite ser esquecida na Colômbia. É de grande importância o decreto da “Lei Heroica” em 1927, que considerava as agitações sociais (lutas dos movimentos operário e popular) como problema de ordem público, sendo legalmente presos. Isto teve como consequência alianças temporárias entre o PL e o PSR para unificar os protestos massivos contra a repressão estatal.

políticas são consideradas como essencialmente corruptas: os políticos profissionais são vistos como dedicados exclusivamente a promover seus interesses egoístas [...], longe dos interesses dos grupos e pessoas que dizem representar. Daí que se recuse toda tentativa de atividade política organizada e se procure eleger como representantes a personagens sem nenhuma vinculação política partidarista, apelando ao seu carácter ‘independente’ ou ‘cívico’: se contrapõe assim a sociedade política concreta a uma incontaminada ‘sociedade civil’, sede de todas as ‘virtudes públicas’, por cima dos interesses egoístas dos grupos de pressão. (Tradução nossa).

A partir da polarização política profunda que se experimentou nessa época, as posições sobre o conflito armado também se polarizaram entre a população. Em consequência, socialmente se construiu uma espécie de classificação de crimes efetuados no marco do conflito armado, aparecendo o sequestro (realizado na sua maioria pelas FARC-EP) como o mais “condenável” socialmente⁴¹. Assim, parecem invisibilizar-se outros crimes como os massacres e as desapareições levadas a cabo pelos paramilitares (NASI, 2007). As cifras obtidas durante o período 2002-2010 mostram que:

[...] as infrações ao DIH⁴² das que os paramilitares são responsáveis só diminuíram um 23%, frente ao 82% das ações das FARC. Inclusive, como no passado, seu acionar foi dirigido contra a população civil, sendo responsáveis dos 42% das infrações ao DIH entre 2002 e 2009, em comparação com os 34% da Força Pública, os 19% das FARC e apenas os 2% do ELN. (VÁSQUEZ, T., 2010, p. 10, tradução nossa).

Na mesma linha, Carlos Lozano, diretor do órgão de propaganda do PCC na atualidade, afirma que uma diferença clara entre os crimes efetuados pela guerrilha e pelos paramilitares é a expropriação de terras, assunto exclusivo do acionar paramilitar. Mesmo assim, reconhece que o deslocamento forçado também se da por causa do enfrentamento militar entre guerrilhas, militares e paramilitares, obrigando as pessoas a abandonarem seus territórios (LOZANO apud GARCÍA, 2004).

Esta “classificação” dos crimes ficou manifesta em várias mobilizações nacionais de grande repercussão midiática: uma primeira marcha no dia 4 de fevereiro de 2008, organizada aparentemente desde o Facebook, declarava o seu repúdio principalmente ao sequestro⁴³. No dia 6 de março desse mesmo ano, as organizações de Direitos

⁴¹ “A raiz de que o Estado colombiano sempre negou a possibilidade da troca [humanitária], as FARC optaram por um mecanismo de pressão desse intercâmbio humanitário, que foi retendo uns dirigentes políticos: senadores, representantes, governadores, uma ex-candidata presidencial... como uma maneira – digamos- de pressionar o intercâmbio humanitário.” (GARCÍA, 2004, tradução nossa).

⁴² Direito Internacional Humanitário.

⁴³ Palavras de ordem contra Hugo Chávez e em apoio a Uribe foram das mais comuns.

Humanos e de vítimas de crimes de Estado convocaram a uma marcha exigindo “[...] os direitos da verdade, a justiça, a reparação e garantias de não repetição, além das demandas de proteção à vida.” (SARMIENTO, F., 2010, p. 22, tradução nossa). As centrais operárias e o PDA participaram na última marcha.

Sobre a marcha do dia 6 de março, o governo afirmou que estava infiltrada pelas FARC-EP, deixando uma difícil escolha para os e as colombianas que têm sido vítimas dos diferentes grupos, mas não queriam ser assinalados como “terroristas” ou, pelo contrário, como simpatizantes do governo. No entanto, em ambos os casos trata-se de vítimas do conflito armado, os primeiros, familiares de soldados, policiais e da classe política dominante; no segundo caso, vítimas dos paramilitares e do terrorismo de Estado. Por causa do anterior, estas mobilizações tiveram um cunho político profundo onde parecia que protestar por um ou outro motivo significava apoiar a um bando específico do conflito armado: os paramilitares e o governo, ou a guerrilha.

Fotografia 2-Marcha contra as FARC-EP em Cali, Colômbia



Fonte: Periodismo global

3.1.3 A política de “segurança democrática”: “paramilitarização” do Estado e intervenção imperialista

A “segurança democrática”, como uma das bandeiras principais que permitiu a chegada de Álvaro Uribe no poder, prometia derrotar pela via militar as guerrilhas na Colômbia, projeto apoiado econômica e politicamente por associações de grêmios de pecuaristas,

agroindustriais e terratenentes. Nesse sentido, esse governo declarou que na Colômbia não existia um conflito armado interno uma vez que as guerrilhas não eram atores políticos, mas organizações terroristas.

A estratégia da “segurança democrática” no seu governo tinha como objetivos:

[...] fortalecimento da força pública para recuperar o controle do território e proteger a infraestrutura nacional [...], a desarticulação da produção de drogas, o fortalecimento da justiça e a atenção a zonas deprimidas e de conflito. (PRESIDENCIA DE LA REPÚBLICA, 2002 apud GALINDO, 2007, p. 152-153, tradução nossa).

Em termos numéricos, é difícil encontrar um consenso no que diz respeito ao gasto militar na Colômbia no período 2002-2010. Segundo o Banco Mundial⁴⁴, a média do gasto militar foi de 4,2% do PIB. Outras fontes determinaram que essa despesa oscilou entre o 5% e o 6% do PIB (OTERO, 2010; QUIROGA, 2010)⁴⁵. Outros dados são mais esclarecedores:

[...] rede de cooperantes de um milhão de pessoas [...] novas brigadas móveis, batalhões de alta montanha, soldados camponeses, grupos antiterroristas urbanos, pequenas unidades autônomas com treinamento especial e grande poder de fogo, aviões fantasmas, ‘plano patriota’ de 17.000 homens e 12 comandos elite do DAS com 300 homens e mulheres escolhidos. (BALLÉN, 2011, tradução nossa).

O Departamento Administrativo de Segurança (DAS) teve uma importante função para o fortalecimento do projeto de “segurança democrática” de Uribe (sendo este último seu chefe direto). O DAS foi responsável pelas interceptações ilegais de telefones de sindicalistas, magistrados, jornalistas, membros de ONG’s e congressistas de oposição, resultando no assassinato de várias pessoas das listas entregadas pelo mesmo Departamento a grupos paramilitares; pelo menos 22 sindicalistas se encontravam nessa lista (ENS, 2010)⁴⁶.

A luta contra a guerrilha representou um dos argumentos principais que o governo Uribe utilizou para justificar a estreita relação com o governo de George W. Bush,

⁴⁴ Cf. BANCO MUNDIAL. Indicadores de dados. Disponível em: <<http://datos.bancomundial.org/indicador>>. Acesso em: 28 dez. 2013.

⁴⁵ Este gasto inclui: “[...] o Ministério de Defesa e a Polícia Nacional. Mas, além disso, nele tem parte os ‘gastos em segurança’ do Ministério do Interior e da Justiça, e de agências do governo como o Instituto Nacional Penitenciário e Carcerário, INPEC, o Departamento Administrativo de Segurança, a Promotoria da justiça, a Procuradoria y a Defensoria do Povo.” (OTERO, 2010, tradução nossa).

⁴⁶ O diretor do DAS entre 2002 e 2006 foi condenado em 2011 a 25 anos de prisão e o Departamento ainda está em processo de liquidação.

presidente dos Estados Unidos entre 2001-2009. Assim, “[...] a intervenção imperial aparece como uma necessidade, como uma condição da existência e da supervivência da nação, do povo.” (ESTRADA, 2006, tradução nossa)⁴⁷. A continuação do Plano Colômbia, o “Plano Patriota”, significou um aporte de US\$ 4.263 milhões por parte dos Estados Unidos (GONZÁLEZ, J., 2011). Isto em contraste com a decisão do governo Uribe em 2002 de postergar a entrada da Corte Penal Internacional até o ano 2009.

Toda essa maquinaria belicista acabou por diminuir a força combativa das FARC-EP quanto ao domínio de territórios, sendo levadas às montanhas e fronteiras. Também sua força ideológica como organização legítima de luta contra a classe dominante foi intensamente abalada, perdendo apoio nacional e internacional (VÁSQUEZ, T., 2010). No entanto, o objetivo de exterminá-la pela via militar não ofereceu os resultados esperados, isto apesar de alguns resultados de grande importância mediática como foram o resgate de Ingrid Betancur e de três estadunidenses e o assassinato do membro do Secretariado das FARC-EP, Raúl Reyes, em um acampamento no Equador⁴⁸.

Dentro da estratégia da “segurança democrática” surge o fenômeno das execuções extrajudiciais, chamadas “falsos positivos”. Isto foi resultado da criação de um sistema de incentivos para os soldados que assassinaram guerrilheiros nos combates, uma consequência da necessidade do governo de apresentar bons resultados sobre a guerra contra-insurgente. Assim, até 2010 foram assassinadas mais de 2.000 pessoas inocentes e civis, sendo elas apresentadas como guerrilheiros mortos em combate⁴⁹, incluindo 21 sindicalistas (ENS, 2010).

De igual forma, intensificou-se o deslocamento forçado: segundo a “Consultoría para los Derechos Humanos y el Desplazamiento” (CODHES), entre 2002 e 2010 foram

⁴⁷ Esta relação vem se configurando desde os anos 1950. Em 1962 se assina o “Plano Laso” que tentou exterminar as guerrilhas liberais, dois anos depois se criam as FARC-EP. Logo, em 1968, o “Plano Andes”; em 1974, o “Manual Provisório para o Planejamento da Segurança Nacional”; em 1991 a “Estratégia Nacional contra a violência”; em 1998 o “Plano Colômbia”; e finalmente em 2003, o “Plano Patriota.”

⁴⁸ Dentro desse acampamento foi confiscado o computador de Raúl Reyes que foi usado pelo governo como ferramenta para acusar a várias pessoas da oposição de ter vínculos com essa guerrilha. A mesma Interpol reconheceu que enquanto o computador esteve em mãos do exército e dos organismos de inteligência colombiana, sofreu alterações como exclusão e criação de mais de 40.000 arquivos (RAMÍREZ, 2008).

⁴⁹ Isto faz com que as cifras de guerrilheiros mortos, capturados e reinseridos à vida civil que ofereceu o governo não sejam totalmente confiáveis.

deslocadas 2.692.404, chegando a um total, no final de 2010, de 5.186.260 colombianos deslocados desde 1985 (CODHES INFORMA, 2012)⁵⁰.

A cooptação do Estado pelos paramilitares no Congresso da República também fez parte do desenvolvimento da política de “segurança democrática”. A desmobilização dos paramilitares em 2006, baseada na “Lei de Justiça e Paz” de 2005, não garantiu os devidos processos de justiça, reparação, verdade e não repetição (GUTIÉRREZ, C., 2004). A principal organização paramilitar do país, as AUC foi desarticulada, não obstante, imediatamente aparece um novo fenômeno chamado “Bacrim” (Bandos Criminais), conformados por ex-paramilitares do país inteiro, que continuaram a atividade criminal das AUC. De qualquer forma, só dois paramilitares tinham sido condenados em 2010 desde a desmobilização (CINEP, 2010). Igualmente, o governo Uribe recorreu à extradição, tendo um total de 23 ex-chefes paramilitares extraditados para os Estados Unidos em 2010, sendo eles condenados por narcotráfico e abandonando os processos de reparação às vítimas⁵¹ (SEMANA, 2010b).

Fotografia 3-Paramilitares no Congresso, 28 de julho de 2004



Fonte: Lucas Ospina

Vários estudos mostram que crimes como assassinatos, torturas e detenções arbitrárias por parte dos paramilitares e a força pública diminuíram significativamente, isto contrastando com o aumento das ameaças a variados grupos sociais considerados “problemáticos”: “[...] ladrões, prostitutas, vendedores e consumidores de drogas, habitantes de rua e, particularmente, grupos de população jovem.” (FERNÁNDEZ, 2010,

⁵⁰ As cifras sobre deslocamento forçado são muito variáveis. A fonte citada tem sido referenciada por vários jornais na Colômbia, em contraste com os informes dos governos que são altamente criticados por diminuir as cifras.

⁵¹ Com a extradição, os ex-chefes paramilitares deixaram de declarar seus crimes na Colômbia que envolviam as vítimas e parentes de vítimas de assassinato, desaparecimento, deslocamento forçado e tortura.

p. 6, tradução nossa). Também aumentaram as ameaças de cunho político a camponeses, indígenas, habitantes, trabalhadores, defensores de Direitos Humanos, lideranças sociais e políticas, estudantes, jovens e paramilitares desmobilizados (FERNÁNDEZ, 2010)⁵².

Igualmente, os paramilitares, o exército, as empresas transnacionais e o Estado se encargaram de despojar a população rural e aumentaram o deslocamento forçado, para garantir os megaprojetos, o livre desenvolvimento das fazendas pecuárias, os cultivos para biocombustíveis, a mineração e as agroindústrias de exportação⁵³. Alguns casos foram publicamente conhecidos, entre eles, o pago a grupos paramilitares da multinacional bananeira “Chiquita Brand”, que em 2007 foi sancionada com uma multa de 25 milhões de dólares (RODRÍGUEZ et al., 2007). Também estiveram envolvidas algumas empresas nacionais.

3.2A influência do governo Uribe, a importância da insurgência e o papel dos partidos de esquerda e dos sindicatos na unidade das forças de esquerda

Nos anos 70 se fundam vários sindicatos de grêmio e empresa (chamados de segundo grau) e o setor dos professores começa a participar da vida sindical, sendo um dos setores mais importantes do sindicalismo colombiano até os dias de hoje⁵⁴. Aparece nessa época, em 1971, a CGT, e alguns anos depois, em 1986, é fundada a CUT.

⁵² A burguesia colombiana tem se valido da ajuda norte-americana para lutar com a guerrilha desde 1964 e tem apoiado a criação e manutenção de grupos armados ilegais que trabalham conjuntamente com o exército e a polícia na ideia de eliminar todo brote de oposição: sindicalistas, lideranças populares e comunitárias, membros de partidos políticos, estudantes, etc. Isto tem afetado profundamente tanto o exercício democrático dos partidos de esquerda quanto a possibilidade da desmobilização das guerrilhas para participar legalmente como força de oposição.

⁵³ A conformação de grupos paramilitares no território colombiano responde aos interesses do capital no país, em especial à concentração de terras para a burguesia nacional e internacional, funcionando assim “[...] como o outro braço armado, junto com as Forças Militares do Estado, das tendências recentes da acumulação capitalista.” (ESTRADA, 2010, p. 15, tradução nossa). Este autor acrescenta: “[...] nos territórios em disputa e objeto de expropriação encontram-se justamente as fontes da nova economia que está se constituindo. Isso explica em grande medida o papel do paramilitarismo na história recente colombiana e, no geral, a tendência do conflito social e armado (Ibid., p. 17-18, tradução nossa).

⁵⁴ As origens dos sindicatos na Colômbia podem ser encontradas nas Sociedades Mútuas de artesãos desde a metade do século XIX nas cidades em formação. Pode-se dizer que estas não tinham uma relação orgânica com nenhum partido, mas mantiveram relações clientelistas até a primeira década do século

Em 2010 4,2% dos trabalhadores estavam sindicalizados. Setores como a indústria fabril, a indústria agrária e o transporte perderam a força política que em outras épocas os caracterizou, isto ligado à desindustrialização vivida no governo Uribe. Também perdem força os sindicatos do setor público, excetuando o maior de todos: a Federação Colombiana de Educadores (FECODE). Em contraste, e em resposta às mudanças econômicas do país, sindicatos nos setores do carvão e do petróleo adquirem importância, enquanto o setor bananeiro, junto com o magistrado, a banca e setores da saúde pública, continuam sua tradição de luta e de organização.

Em 2004, depois do seu VIII congresso nacional, a CGT redefine seus objetivos de luta para deter as medidas neoliberais do governo Uribe especificamente.

A CGT se define como: “uma organização de trabalhadores que seja portadora de um projeto de sociedade de democracia de desenvolvimento de justiça social, a favor do povo colombiano.” (CGT COLÔMBIA, acesso em: 14 jan. 2014, tradução nossa). Dentro dela participa:

[...] toda pessoa trabalhador (a) [...] sem pensar em setor econômico, ou nível social, cultural, político partidarista ou religioso, ao que pertença, ao igual que setores populacionais como as donas de casa, as associações de moradores, juntas de pais de família, os camponeses, os negros, os artesãos, as associações de indígenas. (CGT COLÔMBIA, acesso em: 14 jan. 2014, tradução nossa).

A sua luta se concentra na

[...] defesa e reivindicação dos direitos da classe trabalhadora, procurando a construção de uma nova sociedade que garanta o trabalho decente, o pago de salários justos, a devida distribuição da terra para a consecução de um nível de vida digno para a população colombiana. (CGT COLÔMBIA, acesso em: 14 jan. 2014, tradução nossa).

Por sua parte, a CUT baseia sua agenda política nos seguintes pontos: defesa da democracia e da soberania; assento nas lutas sociais contra o neoliberalismo e a promoção de um projeto de desenvolvimento alternativo; a superação do conflito armado interno através da negociação; e a ampliação da participação política. Manifesta seu apoio aos governos de esquerda da América Latina e rejeita a invasão estadunidense na Colômbia, no Iraque, no Afeganistão, na Palestina e no Líbano (CUT, 2006).

passado. De igual forma, carregavam com uma tradição de valores liberais que influenciaram em grande medida os sindicatos que se formariam nos anos 20.

Nos seus estatutos, se declara como uma organização sindical “unitária, classista, pluralista, democrática e progressista, que se propõe a unidade de todos os trabalhadores colombianos sem distinção de raça, credo religioso, ideias filosóficas, opção sexual ou militância política.” (CUT COLÔMBIA, acesso em: 14 jan. 2014, tradução nossa). Nesse sentido, defende o emprego estável e justamente remunerado, o trabalho conjunto com organizações sociais, a previdência social estatal e a participação da mulher nos espaços sindicais.

Vários partidos fizeram oposição ao governo Uribe, mesmo não se constituindo como partidos de esquerda. Dentro desse amplo espectro encontram-se o Partido Verde e o PL. Os partidos tradicionais perderam força na tradição bipartidarista na Colômbia e tomaram diferentes caminhos. O Partido Conservador foi parte da coligação “uribista”, enquanto o PL se constitui em oposição.

A corrente de esquerda dentro do PL representou um forte aliado para o PDA na hora de denunciar e barrar decisões no Congresso. Entre estes partidos se deram algumas alianças para alcançar objetivos específicos, entre eles, a prefeitura de Manizales (departamento de Caldas) de um candidato do PL e impossibilitar o referendo re-elecionista em 2009. No entanto, ao contrário de outras ocasiões, o PL não levou a cabo uma cooptação desse partido de esquerda (do PDA)⁵⁵.

O PDA é conformado em 2005 a partir de duas grandes correntes de esquerda na Colômbia: o Polo Democrático Independente (PDI) e a Alternativa Democrática (AD). O primeiro, de tendência “moderada”, composto por ex-integrantes do M-19, o partido socialdemocrata, a “Alianza Nacional y Popular” (ANAPO), o partido do socialismo democrático, a CGT⁵⁶, organizações de mulheres e do setor LGBTI e outras organizações comunitárias. Na segunda, a chamada “radical”, confluíram o PCC, o MOIR⁵⁷, o Frente

⁵⁵ Desde 1910, o PL tem levado para si diferentes expressões tanto da esquerda quanto do sindicalismo, inculcando os valores liberais nas bases formativas de ambos, tal é o caso do Partido Socialista em 1919, que se dissolveu para entrar nas filas do Partido Liberal. Por outra parte, a burguesia representada no PL foi muitas vezes apoiada por diferentes organizações como a CTC (conformada em 1938). Isto perseguindo projetos reformistas que procuravam a “humanização” do capitalismo e a harmonia entre as classes. Segundo Archila (1992, p. 287) na “[...] cooptação da intelectualidade encontra-se um dos segredos do sucesso liberal e da estabilidade da chamada democracia oligárquica na Colômbia.” (Tradução nossa). Em 1934 o PCC construiu alianças com o PL respondendo às ordens da Internacional Comunista de criar frentes populares e alianças com a burguesia progressista para preservar a democracia.

⁵⁶ Principalmente o seu secretário geral, Júlio Roberto Gómez.

⁵⁷ Criado em 1970 sob bases do marxismo-leninismo e o maoísmo.

Social e Político⁵⁸, a Unidade Democrática, o Movimento Cidadão, o movimento Presentes pelo Socialismo, a CUT e distintas organizações populares (RODRÍGUEZ, 2010).

Nos seus estatutos, definem-se como

[...] um Partido democrático, civilista, pluralista, multicultural e pluriétnico, expressão da unidade e convergência da esquerda democrática, comprometido com a defesa da vida, a biodiversidade, a soberania nacional, a unidade latino-americana e do caribe, a paz, a democracia política e econômica, o bem-estar e a felicidade das colombianas e dos colombianos. (PDA, acesso em: 13 jan. 2014, tradução nossa).

Os seus objetivos, resumidos em seus estatutos, são:

[...] a construção de uma democracia participativa real onde prime a igualdade social, a defesa do espírito democrático da Constituição Política de 1991 e do Estado Social de Direito; de um modelo alternativo de desenvolvimento sustentável e equitativo; a busca democrática do poder para exercê-lo em benefício da nação; a defesa e promoção dos direitos humanos; a tolerância e o respeito pela diferença e o pluralismo ideológico, cultural, étnico, político, de orientação sexual e religiosa; a igualdade de gênero; a busca da consolidação da paz e convivência entre os colombianos; a defesa dos direitos dos colombianos no exterior; a defesa e proteção do ambiente, a biodiversidade, os recursos naturais, o público e o patrimônio público, cultural e energético; a promoção da ética pública, a transparência e a luta contra a corrupção; o fortalecimento do poder local ao serviço da comunidade; a promoção das organizações de base e redes sociais para exercer o governo e a democracia e a difusão dos valores democráticos; a defesa da autonomia, a soberania e a autodeterminação dos povos na sua luta democrática e civilista contra a exploração, a opressão, o colonialismo, o neoliberalismo, o militarismo e a ditadura e pela defesa do equilíbrio ambiental global. (PDA, acesso em: 13 jan. 2014, tradução nossa).

No “ideário de unidade” acrescenta-se a luta contra o narcotráfico e a defesa do desenvolvimento da livre personalidade no que se refere ao consumo de drogas ilícitas; contra as privatizações dos direitos sociais; contra a concentração de terras de empresários nacionais e estrangeiros e os monopólios; a busca de uma reforma à justiça colombiana⁵⁹; contra o deslocamento forçado; contra a proibição de sementes transgênicas; contra a flexibilização laboral; a busca do aumento do salário que possa

⁵⁸ Movimento que data desde 2000 com a participação da CUT e o PCC.

⁵⁹ “[...] para garantir sua administração imparcial, independente, gratuita e eficaz, ao serviço de todos os habitantes do território nacional e dirigida em especial a reivindicar os direitos dos menos favorecidos.” (PDA, acesso em: 13 jan. 2014, tradução nossa).

responder às necessidades dos trabalhadores; e a universalização dos direitos sociais (saúde, moradia, educação e aposentadoria).

O Polo Democrático Alternativo fez sua primeira participação nas eleições a Congresso e Presidência em 2006. Nas votações para Presidência, o candidato Carlos Gaviria Dias obteve o segundo lugar com 2.613.157 votos, os 22%, em contrapartida com os 61% para Uribe. Este candidato fazia parte da corrente radical do Partido. O PDA também obteve 10 cadeiras no Senado, 7 na Câmara de Representantes e a prefeitura de Bogotá (a mais importante em hierarquia junto com a Presidência da República e ao governo da Antioquia). Segundo Basset (2008, p. 5), com a prefeitura de Bogotá, “[...] a esquerda aparece, pela primeira vez na história do país, como uma força que pesa no sistema político.” (Tradução nossa)⁶⁰.

Fotografia 4-Campanha do PDA eleições 2006



Fonte: MOIR

Em 2010, a ala radical do partido, representada pelo MOIR e Carlos Gaviria perdeu frente à ala “moderada” representada por Gustavo Petro na consulta interna para candidato presidencial. Assim, o PDA apresenta Gustavo Petro como candidato presidencial.

O PCC participou ativamente na conformação e nas atividades realizadas enquanto foi parte do PDA. Este partido foi criado em 1930 sob uma formação marxista-leninista com

⁶⁰ Um dos erros políticos mais transcendentais do PDA nesse período foram os escândalos de corrupção na gestão de Samuel Moreno como prefeito de Bogotá. O PDA organizou mobilizações e apoiou publicamente a prefeitura até acontecer a condenação do ex-prefeito pela justiça colombiana.

direta influência da União Soviética e da III Internacional⁶¹. Historicamente, sua participação não tem se centrado na disputa eleitoral, assim:

Sindicatos de assalariados, organizações agrárias e estudantis e aparatos de alianças eleitorais com outros movimentos ou grupos políticos têm sido os principais cenários da presença política dos comunistas colombianos. Em menor grau, associações cidadãos nos bairros e cidades do interior [...], ONG's de direitos humanos, cooperativas agrárias [...] e, como rasgo distintivo, associações de mulheres e juristas, que são uma constante do partido desde a época de clandestinidade dos anos 50. (DELGADO, 2008, p. 58, tradução nossa).

A sua entrada no PDA partiu do entendimento da necessidade de barrar a reeleição de Álvaro Uribe em 2006, com uma atitude conciliadora entre as correntes de esquerda do país (GARCÍA, 2004). Soma-se ao ideário de unidade do PDA, compreendendo a importância “da construção de um governo democrático de caráter amplo.” (AMORÓS, 2006, tradução nossa).

O PCC apoiou a ala “radical” do PDA, promovendo a candidatura de Carlos Gaviria para ser presidente em 2006 e 2010. Pertenceu ao PDA até o ano 2012, quando foi expulso por apoiar e fazer parte do Movimento Político e Social Marcha Patriótica (MP)⁶².

3.2.1 A influência do governo Uribe na unidade das forças de esquerda na Colômbia

3.2.1.1 A violação legal às liberdades sindicais como motivo de unidade das forças de esquerda

⁶¹Desde mediados dos anos 20, militantes estrangeiros ajudaram a conformar um partido vinculado à corrente leninista. A Comintern não respondia à correspondência dos grupos colombianos até a criação da Confederação Operária Nacional (CON) em 1926. Depois disso, os comunistas colombianos aceitaram as recomendações da Comintern e criaram o PCC (JEIFETS, 2001).

⁶² Movimento criado na Colômbia em abril de 2012. Está conformado por 1.700 organizações de diferentes setores de luta: camponeses, indígenas, estudantes, sindicalistas, etc. e tem como objetivo principal a busca pela independência dos países imperialistas e a superação da hegemonia das classes dominantes (MARCHA PATRIÓTICA, acesso em: 15 jan. 2014).

Respondendo às exigências do Banco Mundial e do FMI, a política em matéria laboral no governo Uribe pode ser resumida em:

[...] reativação do setor da construção, a cafeicultura, emprego verde (reflorestamento e guardas-florestais), emprego rural (arrendamento de terras, crédito, palma africana e algodão), a joalheria, a cultura, lei Pymes⁶³ [...], fortalecimento das Zonas Econômicas Especiais de Exportação (montadoras, isto é, zonas onde não operam os direitos laborais nem sociais) e destrancar o mercado laboral (modificações à legislação laboral para flexibilizar e reduzir os custos do trabalho). (SARMIENTO, L., 2001, tradução nossa).

Essas medidas legislativas constituíram uma premissa de unidade das forças de esquerda, especialmente entre os partidos de esquerda e os sindicatos, buscando evitar o avanço do neoliberalismo na Colômbia, o ataque às liberdades sindicais e aos direitos conquistados pelos trabalhadores.

Em 2002 se expediu a lei nº789, “pela qual se ditam normas para apoiar o emprego e ampliar a proteção social e modificam-se alguns artigos do Código Substantivo de Trabalho”⁶⁴, que acarretou

[...] a eliminação da jornada laboral de oito horas⁶⁵ e o *golpe de gracia*⁶⁶ à contratação coletiva que, em conjunto, abriram as portas a uma maior exploração da força de trabalho, ao emprego informal e à maior degradação dos salários e as condições de vida dos assalariados. A reforma laboral uribista deixou os sindicatos sem seu maior suporte: a oferta de melhorias sociais, estabilidade do emprego e poder de negociação. (DELGADO ET AL., 2010, p. 28-29, grafos nossos, tradução nossa).

⁶³ Subsídios à criação de pequenas e medianas empresas. O Estado fica absolto de responsabilidades frente o pagamento dos salários e das prestações sociais dos empregados das PYMES e prioriza o setor rural, especialmente a vítimas de deslocamento e do conflito armado.

⁶⁴ Entre 1950 e 1951 se cria o “Código substantivo do Trabalho” que em 2000 teve uma reforma por meio da lei 584 e entre 2002 e 2009 sofreu mais três. Neste código se define o trabalho desde uma perspectiva de subordinação ao capital: “O trabalho que regula este Código é toda atividade humana livre, ora material, ora intelectual, permanente ou transitória, que uma pessoa natural executa conscientemente ao serviço de outra, e seja qual fosse sua finalidade, sempre que se realize em execução de um contrato de trabalho.” (COLÔMBIA, 1951, tradução nossa). O código garante e regulamenta o direito à greve e obriga o empregador a respeitar a livre associação. Igualmente, oferece instrumentos de ação direta das confederações ou federações em caso de negociações ou processos de falência dos sindicatos; reduz a intervenção do Estado a casos de ordem pública, legalização e dissolução de sindicatos por meio do Ministério de Trabalho e declaratória de ilegalidade das greves; oferece proteção aos sindicalistas que sofrem algum tipo de ameaça ou perseguição por causa da sua atividade sindical; e regulamenta as convenções coletivas, os pactos coletivos e os contratos sindicais.

⁶⁵ Redefinindo o trabalho ordinário entre as seis horas (6:00) e as vinte duas horas (10:00) e diminuindo quatro horas extras de trabalho noturno, em outras palavras, reduzindo os custos laborais.

⁶⁶ Expressão em espanhol que quer dizer “infortúnio com que se completa a desgraça ou a ruína de alguém”.

Esta lei, que se configurou como pauta de denúncia durante o governo Uribe e como fator importante de unidade, cria as condições para a socialização dos riscos superditados às mudanças econômicas e sociais; os subsídios temporários para desempregados; a transferência de responsabilidades como desemprego, capacitação para o emprego e subsídios familiares para as Caixas de Compensação Familiar (instituições privadas financiadas com recursos da segurança social dos trabalhadores); a obrigação dos trabalhadores de filiar-se a uma Caixa de Compensação Familiar específica; a regulamentação dos contratos de aprendizagem, eliminando a figura do salário, excluindo os estagiários dos convênios coletivos, garantindo a filiação ao sistema de saúde por parte da empresa contratante e exigindo a obrigatoriedade para algumas empresas privadas e públicas⁶⁷.

Dentro da normatividade criada foi aprovada a lei nº1210 de 2008, que regulamenta o processo jurídico de declaração de ilegalidade das greves. Também o decreto nº535 de 2009 que regulamenta alguns aspectos das organizações sindicais dos funcionários público, excluindo

[...] da concertação das condições laborais, os assuntos que excedam o campo laboral, tais como: a estrutura organizacional, os empregados de tempo completo, as competências de direção, administração e fiscalização do Estado, os procedimentos administrativos e o princípio do mérito como pressuposto essencial da carreira administrativa. Em nível territorial, poderá haver concertação em matéria salarial, respeitando os limites que fixe o Governo Nacional. (COLÔMBIA, 2009, tradução nossa).

As petições dos sindicalistas só poderão ser apresentadas cada dois anos e a conclusão do processo de concertação fica nas mãos da administração, que “deverá expedir os atos administrativos a que haja lugar ou dar a resposta motivada das razões pelas quais não se aceita a petição.” (COLÔMBIA, 2009, tradução nossa).

Na lei nº1233 de 2008, denunciada por diferentes sindicatos e organizações, se regulamentam assuntos em relação às Cooperativas de Trabalho Associado (CTA) e se estabelece como obrigação das CTA a filiação dos trabalhadores ao Sistema de Segurança Social Integral (saúde, aposentadoria e riscos profissionais). Também se constitui a obrigatoriedade de associação dos trabalhadores às CTA e permite a

⁶⁷ Para tentar contra arrestar esta medida, a CUT apresentou uma demanda na Corte Constitucional para derroga-a, sem sucesso algum.

contratação com terceiros, ou seja, as CTA como intermediárias nos contratos laborais. Segundo a ENS, o governo não levou em conta as recomendações feitas pela OIT, ao não conceder aos associados das CTA “os direitos de associação, negociação e greve [...]” (ENS, 2010, p. 54, tradução nossa) e permitindo “substituir ou demitir trabalhadores com contrato laboral e em muitos casos trabalhadores sindicalizados com convenção coletiva.” (ENS, 2010, p. 54, tradução nossa).

Um dos resultados destas medidas foi uma taxa de desemprego de 12% (2,7 milhões de desempregados) e 13 milhões de trabalhadores informais, sendo que os 78% da força laboral colombiana gravita entre o desemprego e o emprego informal (SARMIENTO, L., 2009). De fato, em um informe ao Congresso apresentado pelo governo Uribe em 2010, deixa-se claro que o objetivo da lei nº789 de 2002 era flexibilizar o mercado de trabalho (PRESIDENCIA DE LA REPÚBLICA, 2010). Nesse mesmo informe, a presidência ressalta os avanços em matéria de emprego, confirmando os 12% de desemprego, mas mostrando a sua redução em comparação com anos anteriores:

Se compararmos os indicadores observados para o trimestre (março-maio) de cada ano temos que: em 2002 o desemprego nacional era de 15,2%; em 2010 é de 12%. Em 2002 a taxa de ocupação era de 52%; em 2010 foi de 54,8%. Em 2002 a taxa de informalidade era 62,4%; em 2010 foi de 58,3%. (PRESIDENCIA DE LA REPÚBLICA, 2010, p. 99, tradução nossa)⁶⁸.

Estas cifras apresentadas não levam em conta o aumento do subemprego, conhecido como “rebusque”, que passou de 29,4% em 2002 a 31,9% em 2010, “[...] quase nove milhões pessoas estão hoje no rebusque.” (DELGADO et al., 2010, p. 29, tradução nossa). Desde 1992 tem se estabelecido uma redução dos contratos permanentes no setor industrial, sendo que em 2006 os contratos temporais aumentaram em absurdos 192%. Segundo os dados do governo, o aumento do emprego ocorreu principalmente “[...] nas categorias de jornaleiro ou pedreiro (6,8%), conta própria⁶⁹ (4,9%) e padrão ou empregador (2,9%).” (PRESIDENCIA DE LA REPÚBLICA, 2010, p. 105, tradução nossa).

⁶⁸ No início do governo Uribe, o objetivo era reduzir a cifra de desemprego ao 8,8%, “[...] no entanto, dado o impacto da crise internacional nas variáveis econômicas fundamentais da economia colombiana, a meta proposta pelo Governo nacional não foi atingida.” (PRESIDENCIA DE LA REPÚBLICA, 2010, p. 99, tradução nossa).

⁶⁹ Independentes

As diferentes medidas legislativas em questão laboral também têm resultado na redução do conjunto de trabalhadores atingidos pela legislação laboral, cobrindo 30% da população trabalhadora (ENS, 2010).

Quanto a promoção da concertação e negociação laboral os dados demonstram que os acordos laborais diminuíram, pelo menos entre 2002 e 2004: “[...] a negociação coletiva cobriu apenas 119.791 trabalhadores em 2002, 72.264 em 2003 e 62.777 em 2004.” (CORREO DE LA CUT, 2005 apud DELGADO et al., 2010, p. 29, tradução nossa). Ademais, o governo tratou muitos dos conflitos laborais como assunto de ordem pública, ignorando em muitas ocasiões as petições dos grevistas⁷⁰ e assinalando-os como sendo parte da guerrilha.

Dentro do ataque legal ao sindicalismo, o Ministério de Proteção Social⁷¹, violando a lei que protege a autonomia dos sindicatos frente o Estado, negou a criação de pelos menos 250 sindicatos. Prática que apresentou uma redução devido a várias sentenças da Corte Constitucional “segundo as quais o Ministério de Proteção Social não tem a faculdade de negar a inscrição no registro sindical.” (ENS, 2010, p. 55, tradução nossa). Quem tem essa função é a justiça ordinária.

Nessa mesma lógica, o governo Uribe promoveu a conformação da Central Nacional de Trabalhadores (CNT), “[...] este novo sindicato busca contra arrestar as centrais antiuribistas em temas chaves, como a negociação do TLC.” (RICO, 2009, tradução nossa)⁷². Também se deu o caso do impulso feito pelo governo para criar uma organização indígena, desconhecendo as autoridades indígenas e procurando barrar as lutas deste setor de grande poder de convocatória em nível nacional, como veremos mais adiante.

Outro assunto bastante recorrente nesse período foi a demissão dos grevistas durante ou depois das greves, fator de unidade entre as centrais operárias e o PDA, que desencadeou múltiplas denúncias. Este ataque à atividade sindical também se evidencia na

⁷⁰ Este foi o caso da greve dos trabalhadores da justiça em 2008, na qual o governo decreta a comoção interior por causa dos atrasos nas diligências judiciais.

⁷¹ Fusão entre o Ministério de Trabalho e o Ministério de Saúde.

⁷² A influência da Guerra Fria na Colômbia mudou a atitude do governo frente os sindicatos que tinham convivido mais ou menos tranquilamente desde os anos 30, “da complacência passou ao enfrentamento.” (TIRADO, 1996, p. 34, tradução nossa). Assim, a partir de este momento, os diferentes governos apoiaram a criação de Centrais e Confederações que procuravam debilitar a CTC.

[...] imposição por parte de empregadores de ‘Pactos Coletivos’ e os denominados ‘Planos de Benefício Voluntário’, que são ‘oferecimentos unilaterais’ por parte dos empregadores a trabalhadoras e trabalhadores, onde são reconhecidos alguns benefícios adicionais como salários ligeiramente mais altos para que renunciem ao direito de associação sindical e aos benefícios pactuados em convênios coletivos de trabalho. (CUT et al., 2009, p. 1-2, tradução nossa).

Igualmente, o governo demonstrou a sua intencionalidade de favorecer o capital e expressou o apoio aos trabalhadores “que têm apostado no impulso de soluções tendentes a evitar a liquidação das empresas, através da renegociação das convenções coletivas para reduzir custos laborais e a celebração de contratos de operação sindical.” (PRESIDENCIA DE LA REPÚBLICA, 2010, p. 381, tradução nossa).

Em conclusão, entende-se que as leis criadas em torno ao sindicalismo violam a liberdade sindical em aspectos de grande importância como:

[...] a faculdade do empregador de demitir os trabalhadores que tenham participação em uma greve avaliada como ilegal, sem necessidade de levantar foro algum; a proibição de realizar greves por incumprimento da convenção coletiva ou greves por solidariedade, ou por trabalho a regulamento; a proibição das greves parciais, seccionais ou locais; a proibição de greves a federações e confederações, ou nas que façam sindicatos por ramo de atividade econômica; igualmente não tem se definido na lei o que se entende por serviço público essencial para não limitar o direito de greve a todos os trabalhadores do setor público, nem regulou a figura da prestação de serviços mínimos. (ENS, 2010, p. 60, tradução nossa).

3.2.1.2 *A reforma política de 2003 como fator impositivo para a unidade das forças de esquerda em um só partido*

Dentro do governo Uribe, aplicou-se uma reforma política que consistiu em realizar mudanças no sistema eleitoral buscando a redução do Estado a partir do discurso da luta contra a corrupção e o clientelismo. Segundo o governo, esta reforma permitia também “[...] castigar severamente a diretores e partidos ou movimentos políticos por toda violação ou contravenção às normas que regem sua organização.” (PRESIDENCIA DE LA REPÚBLICA, 2010, p. 362, tradução nossa).

Desse modo, decretaram-se vários atos legislativos para alterar a Constituição Política. Ressaltam-se as seguintes alterações na Constituição (COLÔMBIA, 1991):

- Restringe-se a participação política a um partido ou movimento político, proibindo a dupla militância (ART. 107);
- estabelece-se para os partidos o mecanismo de consulta interna ou popular ou inter-partidarista e seu financiamento (ART. 107);
- busca-se fortalecer a democratização interna dos partidos e movimentos políticos (ART. 107);
- exige-se a rendição pública do volume, origem e destino dos seus ingressos (ART. 109);
- regulam-se as campanhas feitas por presidentes que aspirem à reeleição e proibindo, para estes casos, uma maior utilização dos bens do Estado ou dos recursos do Tesouro Público do que a que possam fazer os outros candidatos (ART. 127);
- legaliza-se a reeleição presidencial para mais um período (ART. 197) e a reeleição vice-presidencial (ART. 204);
- protege-se o voto para evitar a sua coação e regulamenta-se o voto em branco (ART. 258).

Quanto ao reconhecimento jurídico dos partidos e movimentos políticos, mudam-se os requisitos para o mesmo, assim: a Constituição definia que o reconhecimento jurídico dava-se “com não menos de cinquenta mil assinaturas, ou quando na eleição anterior haja obtido pelo menos a mesma cifra de votos ou alcançado representação no Congresso da República [...]” (COLÔMBIA, 1991, tradução nossa). No novo texto, este reconhecimento se obtém “com votação não inferior ao dois por cento (2%) dos votos emitidos validamente no território nacional em eleições da Câmara de Representantes ou Senado [...]” (COLÔMBIA, 1991, tradução nossa), isto excetuando as representações das minorias.

Também se renomeia o artigo 112 da Constituição como o Estatuto da Oposição, mas mantendo a essência do artigo.

A lei 974 de 2005, “pela qual se regulamenta a atuação em bancadas dos membros das corporações públicas e se adequa o Regulamento do Congresso ao Regime de Bancadas”, instaurou a obrigação para os partidos que fossem eleitos para o Congresso de atuar em bancadas:

Os membros das Corporações Públicas eleitos por um mesmo partido, movimento social ou grupo significativo de cidadãos constituem uma bancada na respectiva corporação. Cada membro de uma Corporação Pública pertencerá exclusivamente a uma Bancada. (COLÔMBIA, 2005, tradução nossa).

Isso obrigou as principais forças de esquerda do momento (AD, PDI, PCC, CUT, CGT) a se unirem em um só partido para conseguir o reconhecimento jurídico, nas eleições de 2006, dando como resultado a conformação do PDA (entre outros motivos expostos no trabalho): “Mesmo sendo certo que, em seu momento, o Polo [Democrático Alternativo] também foi produto de uma necessidade política [...], sua criação não se pode explicar sem levar em conta as disposições relativas a obter e manter a margem do limiar eleitoral.” (BECERRA, 2012, p. 114, tradução nossa).

3.2.1.3 *A “guerra suja” nas estratégias da burguesia colombiana para obstaculizar a oposição política*

O conceito de “guerra suja” é utilizado em muitos informes e documentos para definir uma estratégia estatal que consiste na eliminação ou perseguição à oposição política que vem se incrementando com a criação das organizações paramilitares e a “ajuda” militar estadunidense.

Desse modo, observa-se que, na primeira década do século XXI, a Colômbia foi identificada como o país mais perigoso do mundo para exercer a atividade sindical, sendo que 63,12% dos assassinatos de sindicalistas do mundo aconteceram na Colômbia (CSI, 2010).

No entanto, as cifras sobre sindicalistas assassinados não estão unificadas. Segundo Domingo Tovar, membro da CUT, desde 1986 (ano de criação dessa central) foram assassinados 4.200 sindicalistas, 2.700 reconhecidos e documentados judicialmente

(TRIANA, 2011). Segundo Héctor Vásquez (2011), a cifra, a partir do mesmo ano, é de 2.837 sindicalistas assassinados. Carlos Gutiérrez apresenta outra cifra: “[...] desde 1986 até nossos dias 2.861 sindicalistas tem sido assassinados, [e] tem se cometido mais de 11.000 fatos de violência contra sindicalistas.” (DECLARAÇÃO DA CUT E CTC apud GUTIÉRREZ, C., 2011, tradução nossa). Já a Confederação Sindical Internacional afirma que foram 2.832, sendo 557 assassinados no governo de Uribe. Angulo (2010) afirma que, entre 2002 e 2009, foram mortos violentamente 699 sindicalistas. Por último, encontra-se a cifra apresentada pela Presidência da República: 592 sindicalistas assassinados (PRESIDENCIA DE LA REPÚBLICA, 2010). “Dos 446 casos nos que se tem informação sobre a presunção de responsabilidade, os grupos paramilitares aparecem como responsáveis por 62%, as guerrilhas por 31,3%, as forças armadas por 4,2% e a delinquência comum por 2,4%.” (CUADERNO DE DERECHOS HUMANOS, 2007, p. 69, tradução nossa).

O CINEP explica:

[...] no geral toda essa violência costuma acontecer com mais intensidade nos momentos e setores onde há mais atividade sindical contenciosa, em especial quando se recorre à greve. Concomitantemente, será menor quando dita atividade decresce, pois em parte tem cumprido seu objetivo de debilitar o sindicalismo. [...] a resposta violenta é mais dura –massacres e assassinatos seletivos– quanto com mais força independente tenham realizado os sindicatos. (CINEP, 2010, p. 2, tradução nossa).

Respondendo a essa situação, em 2010 se assina na OIT o acordo tripartite entre empresários, trabalhadores e governo que retira a Colômbia da lista dos 25 países examinados pela Comissão de Especialistas e o Comitê de liberdade sindical da OIT, na qual a Colômbia vigorava por 22 anos⁷³. Sob esse acordo, gera-se um orçamento específico “[...] para financiar o programa de assistência técnica para a promoção do trabalho digno e decente.” (PRESIDENCIA DE LA REPÚBLICA, 2010, p. 107-108, tradução nossa).

⁷³ Em um conselho comunitário, o ex-presidente mostra sua “alegria” pela decisão da OIT e agradece a Júlio Roberto Gómez, secretário da CGT, pela sua “[...] corajosa defesa da Colômbia, que honra os trabalhadores da Pátria. Há poucos minutos o chamei para expressar-lhe a nossa imensa gratidão por seu compromisso, por seu voto, por sua fé na Colômbia.” (PRESIDENCIA DE LA REPÚBLICA, 2005, tradução nossa). O ex-presidente também oferece reconhecimento à força pública por “[...] derrotar as organizações criminais que têm assassinado aos trabalhadores do país.” (Ibid., 2005, tradução nossa).

Em concordância com esse acordo, o governo instituiu uma subunidade de oito promotores de justiça em diferentes partes do país, cinco promotores de justiça dentro da unidade de Direitos Humanos e seis investigadores para cada promotor. Também foram nomeados dois juízes para tramitar das causas penais de violência anti-sindical. No entanto, as centrais operárias denunciaram suas falhas, pois

[...] esta medida requer não só recursos financeiros, logísticos e de pessoal, mas e, sobretudo, da implementação de um enfoque nas investigações e juízos dirigidos a compreender a violência anti-sindical como uma violência seletiva, sistemática e estrutural. (CUT et al., 2007, p. 19, tradução nossa).

Para a proteção dos sindicalistas, o governo também criou o Programa de Proteção a Sindicalistas. As centrais operárias recomendaram, em informe de 2007, que o governo separasse “os organismos, as políticas e as ações de inteligência das de proteção, de tal forma que estas se ofereçam por parte de um organismo com autonomia patrimonial e administrativa.” (CUT et al., 2007, p. 43, tradução nossa). No mesmo sentido, recomendam que a escolha das escoltas fosse feita com a participação de quem será protegido e que tenham formação em direitos humanos.

Por outro lado, e mesmo com a aceitação legal e a regulamentação jurídica dos partidos de oposição, a estratégia polarizadora de Uribe afetou diretamente o exercício dos partidos de oposição, no geral e para os nossos interesses, do PDA. O ex-presidente acusou em diferentes ocasiões vários congressistas do PDA de serem coadjuvantes das FARC-EP nos momentos em que esse partido denunciou no Congresso a presença paramilitar, as violações de direitos humanos e evidentes casos de corrupção (NASI, 2007)⁷⁴. Esses ataques do ex-presidente se agudizavam quando as denúncias eram conhecidas internacionalmente⁷⁵.

⁷⁴ Nesse movimento de denúncias no Congresso da República, teve especial participação a ex-senadora do Partido Liberal, Piedad Córdoba, que faz parte da ala de esquerda desse partido e teve uma importante atuação na libertação de vários sequestrados em mãos das FARC-EP.

⁷⁵ Uribe contava com uma imagem positiva em muitas partes do mundo e foi homenageado e apoiado por diferentes organismos em nível internacional como a Associação de Câmaras de Comércio dos Estados Unidos, a Universidade San Pablo de Madri, a fundação Real Madrid e a revista Latin Trade (ELEJALDE, 2010). De igual forma, “o presidente estadunidense George W. Bush o distinguiu em Washington com a Medalha Presidencial da Liberdade, máxima condecoração que se outorga a um civil.” (GONZÁLEZ, J., 2011, p. 64, tradução nossa). Por outro lado, várias organizações internacionais expressaram seu repúdio ao governo. Isto pôde ser evidenciado nas visitas do ex-presidente à ONU e ao Parlamento Europeu, onde a maior parte da plateia estava ausente e em comunicados e atos de organizações na Alemanha, na Suíça, no Canadá, na Espanha, na França, na Austrália, na Dinamarca, na Itália e nos Estados Unidos.

Como foi mencionando anteriormente, houve uma diminuição de assassinatos de membros da oposição política, isto respondendo ao processo de desmobilização das AUC e às exigências dos parlamentares nos Estados Unidos para a aprovação do TLC. Porém, aparecem outras modalidades de violência anti-sindical e política, especialmente as detenções arbitrárias e as ameaças contra militantes do PDA e sindicalistas de várias partes do país:

A maioria destas detenções possuem características similares: um monitoramento prévio por parte de agentes estatais, uma acusação por insurgência, uma apresentação ante a mídia como presuntos guerrilheiros e, posteriormente, uma absolvição por falta de provas. (CUADERNO DE DERECHOS HUMANOS, 2007, p. 60-61, tradução nossa).

Isto se configurou em outra característica da “guerra suja” no governo Uribe que desembocou em múltiplas denúncias por parte de organismos internacionais, meios de comunicação, organizações de Direitos Humanos, PDA e as mesmas centrais sindicais.

Por outro lado, a “guerra suja”

Tem implicado mudanças na cultura que inspira as lutas sociais e tem aberto um vínculo entre a luta pelos direitos humanos, contra a impunidade e a necessidade de políticas públicas não reduzidas ao aspecto humanitário e caritativo provisional. (CAYCEDO, 2005, tradução nossa).

Desse modo, com o agravamento da “guerra suja” no governo Uribe, ocorreu uma unidade de lutas, movimentos e organizações sociais: indígenas, negros, mulheres, membros de partidos políticos, sindicalistas, entre outros, configurando-se em outro fator que influenciou a coordenação de importantes eventos, mobilizações e organizações de unidade, caracterizados mais adiante.

3.2.2 As FARC-EP e o ELN: a insurgência e a unidade da esquerda colombiana

Um primeiro traço característico do movimento popular colombiano é que a luta armada guerrilheira constitui um fator histórico e político da realidade que não é possível desconhecer, negar ou estimar simplesmente como um obstáculo para uma hipotética convivência cidadã moderna, própria de regimes democráticos. Precisamente, a luta armada se explica pela inexistência de democracia na Colômbia, por sua

extrema limitação e recorte para o livre exercício das liberdades. (CAYCEDO, 2005, tradução nossa).

O debate desse aspecto da realidade colombiana dentro da esquerda tem “[...] ocasionando em alguns casos rupturas na organização, e inclusive, a retirada do Partido dos Trabalhadores da Colômbia – tendência MOIR – das filas do PDA.” (BECERRA, 2012, p. 109, tradução nossa). Compreender esse fenômeno faz-se necessário.

Em 1948 foi assassinado Jorge Eliécer Gaitán, personagem que representava a corrente radical do PL. Isto levou ao apelidado “bogotazo” e à guerra entre conservadores e liberais, período chamado de “La violência”, onde morreram 300.000 pessoas (ou 2,6% da população) (SARMIENTO, L., 2001).

Em 1953, em meio à guerra civil, as elites colombianas organizam um golpe de Estado contra o atual presidente conservador, Laureano Gómez. Tanto conservadores quanto liberais participaram do golpe, liderado pelo general Gustavo Rojas Pinilla, para gerar uma negociação de classe que conseguisse barrar os camponeses que pouco a pouco iam se armando no conjunto do território colombiano.

Em 1958, Rojas Pinilla é forçado a abandonar o poder e se cria a “Frente Nacional”⁷⁶ que existira até o ano 1974. Ela respondeu à necessidade da burguesia colombiana manter o controle político e econômico mediante um acordo entre os partidos liberal e conservador. Por 15 anos esses dois partidos se alternaram no poder.

Dentro dessa conjuntura, nascem, em 1964, as FARC-EP, como resposta à guerra civil de 1948 e às poucas possibilidades de correntes alternativas participarem no poder político do país. Também aparece o Movimento Revolucionário Liberal (MRL) e a ANAPO, onde participou Rojas Pinilla. A maioria das organizações sociais de vítimas e de defesa dos Direitos Humanos, também como as centrais e os partidos aqui pesquisados, concordam que uma das causas principais que originaram e originam o conflito armado é a falta de uma reforma agrária, onde se dê fim aos latifúndios e se aproveite a terra para a produção agrícola e para garantir a soberania alimentar. Segundo Carlos Lozano:

[...] o que se tem produzido é uma contrarreforma agrária, porque têm surgido novos proprietários que são os paramilitares, e inclusive alguns

⁷⁶ A partir da “Frente Nacional”, a relação do movimento proletário com os partidos tradicionais começa a enfraquecer, pois o apoio nesse movimento para chegar ao poder já não era mais necessário. Isto abriu possibilidades à criação de movimentos de esquerda que, unidos, buscaram resistir e lutar contra o acordo burguês da “Frente Nacional”.

militares que se tem apropriado da terra que tem reforçado o poder do latifúndio. São como novos latifundiários que irrompem no setor agrário de nosso país. (LOZANO apud GARCÍA, 2004, tradução nossa).

Durante a existência das FARC-EP, houve várias tentativas de diálogos para que este grupo subversivo abandonasse as armas e participasse legalmente da vida política do país. Em 1985, a partir de diálogos entre este exército e o presidente Belisário Betancur, cria-se a UP. Esta foi uma tentativa levada ao fracasso com o assassinato de mais de 5.000 membros desse partido e o exílio de muitos deles do país⁷⁷. Assim, mais uma vez, a “guerra suja” contra a oposição foi implementada com a ação de grupos paramilitares dirigidos diretamente a partir do Estado⁷⁸. A outra tentativa ocorreu no governo de Andrés Pastrana (1998-2001), esta fracassou devido à falta do cumprimento dos pactos entre ambas as partes⁷⁹.

Com o início e persistência das guerrilhas na Colômbia, fez-se mais fácil a repressão estatal e a estigmatização social dos sindicatos e partidos de esquerda; o recurso do vínculo entre esses e a guerrilha tem sido usado desde esse momento até a atualidade, inclusive dentro das diferentes centrais operárias. A guerrilha tem participado, apoiado e organizado muitas lutas sociais e sindicais, às vezes com o conhecimento por parte dos sindicatos, às vezes sem ele. Este fato fez com que os sindicatos ficassem no foco dos crimes dos paramilitares e militares.

Por outro lado, também pode ser corroborado que as guerrilhas têm cometido assassinatos a sindicalistas, o que as torna um ator violento que atenta contra a autonomia das organizações sindicais e, ao mesmo tempo, representa um inimigo da atividade sindical⁸⁰.

⁷⁷ Dois dos mais representativos líderes da UP provinham do movimento sindical, especificamente da CUT. Ambos foram assassinados pelo Estado.

⁷⁸ “A violência dirigida contra o PC [Partido Comunista] e a UP nos anos 80 e 90 foi atravessada por importantes mobilizações populares em diferentes regiões, maiores que em qualquer etapa anterior, e contou com persistente e às vezes heroica resistência do povo: foros, seminários, jornadas nacionais e internacionais de solidariedade com as vítimas, denúncias ante organizações internacionais de todo tipo, tribunais populares, greves de trabalhadores... Todo isso misturado com ações de indígenas e negros, paralizações cívicas urbanas, ocupações de terras, marchas regionais, protestos ecológicos e até mobilizações na afastada ilha de San Andrés.” (DELGADO, 2008, p. 69-70, tradução nossa).

⁷⁹ Paralelamente ao diálogo, o governo conservador de Pastrana assinava o “Plano Colômbia.”

⁸⁰ Um desses casos: “[...] o M-19 estabeleceu vínculos estreitos com alguns setores do movimento laboral, apoiou várias greves de trabalhadores e denunciou dirigentes sindicais corruptos; inclusive sequestrou e assassinou o presidente da CTC no começo da década de 80.” (CÁRDENAS, 1995, p. 49, tradução nossa). Em 2007 se conheceu um caso de assassinato a um sindicalista da CGT que apoiava o TLC com os Estados

Contudo, seria errado considerar que a violência anti-sindical é uma consequência do conflito armado colombiano, pois a primeira transcende o marco histórico do segundo (CUADERNO DE DERECHOS HUMANOS, 2007).

Na segunda metade da década de 80⁸¹, o PCC sofre um enfraquecimento, pois muitos intelectuais abandonaram as filas “quando sentiram que não cabiam nas novas condições de uma organização submetida a um movimento guerrilheiro.” (DELGADO, 2008, p. 64, tradução nossa). Esta crise foi aceita pelo próprio partido, Lozano (2010, p. 48) explica essa situação:

Práticas como o ‘paralelismo’, a ‘mistura’ nas formas de luta [...], a infiltração na Juventude Comunista por organizações guerrilheiras, debilitaram o partido. Da mesma maneira, o extermínio militarista da *Unión Patriótica* nos anos 80 [...] abriu um debate sobre a clandestinidade ou não da organização que a debilitou e fracionou sobretudo nas regiões agrárias, mas também no setor sindical e juvenil em menor escala. (Grifos nossos, tradução nossa).

Ao mesmo tempo, Lozano afirma que o PCC foi a primeira organização que propôs a solução negociada do conflito armado. E mais adiante, em 1993, opuseram-se ao sequestro.

Domingo Tovar, diretor do departamento de Direitos Humanos da CUT em 2005 afirmava:

Um governo democrático de verdade abre as portas à construção do socialismo, e a construção do socialismo é conseguir uma vida digna, melhores condições e bem-estar, e na medida em que haja uma situação social resolvida, então as bandeiras da insurgência não vão ter mais sentido. (TOVAR apud MATTA, 2005, tradução nossa).

O PDA, desde seu início, declarou-se contra a combinação das formas de luta, condenando contundentemente o uso da violência para alcançar a transformação social.

Unidos e o defendeu junto com o governo no Congresso desse país; as investigações não definiram o autor do crime, mas existem grande indícios de que foram as FARC-EP (SEMANA, 2007).

⁸¹ É dentro desse período que começa a configurar-se o “capitalismo criminal”: “A articulação entre as formas legais e as formas ilegais da acumulação capitalista contribuiu no fim da década de 1980 para a formação de um novo consenso a favor das (contra) reformas estruturais e da reestruturação neoliberal do Estado, e produziu uma reconfiguração no bloco dominante de poder, a qual se anunciava já desde a década dos anos setenta com o surgimento de novos grupos econômicos e a influência crescente do capital financeiro. Só que agora se adicionava uma aliança *non santa* – construída ao longo da década dos anos oitenta – entre setores capitalistas legais com os empresários da cocaína. Se fortaleciam assim os traços criminais da economia. As estruturas mafiosas tinham permeado igualmente as instituições do Estado (todos os poderes públicos), incluídas as forças armadas, os partidos políticos tradicionais e os políticos profissionais, e setores da igreja. Consolidava-se assim a estrutura mafiosa da formação socioeconômica.” (ESTRADA, 2010, p. 14-15, grifos nossos, tradução nossa)

Esta posição foi formada especialmente pela AD que sempre rejeitou a luta armada na Colômbia.

No período estudado, as diferentes organizações de esquerda, os sindicatos, as organizações de Direitos Humanos, entre outras, reconheciam, ao contrário do governo, que na Colômbia existia um conflito armado interno “que tem origens sociais, políticas e econômicas e [...] históricas.” (GARCÍA, 2004, tradução nossa). Entre essas organizações estavam a CUT, o PCC e o PDA, que também propunham o intercâmbio humanitário (troca de prisioneiros entre o Estado e as guerrilhas) e a solução negociada do conflito armado.

A luta contra a violência efetuada contra a “sociedade civil” também inclui a luta contra as organizações paramilitares, pelos direitos das vítimas, a libertação dos sequestrados e dos prisioneiros políticos.

3.2.3 Lutas sociais e de resistência no período 2002-2010: a unidade das lutas e o papel dos partidos de esquerda e dos sindicatos

Fotografia 5-Marcha em Bogotá, outubro 2007



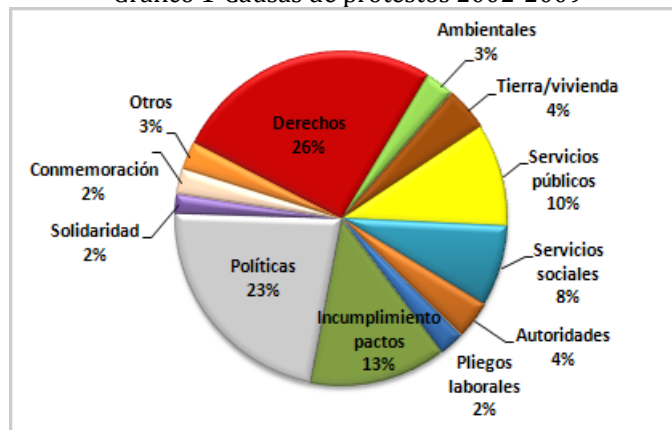
Fonte: Prensa rural

Segundo informe do CINEP, entre agosto de 2002 e junho de 2009, os motivos dos protestos foram os seguintes:

- Por direitos: 26%;

- por políticas: 23%;
- não cumprimento de pactos: 13%;
- por serviços públicos: 10%;
- por serviços sociais: 8%;
- por terra e moradia: 4%;
- denúncia contra a força pública: 4%;
- ambientais: 3%;
- outros: 3%;
- comemorações: 2%;
- solidariedade: 2%;
- exigências laborais: 2%.

Gráfico 1-Causas de protestos 2002-2009



Fonte: DELGADO, 2010, p. 27

Isto responde ao contexto de violação aos direitos como a vida, a moradia, os serviços públicos essenciais, o trabalho e a participação política. Nesse informe, se resgata os 13% que correspondem ao não cumprimento de pactos, especificamente aqueles que o governo fez com as vítimas (deslocados forçosamente e indígenas) e suas diferentes organizações.

A participação dos trabalhadores com exigências específicas do mundo do trabalho contrasta com outros motivos que, em um contexto de conflito armado e repressão

política, tornam-se urgentes a resolver. Assim, “[...] do total de 1.431.843 grevistas que teve nesse lapso, 817.527 (57%) mobilizaram-se em desaprovação das políticas econômicas e sociais do governo uribista.” (DELGADO et al., 2010, p. 29, tradução nossa)⁸². Também nota-se uma diminuição no número de protestos contra a violência anti-sindical no primeiro período do governo (2002-2006) (DELGADO et al., 2006).

Respondendo principalmente ao contexto da “guerra suja”, das violações à liberdade sindical, das políticas neoliberais e da relação com o imperialismo norte-americano, se deu uma unidade das diferentes forças de esquerda, destacando-se os seguintes eventos, coligações e mobilizações:

a) Grande Coligação Democrática (GCD), 2003:

Conformada, entre outros, por: Comitê executivo da CUT nacional, CTC, FECODE, comitê de solidariedade à Venezuela, “Unión Nacional de Empleados Bancarios” (UNEB), rede de luta contra a fome e a pobreza, CEDETRABAJO, Rede Colombiana de Ação Frente ao Livre Comércio (RECALCA), Comitê Colômbia de luta contra a ALCA, jornal Desde Abajo, “Confederación de pensionados de Colombia” (CPC), MOVICE, PDI, PL, MOIR, AD, etc.

Um dos objetivos principais dessa Grande Coligação era derrotar o referendo de 2003, e essa foi sua primeira conquista, fruto do trabalho conjunto e estruturado entre sindicatos, partidos e organizações sociais.

Esse referendo pretendia instituir normas constitucionais para atenuar a corrupção, diminuir as cadeiras no Congresso e fazer ajustes fiscais. Ao final, o referendo não conseguiu a exigência mínima de votos e não foi aprovado⁸³. Devido à derrota nas urnas, Uribe viu-se obrigado a “conseguir apoio dos partidos tradicionais em troca de favores burocráticos.” (PÉCAUT, 2006 apud GONZÁLEZ, A., 2010, p. 16, tradução nossa).

Durante o governo Uribe, a CGD dirigiu e organizou várias jornadas nacionais de protesto de grande participação nos anos 2004 (julho, setembro e outubro), 2005 (fevereiro e outubro) e 2010 (abril);

⁸² A maioria destas greves não estavam abrangidas pela legislação laboral, sendo declaradas ilegais e deixando os grevistas em desproteção frente às medidas dos empregadores e do governo.

⁸³ Para ser válido, o referendo precisava de um pouco mais de 6 milhões de votos.

b) Minga de Resistência Social e Comunitária, 2004:

A palavra indígena “minga” significa “reunião onde se discutem assuntos de interesse comum”. Os indígenas do sudoeste da Colômbia têm representado a luta indígena desde os anos 1910.

Entre 2002 e 2008, foram assassinados 1.256 indígenas e mais de 53.000 foram deslocados forçadamente (CEPEDA, 2008).

Em 2004, a luta deu-se em torno da exigência do respeito a sua autonomia e seus direitos como povos autóctones. A partir de 2008, a Minga apresenta cinco pautas de luta:

1. Não ao TLC e ao modelo econômico que representa; que despoja os povos de suas terras e recursos para entregar a riqueza e o trabalho a transnacionais.
2. Que se derogue toda a legislação de despojo sobre a base de ser inconsulta e contrária aos direitos dos povos. Queremos Terra, Território e Soberania.
3. O Estado e o Governo, na cabeça de Álvaro Uribe, são agentes do Terror e todo o terror contra os povos o justificam como luta contra a insurgência. Os massacres, o assassinato de indígenas, camponeses, sindicalistas, líderes populares e todas as vítimas de falsos positivos continuam. Não queremos mais Segurança Antidemocrática.
4. O governo tem assinado muitos acordos, mas são poucos os que tem cumprido. Que o Estado cumpra todos os acordos com os setores. Não estamos pedindo ou negociando, estamos exigindo.
5. A Minga de Resistência Social e Comunitária é de todos os colombianos pelo qual chamamos a que todos participemos e juntos construamos a Agenda dos Povos. (SOMOS NUESTRA MEMORIA, acesso em: 23 jan. 2014, tradução nossa).

A proposta de ampliar a luta indígena aos setores sociais trouxe a unidade de estudantes, partidos, centrais sindicais, etc. em torno das cinco pautas e inúmeras manifestações de apoio à luta indígena.

Este movimento também participou de jornadas nacionais de protesto com as centrais operárias e os partidos políticos de oposição;

Fotografia 6-Marcha da Minga de Resistência Social e Comunitária



Fonte: Renovación Casanare

c) Greve dos cortadores de cana, 2005-2008:

Com grande visibilidade nacional em meios alternativos e oficiais, esta greve de longa duração mereceu o apoio da CUT, o PDA e Piedad Córdoba e amplas mobilizações de apoio em diferentes partes do país.

A principal pauta da greve (abolição das CTA e pela contratação direta) não foi conseguida, mas outros 12 pontos foram conquistados em novembro de 2008;

d) Cúpula nacional de organizações sociais e políticas, 2009:

As centrais sindicais, o PDA e múltiplas organizações do país inteiro se reuniram em torno de vários objetivos: solução negociada do conflito armado interno; defesa do meio ambiente e a soberania alimentar; reparação integral às vítimas, em especial das suas terras; repúdio do acordo militar com os Estados Unidos; necessidade da unidade latino-americana; ataque ao narcotráfico diferente à “guerra contra o terrorismo” imposta pelos Estados Unidos; geração de emprego digno; respeito das liberdades políticas e os direitos humanos; fortalecimento da unidade nacional; e o apoio ao pré-candidato presidencial Carlos Gaviria na consulta interna do PDA (CUMBRE NACIONAL DE ORGANIZACIONES SOCIALES Y POLITICAS, 2009);

e) Protestos contra o TLC com os Estados Unidos e a reeleição de Álvaro Uribe Vélez:

A luta no campo contra o TLC viu-se representada por vários setores da produção agrícola como o arroz, o café e o açúcar.

Os indígenas organizaram plebiscitos simbólicos rejeitando o Tratado e apresentando propostas para o desenvolvimento da agricultura e da propriedade da terra.

Também o setor estudantil somou-se às marchas e protestos, com os professores.

A presença nas marchas do PDA foi numerosa, mostrando o grande apoio de múltiplos setores à candidatura de Carlos Gavéria, em 2006.

As centrais operárias também protestaram, dentro desse grande marco, contra as privatizações e as demissões massivas de funcionários públicos. Seu papel foi importante na convocação e organização de jornadas nacionais de protesto em 2004, 2005, 2006, 2007 e 2010.

Igualmente, vários parlamentares da Dinamarca, dos Estados Unidos e da área andina mostraram o seu repúdio;

f) Protestos contra a intervenção militar e política estadunidense e o acordo militar com os Estados Unidos em 2009:

As centrais operárias, a CGD, o PCC e o PDA, convocaram várias manifestações. Os estudantes fizeram grande presença em diferentes partes do país e protestaram contra as visitas de figuras políticas estadunidenses na Colômbia.

3.2.3.1 O papel dos sindicatos e dos partidos de esquerda nas lutas sociais e de resistência na Colômbia no período 2002-2010

Com a caracterização apresentada anteriormente, pode ser observado que a CUT e a CGT unificaram-se como forças opositoras ao governo Uribe cumprindo um papel importante

como organizadores de inúmeras mobilizações nacionais (ver ANEXO C - Protestos no período 2002-2010 na Colômbia). Nesse sentido, também apoiaram as mobilizações indígenas, a Minga de Resistência Social e Comunitária; e as marchas das vítimas do conflito armado.

Igualmente, unificara-se o Comando Nacional Unitário (CNU), junto com a CTC e a CPC, convocando mobilizações em nível nacional contra os TLC e a ALCA em 2004 e 2005. Este Comando defendia a unidade latino-americana e caribenha e os acordos comerciais com estes países, em contraposição com os TLC com as potências econômicas.

As centrais operárias também tiveram um papel importante nas denúncias nacionais e internacionais (frente a organismos como a Organização Internacional do Trabalho e o Parlamento Europeu) contra a repressão violenta e a perseguição estatal a grevistas e manifestantes; a política de “segurança democrática”, o paramilitarismo e a “lei de Justiça e Paz”; o assassinato a lideranças sociais, sindicais e estudantis; a intervenção militar e política dos Estados Unidos; a estigmatização do exercício da atividade sindical como parte das atividades guerrilheiras ou dos sindicalistas como “colaboradores” das FARC-EP; as demissões a grevistas; as privatizações; o desrespeito aos convênios da OIT; a negação dos registros sindicais e a ingerência na autonomia dos sindicatos; a terceirização laboral; as interceptações telefônicas do DAS; os “falsos positivos”, entre outras (ver ANEXO B - Denúncias no período 2002-2010 na Colômbia).

A CUT defendeu, apoiou e visibilizou diferentes lutas como jornadas nacionais de protesto contra variados temas; greves de trabalhadores de diferentes setores; encontros sobre Direitos Humanos e vítimas; as marchas do dia do trabalhador; e as audiências públicas. Também fez denúncias particulares contra a desindustrialização; o desemprego; a perda da soberania alimentar; a compra de votos para o referendo da reeleição; o deslocamento forçado; os decretos unilaterais para a definição do salário mínimo, etc. (ver ANEXO B).

A CGT, em particular, cumpriu uma função de denúncia em menor proporção frente a diferentes temas como os TLC com os Estados Unidos, o Canada e a União Europeia⁸⁴; as reformas neoliberais; o aumento da jornada laboral e o referendo de 2003.

⁸⁴ “Somos partidários de um comércio justo entre a Colômbia e qualquer país do mundo, com benefício mútuo sobre a base da igualdade e do respeito à soberania nacional, aos direitos humanos, ao exercício do

A presença das duas centrais nas negociações anuais sobre o salário mínimo marcou fortes contradições entre ambas. Enquanto a CGT manteve uma ampla atitude conciliadora, a CUT não reduz as negociações a este assunto, mas apresentou, em várias ocasiões, reivindicações e pautas como a proteção da vida e dos direitos humanos dos sindicalistas colombianos, gerando barreiras nas concertações e permitindo a declaração do salário mínimo por meio de decreto. No entanto, as propostas de ambas as centrais sobre o aumento do salário mínimo eram decididas desde o CNU, o que significou um importante ponto de unidade.

Por seu lado, o PDA defendeu a unidade latino-americana e apoiou os governos de esquerda do Equador, da Venezuela e da Bolívia. Nessa linha, rejeitaram a invasão ao território equatoriano, o acordo militar com os Estados Unidos e a ALCA. A sua posição claramente anti-imperialista também gerou uma unidade respondendo à necessidade de alguns setores de luta.

Também gerou alianças e acompanhou organizações e movimentos como a GCD, as organizações universitárias, o movimento camponês e agrário, as organizações de serviços públicos domiciliários, o movimento nacional pelo referendo da água, e o movimento “Colombianos e colombianas pela paz”. Do mesmo modo, desde sua criação participou na maioria das jornadas nacionais de protesto. Como as centrais operárias, esse movimento também cumpriu o papel de denunciar vários assuntos do governo Uribe, como o decreto 535 de 2009; ameaças de morte, detenções e assassinatos de lideranças sociais, estudantis e sindicalistas; demissões de grevistas; as CTA; a mineração a grande escala; o “Plano Colômbia”; o TLC com os Estados Unidos, a União Europeia e o Canadá; o acordo militar com os Estados Unidos; os “falsos positivos”; o referendo para a segunda reeleição de Uribe; o uso de etanol no combustível e o negócio dos agrocombustíveis; a abertura de investigações, estigmatização, ameaças de mortes e detenções de militantes do PDA; a relação de Álvaro Uribe com os grupos paramilitares e demais (ver ANEXO B).

direito de associação sindical, de negociação coletiva e dos Convênios Internacionais de Trabalho. Os acordos comerciais devem ser um instrumento para a promoção do desenvolvimento sustentável que garanta um tratamento equitativo aos trabalhadores, povos indígenas, afrodescendentes, camponeses e produtores colombianos; devem ser em função de aprofundar a integração regional, ajudar a criar condições para reduzir a pobreza, promover o trabalho decente e um acesso mais equitativo aos serviços sociais.” (CGT COLÔMBIA, acesso em: 14 jan. 2014, tradução nossa).

Prestando atenção à importância dos sujeitos na construção da história, destaca-se o papel do senador Gustavo Petro quem teve um papel principal na descoberta do fenômeno da para-política no Congresso e dos vínculos de Uribe com os paramilitares.

O PCC, por sua parte, apoiou a organizações de vítimas do conflito armado e estudantes e impulsionou a visibilização sobre a cúpula nacional de organizações sociais e políticas e as marchas contra o acordo militar com os Estados Unidos, em 2009.

Da mesma forma, fez denúncias contra o “Plano Patriota”; o resgate militar de sequestrados; o paramilitarismo; as detenções de militantes do PDA; os “falsos positivos”; as ameaças, assassinatos e detenções de lideranças sociais, estudantis e sindicais; o acordo militar com os Estados Unidos; e os ataques da força pública a grevistas e manifestantes.

3.2.3.2 A relação partido-sindicato: direção das lutas dos trabalhadores e relação fragmentada

Entre 2005 e 2010, constrói-se uma relação próxima entre sindicatos e partidos de esquerda na Colômbia sendo que

[...] interesses e demandas políticas que por muito tempo orientaram as atividades contenciosas sindicais, têm se deslocado à plataforma política para serem apresentados pelo Polo Democrático Alternativo como uma aliança dos grupos políticos da esquerda. (CNAI, 2010; PNUD, 2011 apud DOMBOIS, 2012, tradução nossa).

Assim, o PDA tornou-se “o porta-voz político das principais centrais operárias, organizações estudantis e outros processos sociais identificados com suas propostas.” (BECERRA, 2012, p. 118-119, tradução nossa).

Isto pode ser corroborado na agenda política da CUT elaborada a partir do seu V Congresso, em 2006, onde chama à unidade dos setores “democráticos” e “progressistas”, os partidos e as forças de oposição (CUT, 2006).

Do mesmo modo, a CUT apoiou a candidatura de Carlos Gavéria na consulta interna do PDA para a eleição do candidato presidencial do partido, nas eleições de 2006 e 2010. Por sua parte, a CGT apoiou a Carlos Gavéria, em 2006, e, em 2010, apoiou a Gustavo Petro.

Nesse mesmo sentido, observa-se a presença do PDA nas lutas dos trabalhadores: participação nas marchas do dia do trabalhador (primeiro de maio); apoio às greves dos cortadores de cana, de EMCALI, dos bananeiros, dos trabalhadores no setor da mineração e do carvão, e dos sindicatos filiados à CUT como FECODE, Sindicato nacional dos trabalhadores da indústria do carvão (SINTRACARBÓN) e a “Unión Sindical Obrera” (USO) (ver ANEXO C).

Sobre a administração de Samuel Moreno à frente da Prefeitura de Bogotá, em 2008, existem vários pontos de vista a serem ponderados. Casos como a negociação de várias pautas em matéria salarial entre sindicatos de Bogotá e a prefeitura, permitem ver as possibilidades que oferece um partido de esquerda comprometido com a luta dos trabalhadores, isto a partir de uma coerência com seus princípios ideológicos. Esta coerência também permitiu que uma grande base sindical fizesse aportes significativos para a eleição de Samuel Moreno. No entanto, algumas lideranças sindicais mostram outra perspectiva, na qual o PDA, como conjunto, construiu uma relação fraca e fragmentada com o movimento sindical, onde só alguns dirigentes sindicais participaram na construção e direção do partido, enquanto a base sindical não se comprometeu na militância, mas só na votação, reduzindo o papel dos sindicatos à função eleitoral (CABEZAS, 2012).

Isto excluindo algumas personalidades, como os senadores Jorge Enrique Robledo⁸⁵, Wilson Arias e Alexander López, que apoiaram inúmeras greves de trabalhadores urbanos e rurais e denunciaram com veemência diferentes casos que afetavam diretamente a economia agrária do país (CABEZAS, 2012).

Nesse sentido,

[...] os incentivos para o sindicalismo dentro do Polo se sintetizam [...] em: a) as duas vagas dentro do Comitê Executivo Nacional que tem as Centrais Operárias e; b) o apoio a certos líderes sindicais para serem

⁸⁵ Faz parte do MOIR, organização que também tem sido importante na difusão de denúncias e na visibilização das lutas dos trabalhadores e outros setores sociais.

representantes do Polo nas eleições locais, regionais ou nacionais. (CABEZAS, 2012, p. 97, tradução nossa).

Por seu lado, o PCC pareceu mostrar uma forte relação com a CUT. No Semanário VOZ (órgão oficial de propaganda do PCC), apresentam-se diferentes atividades feitas pela CUT e seus sindicatos, desde denúncias, atos e protestos até as diferentes conquistas. Complementarmente, a CUT também esteve presente nas comemorações do Semanário. O PCC mostrou publicamente seu apoio à greve de trabalhadores de empresas como EMCALI, ISAGEN, FENOCO, ECOPETROL, dos bancários, de FECODE, e dos funcionários públicos do DAS, e às mobilizações sociais organizadas pelas centrais operárias. Além disso, fez denúncias constantes contra a violência a lideranças sindicais, indígenas e sociais.

3.3 O PDA e as centrais operárias colombianas no período 2002-2010: os limites para a construção dos caminhos para a emancipação humana

A importância do PDA nesse período ocorreu devido a seu papel como instituição pela qual convergiram diferentes forças de esquerda com o principal objetivo de frear as diversas ações levadas a cabo pelo governo Uribe. No entanto, seria um erro acreditar que esse partido possa constituir-se na instituição encarregada de dar direção às lutas pela emancipação humana e pela superação do sistema capitalista. Isto levando em conta algumas ponderações.

A condição desse partido ser criado com a intenção de gerar uma força de oposição concreta e ampla ao governo Uribe, suas políticas neoliberais e sua relação com o imperialismo estadunidense, suscita a reflexão acerca da função e sustentabilidade desse partido de esquerda sem a presença de um inimigo tão claro, que, com a profunda polarização e militarização da vida social, permitiu construir uma consciência e unidade entre muitos setores sociais, o que pode significar uma debilidade na hora de definir o projeto de país que o Partido propõe, sem o inimigo que os uniu. Isto lembrando:

É bom que não se pense que a contenda é com o senhor Álvaro Uribe Vélez. É mais com uma maneira de conceber o país, que ele encarna agora, mas que encarnaram muitos governantes há muito tempo. O

discurso do presidente Uribe e de seus conselheiros, segundo o qual a solução aos problemas nacionais é apenas uma tarefa militar, a convicção de que a Colômbia só se ajeita com as armas, exterminando monstros, foi a política de Laureano e de Ospina Pérez, dos governos da Frente Nacional e mesmo de governos mais recentes. O que tem feito Uribe é levar à sua plenitude o estilo com que se governou à Colômbia desde sempre. (OSPINA, 2009, tradução nossa).

Um fator importante que leva a refletir acerca do papel específico do PDA na construção da emancipação humana se refere a que as duas grandes correntes que se uniram para a conformação legal do PDA, a Alternativa Democrática e o Polo Democrático Independente, representavam projetos diferentes de país. Seguindo a trajetória histórica de ambas as correntes, a AD se compromete mais diretamente com as lutas dos trabalhadores, rejeita intensamente a luta armada e tem lutado contra o oportunismo político desde sua criação. Do outro lado, o PDI representa a ala “moderada” do PDA, é conformada por vários ex-combatentes de diferentes guerrilhas e considera a construção de alianças com a burguesia no intuito de ocupar vagas nas instâncias de poder.

Um representante da CUT comprova essas diferenças:

Discutiu-se muito sobre a necessidade ou conveniência de unir esses dois projetos. Sempre considerei inoportuna esta fusão porque nunca negamos a aliança. O que opinamos algumas pessoas do setor sindical era que se deveria realizar uma aliança eleitoral, mas não uma fusão [...] nos opusemos abertamente. (ARIAS, 2011 apud CABEZAS, 2012, p. 91-92, tradução nossa).

Emigdio Triana, presidente da UNEB, secunda esta posição:

[...] o Polo é uma proposta de alternativa incipiente que carece de unidade política pelas múltiplas facções, que oscilam entre o liberalismo progressista até posições de esquerda alternativa. [...] Isto tem gerado divisões internas nos sindicatos, que não querem ver que nós só somos base eleitoral para o Polo. (TRIANA apud CABEZAS, 2012, p. 101-102, tradução nossa).

Com isto, e mesmo conseguindo a construção de um programa mínimo e de unidade, as diferenças foram sendo evidentes na hora de discutir alianças com outras forças e partidos políticos. Como consequência, depois das eleições para a Presidência, em 2010, um dos senadores mais importantes na trajetória do PDA, Gustavo Petro, abandonou as filas e fundou um novo Partido, “Progressistas”, levando consigo os seus seguidores, entre eles, alguns sindicatos. Esse ex-senador do PDA expôs claramente os interesses de classe que defendia ao declarar na sua campanha para a Presidência: “Eu estou

buscando enriquecer os pobres, esse é o objetivo da equidade, o objetivo não é empobrecer os ricos.” (CARACOL RADIO, 2010, tradução nossa). Logo depois da formação do seu partido, Petro ganha as eleições da Prefeitura de Bogotá.

Com isto, não se evidencia em nenhuma das duas correntes o objetivo claro da emancipação humana, apesar de que, como afirma Villamizar (2007): “A militância do polo [democrático alternativo] deve ter clareza que ao interior do PDA há correntes revolucionárias que buscam o caminho ao socialismo.” (Tradução nossa). Mas essas correntes não são hegemônicas, pelo contrário, identifica-se um forte reformismo baseado na conciliação das classes sociais, a “defesa do nacional” e o fortalecimento da burguesia nacional.

Por isso é importante lembrar que a luta por reformas é legítima, pois representa a luta pelos direitos e pela dignificação das classes exploradas, dominadas e humilhadas, e também se torna um meio para a formação da consciência emancipatória. Por outro lado, o reformismo leva à falsa crença de que é possível superar o capitalismo a partir das reformas e obstaculiza a possibilidade de pensar a sua transformação radical.

Nessa mesma lógica, o PDA tem sido claro na luta contra o neoliberalismo, mas defende a propriedade privada e a economia mista (público-privada), no intuito de impulsionar a indústria nacional, o mercado interno e o intervencionismo do Estado, abandonando a luta contra o sistema capitalista em conjunto.

As reflexões feitas levam a pensar que esse partido se deparou com uma realidade concreta que não lhe permitiu pensar além dos limites impostos pela ideologia burguesa à busca da emancipação humana. Com a concentração na superação das condições de violência profunda vivenciadas na Colômbia e a condição de país periférico, submetido às exigências dos organismos multilaterais e as multinacionais, o PDA não foi capaz de construir pontes entre as lutas conjunturais acima mencionadas (extremamente necessárias) e as lutas pela emancipação humana. Isto lembrando que a construção da emancipação humana não responde a acontecimentos mecânicos e definidos; a criação e a construção dos caminhos para uma nova sociedade sem exploração, dominação e humilhação deve passar pela análise minuciosa das realidades concretas e das situações conjunturais que atravessam toda as práticas políticas.

Nessa linha, ao compreendermos a proposta do PDA da construção de “um governo soberano que represente os interesses das classes trabalhadoras, o empresariado nacional e as minorias étnicas [...]” (PERIÓDICO POLO, 2009, tradução nossa), entendem-se claramente os limites que impõe esse partido para a construção de uma proposta de mudança radical do sistema capitalista e a sua clara postura ideológica, parecendo ignorar o antagonismo dialético das classes dentro desse sistema ao propor uma conciliação dos interesses das classes no Estado.

Outro ponto de reflexão diz respeito à posição anti-imperialista e de defesa da soberania nacional. A defesa em igualdade de condições das classes proletária e burguesa do país não permite perceber que é a classe burguesa, ou “empresariado” como eles a chamam, a que tem construído a relação de dependência e de mútuo benefício com os Estados Unidos. A luta anti-imperialista e pela soberania deve estar ligada à luta contra a classe burguesa.

Apesar dos limites reconhecidos anteriormente, ressalta-se o reconhecimento e acompanhamento que faz o partido das lutas realizadas contra a humilhação: as lutas dos indígenas, do setor LGBTI, das mulheres, dos trabalhadores, os movimentos pela proteção do meio ambiente, contra o racismo e a xenofobia.

Também se reconhece a busca da construção de um partido democrático que garanta a participação, em sua direção, de mulheres, grupos étnicos, negros, setor LGBTI, povos ciganos, colombianos no exterior e jovens, setores indispensáveis na construção da emancipação humana.

De igual forma, considera-se a conformação de um partido democrático que se constrói a partir dos grupos de base reunidos em torno de interesses ou regiões, dando voz e voto nas decisões do mesmo.

Quanto às centrais operárias estudadas, é importante analisar a sua práxis nesse período e seu papel na construção de caminhos para a emancipação humana.

O papel da CGT nas lutas dos trabalhadores durante o governo Uribe contrasta com uma estrutura interna burocrática e o oportunismo político, o que obriga levantar algumas questões a serem analisadas com muito cuidado: quais foram os interesses da direção da CGT em apoiar e coordenar todo tipo de ações para rejeitar e barrar diferentes medidas

do governo Uribe? Qual foi a relação com o PDA, já que o principal dirigente, Julio Roberto Gómez⁸⁶, fez parte na conformação desse partido, em 2005? Esta reviravolta da CGT tem a ver com interesses oportunistas para alcançar algumas vagas nas instâncias de poder na Colômbia?

Essas questões continuam abertas e são indispensáveis na hora de compreender o papel da luta sindical na construção da emancipação humana na Colômbia, lembrando que:

[...] na emergência do ser social como classe em si abre uma dupla possibilidade: a da integração à ordem do capital pelo amoldamento/consentimento, ou o enfrentamento de classes. Como vimos, isto não pode ser determinado por nenhuma essência ontológica, e sim por uma contingência muito precisa. (IASI, 2008, p. 117).

Também é importante levar em conta que a luta sindical é uma luta limitada pelos seus próprios objetivos, mas que pode fazer parte das lutas pela emancipação humana.

Nessa relação, a CUT apresenta uma tradição diferente da CGT e se define como uma organização classista. Com isto, tem construído alianças não só com trabalhadores, mas com setores sociais explorados, dominados e humilhados o que demonstra uma visão mais ampla das contradições do sistema capitalista. Com isto, pode-se pensar no papel da CUT como uma importante instituição dentro da qual se compreende as lutas sociais além das lutas contra a exploração, o que, ao mesmo tempo, pode permitir a formação de uma consciência emancipatória, lembrando que “[...] para conhecer a si própria, de fato, a classe operária deve ter um conhecimento preciso das relações recíprocas de todas as classes da sociedade contemporânea.” (LENINE, [1902?]).

Isto fica ainda mais claro nos seus estatutos, onde um dos objetivos da Central é:

Participar em todas as atividades políticas de caráter legal tendentes a propiciar mudanças econômicas, sociais e políticas que contribuam ao desenvolvimento autônomo e independente do país, ao progresso social e a busca de uma autêntica democracia participativa. (CUT COLÔMBIA, acesso em: 14 jan. 2014, tradução nossa).

⁸⁶ “Durante o mandato de Álvaro Uribe alguns setores sindicais o acusaram de assessorar ao governo e não estar do lado dos trabalhadores. Mas as eleições presidenciais de 2010 marcaram o fim da sua militância nesse partido [o PDA]. Gómez acompanhou inicialmente a candidatura de Petro e o assessorou em assuntos trabalhistas, mas ante a derrota de Petro, no primeiro turno, o dirigente sindical não cumpriu a orientação da direção do partido e, em vez de se abster de votar, no segundo turno, declarou publicamente seu respaldo a Juan Manuel Santos.” (BARBOSA, 2012, tradução nossa). Também se observou que durante o governo Uribe, a CGT fez parte da RECALCA, mas no final do período, o Secretário retirou a CGT da Rede e continuou a apoiar a assinatura do TLC com os Estados Unidos.

Igualmente, na sua direção, encontram-se sujeitos políticos de grande importância que mostram uma clareza ideológica e teórica ao compreender a classe trabalhadora como sujeito político que é construído na luta e na formação política; reivindicam a luta de classes; reconhecem no processo capital-trabalho uma relação irreconciliável; e defendem a luta pelo socialismo (TOVAR apud MATTA, 2005).

Também é claro que, desde a sua aparição, têm existido várias correntes ideológicas dentro da Central:

[...] o chamado bloco democrático, constituído por antigos líderes das confederações liberais e conservadoras tradicionais e filiados ao denominado 'free trade union movement' estadunidense; os antigos líderes da desaparecida confederação comunista, que conservaram suas instituições educativas e de pesquisa; os antigos líderes do chamado sindicalismo independente, que supostamente conservaram vínculos com o movimento guerrilheiro. Em 1990 emergiu uma nova tendência – pós-perestroika e posterior aos acordos de paz – associada com o M-19. (CÁRDENAS, 1995, p. 46, tradução nossa).

Por conseguinte, os debates internos frente a esses assuntos devem ser assumidos desde a base de trabalhadores da Central e demanda uma preparação teórica-ideológica fortalecida para afrontar as posições burguesas e reformistas dentro da organização.

Em relação com o anteriormente posto, compreende-se que o PDA foi um partido de esquerda que representou a unidade de certas lutas que se tornam centrais no contexto colombiano: a luta pelas liberdades políticas, pelos direitos humanos, contra a violência, por melhorias nas condições de trabalho, contra o neoliberalismo, contra a dominação imperialista e contra as diferentes formas de discriminação.

No entanto, a reflexão sobre o papel dos partidos na formação da consciência emancipatória leva a pensar que a mesma configuração do PDA e sua influência nas lutas dos trabalhadores e contra a humilhação se tornou um obstáculo para a formação dessa consciência. Isso devido ao fato de a luta ter se concentrado em objetivos reformistas e na defesa de uma conciliação pacífica entre as classes sociais na sociedade colombiana.

Não é dispensável lembrar que “[...] é impossível conquistar o poder por meio de reformas. Através de uma pressão não se pode forçar a burguesia a mudar de política numa questão de que depende a sua sorte.” (TROTSKY, 1979).

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

OS POSSÍVEIS CAMINHOS DA EMANCIPAÇÃO HUMANA NA COLÔMBIA E NA AMÉRICA LATINA

As indagações dos efeitos do governo Uribe sobre as lutas sociais na Colômbia mostram que marcou mudanças de grande importância nos sindicatos e nos partidos de esquerda. Estas mudanças também responderam ao contexto latino-americano e ao ressurgimento de diferentes lutas e reivindicações. O sentimento “latino-americano”, como pôde ser visto, atravessou as reivindicações dos múltiplos movimentos sociais na Colômbia, correspondendo não só às mudanças ocorridas nesse período, mas à tradição de lutas e alianças entre os povos da América Latina, presente também nesse país.

Os fenômenos ocorridos entre 2002 e 2010 em relação aos partidos de esquerda e os sindicatos colombianos como instituições de enorme influência nas lutas sociais na Colômbia e com uma longa trajetória de luta, especialmente os sujeitos de pesquisa, levam a pensar nas possibilidades da construção de partidos revolucionários e do processo emancipatório nesse país.

Uma sociedade que procura a construção de relações igualitárias no sentido do respeito à dignidade humana, precisa refletir acerca dos mecanismos que podem fazer dessas relações uma realidade efetiva. Até hoje, a democracia parece ser um desses mecanismos que oferece essa possibilidade, não no sentido liberal e representativo, mas uma democracia que dê ferramentas de participação real nas decisões que atingem à população em geral, onde a nova sociedade seja construída desde a “base social mais ampla possível”⁸⁷, assim, pensar a democracia como “[...] único mecanismo viável para corrigir os erros, facilitar a participação popular e assegurar a discussão de alternativas.” (KATZ, 2004, p. 10, tradução nossa).

Com isso, é indispensável concretizar uma luta pela democracia, a defesa dos Direitos Humanos e o respeito à vida e à integridade dos militantes de esquerda, de organizações

⁸⁷ Isto sem esquecer que os governos totalitários são necessários só “[...] sob certas circunstâncias e para fazer frente às conspirações reacionárias.” (KATZ, 2004, p. 16, tradução nossa).

sociais e sindicais; paralelamente, contra o imperialismo estadunidense, o neoliberalismo e as diferentes formas de humilhação.

Ao mesmo tempo, as reflexões também devem ser realizadas em torno da formação da consciência emancipatória que, na Colômbia, edifica-se dentro das universidades e do movimento estudantil e professoral, dos bairros periféricos das grandes cidades (onde uma grande maioria tem sido deslocada pela violência no campo), das lutas contra o machismo, o racismo e a homofobia e pela defesa dos territórios indígenas e a proteção dos ecossistemas. Também na luta contra a venda do território colombiano a multinacionais, pelo aumento salarial e as garantias dos direitos sociais, contra a flexibilização laboral e o desemprego, pela melhoria das vias de acesso às cidades, contra o clientelismo eleitoral, etc.

Estas ações, que principalmente se traduzem em denúncias e mobilizações, devem ir amarradas a uma forte formação da consciência de classe para conseguir compreender as raízes das desigualdades sociais na Colômbia e a necessidade de enfrentar a intervenção imperialista, e com ela, a classe burguesa na sua totalidade; isto entendendo que a defesa do “nacional” não significa uma adesão cega aos propósitos da burguesia “liberal” ou de partidos reformistas que não enxergam os problemas além da profunda dependência que vive a Colômbia dos países capitalistas desenvolvidos. A compreensão dessa dependência em relação à construção da emancipação humana pode permitir refletir acerca do papel da burguesia e da classe política dominante como a unidade antagonica das classes exploradas, dominadas e humilhadas.

De igual forma, deve considerar-se a história dos partidos de esquerda na Colômbia no que diz respeito à cooptação por parte dos partidos da burguesia. Essa característica, que pode ser denominada como estrutural na história dos partidos políticos na Colômbia, deve ser superada principalmente a partir da formação de uma consciência emancipatória que permita fazer leituras corretas sobre alianças e coligações conjunturais, sem que os partidos revolucionários percam a visão de longo prazo da luta pela emancipação humana, isto se constitui em outro desafio.

Portanto, os partidos revolucionários devem entender que a luta pelos direitos democráticos não pode estar separada da luta pela emancipação humana, ou seja, que o processo emancipatório não se esgota na estratégia da democracia.

Nessa direção, um dos desafios identificado para os partidos revolucionários na Colômbia consiste em procurar tanto a unidade das lutas sociais quanto a superação do profundo reformismo herdado do PDA e as organizações que o conformam.

Esses partidos também devem construir uma relação com as centrais operárias e os sindicatos a partir da formação da consciência emancipatória e da conformação de quadros intelectuais orgânicos que permitam superar o oportunismo, evitar a separação das bases com as lideranças sindicais e a construção concreta de pontes entre as lutas cotidianas dos trabalhadores com uma perspectiva de mudança da realidade das classes exploradas, dominadas e humilhadas.

Vale lembrar o papel de organizações como a ENS (criada em 1982) e o CINEP (criado em 1972) que têm visibilizado diferentes problemáticas respeito à violação de Direitos Humanos a sindicalistas, a vítimas do conflito armado e a membros de organizações sociais através de estudos fundamentados e rigorosos. Esses estudos também oferecem propostas concretas de solução dos problemas identificados. Igualmente, elas têm acompanhado as lutas de resistência por muito tempo na Colômbia.

Nessa linha, ressalta-se o papel de FECODE não só como uma das maiores organizações sindicais da Colômbia, mais como um conjunto de professores que oferecem análises das realidades concretas na Colômbia, geram propostas e tem uma grande capacidade de convocatória, não só nas lutas específicas do setor da educação, mas nas lutas de resistência e reivindicatórias.

Por outro lado, compreende-se que a resolução negociada do conflito armado interno torna-se uma necessidade urgente para o desenvolvimento das lutas emancipatórias no país⁸⁸. Sobre a existência das guerrilhas na Colômbia vale trazer vários pontos de discussão.

Em primeiro lugar, compreender que ao longo da sua existência, as guerrilhas têm construído uma base social que vêm gerando uma forte pressão para as negociações e que, dessa forma, reconhece as guerrilhas como um ator político⁸⁹. Essa mesma base

⁸⁸ Na atualidade se estão levando a cabo negociações entre o governo de Juan Manuel Santos (antigo Ministro de Defesa no governo Uribe) e as FARC-EP em La Habana, Cuba. O processo, que começou em outubro de 2013, busca negociar ao redor de seis pontos: política de desenvolvimento agrário, participação política, o fim do conflito, o narcotráfico, a reparação, e a verificação dos acordos.

⁸⁹ Este é o caso da Marcha Patriótica.

social compartilha e defende reivindicações, apoiadas pela insurgência, tais como uma reforma agrária, verdadeiras garantias para o exercício legal de oposição, a luta contra o neoliberalismo e as privatizações, o respeito pelos Direitos Humanos, entre outras.

Desse modo, a atuação legal das guerrilhas, organizadas em partidos, sindicatos e organizações sociais, pode levar a uma ampla aceitação dessa base social, não só no campo eleitoral, mas no papel de direção das lutas emancipatórias, reconhecendo assim a experiência política e a formação ideológica destas organizações guerrilheiras.

Em um espectro mais amplo, pode-se pensar que a extinção dos grupos subversivos ajude na desconstrução da estigmatização social da esquerda colombiana e da polarização política nesse país, a partir do desaparecimento do “inimigo interno”. Isso obrigará a burguesia colombiana a procurar novas razões para justificar a “guerra suja” e a intervenção imperialista na Colômbia e na América Latina⁹⁰.

Também se deve compreender que a integração das guerrilhas na vida civil não significa a possibilidade de uma passagem pacífica do capitalismo ao socialismo, mas é necessário reconhecer que essa passagem deve estar sustentada pelas maiorias (as classes exploradas, dominadas e humilhadas). O papel social das guerrilhas como organizações armadas na Colômbia tem sofrido uma forte deslegitimação através da estratégia constante da burguesia colombiana e norte-americana, que têm conseguido incorporar no discurso da guerra contra-insurgente a invalidade da luta pela transformação radical do sistema capitalista e a aceitação do mesmo. Isto misturado com um constante ataque midiático.

Como citado anteriormente, entende-se que os partidos revolucionários na Colômbia também devem focar as suas análises e a sua práxis nas tarefas que podem surgir com o fim das guerrilhas e sua participação legal na vida política, ligado à construção dos caminhos para a emancipação humana.

Por outro lado, o regime violento e repressivo hegemônico na Colômbia, como foi exposto, gera grandes obstáculos à construção da emancipação humana e de uma ordem democrática. Experiências como as de Cuba e Rússia, onde a luta pelo socialismo foi

⁹⁰ Sem esquecer a existência do narcotráfico que têm se tornado uma das principais justificativas da intervenção imperialista no subcontinente americano.

combinada com a luta contra o absolutismo podem servir de exemplo, sem levar isto a uma repetição dos acontecimentos.

Por isso, é claro que não é fácil enfrentar a “guerra suja”. As denúncias frente organismos nacionais e internacionais têm sido de grande ajuda para visibilizar a situação de Direitos Humanos na Colômbia durante mais de meio século, mas a Colômbia e os países latino-americanos cumprem o papel principal de sustentação das burguesias dos países capitalistas desenvolvidos, portanto, a formação da consciência emancipatória deve passar pela compreensão das raízes da “guerra suja” na Colômbia.

Na atualidade, dois acontecimentos de grande transcendência permitem pensar na possibilidade da construção de partidos revolucionários na Colômbia: a reaparição da UP como partido que vai disputar as eleições presidenciais para o ano 2014 e a formação e consolidação da MP.

Ambas as organizações têm criado poderosas pontes de unidade entre as organizações estudantis, camponesas, nos bairros periféricos, de mulheres, de trabalhadores, etc., organizados na MP e a luta pelo poder político representada na UP. Igualmente, elas têm cumprido um papel importante na criação de espaços alternativos aos diálogos de Paz em La Habana em torno dos seis pontos de discussão, aportando elementos desde as organizações sociais.

Mesmo sem poder aprofundar muito sobre estas duas organizações por transcender os limites do trabalho, as condições que estão se configurando na Colômbia permitem ver com clareza os erros do PDA e das centrais operárias em cair na armadilha da polarização política praticada pelo governo Uribe e as poucas possibilidades que isto ofereceu para a construção de um projeto de país que vá além da oposição política.

A unidade latino-americana e a luta pela emancipação humana: construindo o caminho

A partir do estudo feito do período 2002-2010, refletir sobre a emancipação humana na América Latina significa fazer avaliações sob vários pontos de análises.

Em primeiro lugar, deve levar-se em conta que a América Latina não é o único território que vive as consequências do sistema do capital, assim, analisar o nosso contexto deve superar a ideia do socialismo em um só país, deve dar olhares de como unificar lutas

numa sociedade permeada pela internet e as chamadas “redes sociais”, apontar à solidariedade entre países e “povos amigos” e concretizar lutas além do nacional, entendendo que, talvez, “[...] a dimensão das crises e a polarização imperialista poderão empurrar essas nações a liderar a introdução de medidas anticapitalistas.” (KATZ, 2004, p. 9, tradução nossa).

Por outro lado, as reflexões sobre os partidos de esquerda no subcontinente e a sua luta pela independência política, econômica e social levam a considerar que esta não é por si só uma luta revolucionária; a defesa do nacional e da mesma unidade latino-americana não tem uma ligação direta com rupturas revolucionárias:

Os governos anti-imperialistas podem avançar para rupturas revolucionárias ou consolidar a estabilização do capitalismo de estado. Estas duas perspectivas antagônicas estão simbolizadas na história latino-americana pelo curso seguido pelas revoluções cubana e mexicana. [...] No primeiro caso se consumou uma acelerada evolução socialista, que permitiu desenvolver profundas transformações e melhorar significativamente (durante um longo período inicial) o nível de vida popular. No segundo país prevaleceu o congelamento das reformas e a criação de uma nova camada de opressores desde a cúspide do estado. Os passos necessários para recriar o avanço cubano e evitar a regressão mexicana não estão se adotado em nenhum dos três países sul-americanos.⁹¹ (KATZ, 2010, p. 3, tradução nossa).

Para alcançar, nos termos de Katz, o avanço cubano, é necessária uma articulação das lutas da “base social mais ampla” com as ações dos governos de esquerda. Essa articulação não responde a uma aderência obturada aos governos, mas à necessidade de articular lutas conjunturais e estruturais que levem à construção conjunta de uma nova sociedade sem dominação, exploração, nem humilhação. É papel dessa “base social mais ampla” continuar a luta pela emancipação humana, exigindo dos governos uma “democracia socialista” (KATZ, 2004), e a sua participação real nas decisões governamentais. É essa “base social mais ampla” que deve pressionar os governos para não perder o rumo anticapitalista, articulando as reivindicações dos trabalhadores, dos grupos étnicos, das mulheres, do setor LGBTI, dos estudantes e de todas as esferas da sociedade que sofrem atentados contra a sua dignidade.

Igualmente, não pode negar-se a urgência da procura pela independência no que diz respeito aos Estados Unidos, o que também pode permitir a construção de países autônomos econômica, política e culturalmente. Países economicamente sustentáveis a

⁹¹ A Venezuela, a Bolívia e o Equador.

partir da produção própria, evitando Tratados de Livre Comércio e alianças de qualquer tipo (titulação de terras, compra de empresas nacionais, etc.) que debilitam o mercado nacional, aumentam os preços da cesta básica e levam à quebra dos empresários locais que não podem corresponder à concorrência do mercado internacional. Países politicamente independentes que possam tomar decisões segundo as suas próprias necessidades e construir políticas públicas não condicionadas pelos empréstimos dos organismos multilaterais. Países culturalmente autônomos e respeitosos da enorme diversidade cultural, onde os indígenas, os negros e os mestiços tenham as possibilidades reais de participar nas decisões políticas e onde a cultura ancestral seja resgatada e introduzida nas culturas nacionais (gastronomia, música, estética, organização política, cosmogonia, etc.).

Essas transformações sociais emancipatórias devem ser entendidas como possíveis e atingíveis pelos homens e mulheres latino-americanos, mantendo a convicção nesse horizonte e enfrentando inúmeros mecanismos forjados pelo capitalismo para serem absorvidos e entendidos como verdade pela sociedade (KATZ, 2010).

Com isto, se entende que as forças de resistência devem estar articuladas e dirigidas para a emancipação humana, sem isso não será possível pensar numa transformação radical do sistema do capital, que supere toda forma de dominação, exploração e humilhação.

REFERÊNCIAS

ALBA. **Site oficial**. Disponível em: <<http://www.alba-tcp.org/content/alba-tcp>>. Acesso em: 3 fev. 2014.

AMORÓS, Mario. “Debemos profundizar la unidad popular en el Polo Democrático”. **Rebelión**, [S.l.], não paginado, 3 jul. 2006. Disponível em: <<http://www.rebelion.org/noticia.php?id=33716>>. Acesso em: 23 jan. 2014.

ANTUNES, Ricardo. *¿Adiós al trabajo? Ensayo sobre la metamorfosis y el rol central del mundo del trabajo*. Bogotá: Pensamiento Crítico, 2000.

ARCHILA, Mauricio. **Cultura e identidad obrera. Colombia 1910-1945**. Bogotá: CINEP, 1992. Disponível em: <www.cinep.org.co>. Acesso em: 24 abr. 2013.

ARCHILA, Mauricio. **Idas y venidas, vueltas y revueltas: protesta social en Colombia, 1958-1990**. Bogotá: CINEP, 2003.

ARGENPRESS. Álvaro Uribe descalifica el paro nacional de los profesores. **Rebelión**, [S.l.], não paginado, 26 may. 2007. Disponível em: <<http://www.rebelion.org/noticia.php?id=51347>>. Acesso em: 23 jan. 2014.

ASOCIACIÓN NACIONAL POR LA SALVACIÓN AGROPECUARIA. Encuentro nacional agropecuario. **Pronunciamientos de organizaciones sociales**, Bogotá, não paginado, 19 may. 2009. Disponível em: <<http://www.moir.org.co/ENCUENTRO-NACIONAL-AGROPECUARIO.html>>. Acesso em: 15 jan. 2014.

BALLÉN, Rafael. Colombia: ¿Está vigente la democracia? **Le Monde Diplomatique. Edición Colombia**, [S.l.], v. 8, n. 86, não paginado, 2010. Disponível em: arquivo pessoal. Acesso em: 15 dez. 2011.

_____. Bases militares: la amenaza continúa. **Le Monde Diplomatique. Edición Colombia**, [S.l.], n. 95, não paginado, 2011. Disponível em: <<http://www.lahaine.org/index.php?p=51646>>. Acesso em: 5 fev. 2011.

BANCO MUNDIAL. **Indicadores de dados**. Disponível em: <<http://datos.bancomundial.org/indicador>>. Acesso em: 28 dez. 2013.

BARBOSA, Nicolás. Julio Roberto Gómez Esguerra. **La silla vacía**, [S.l.], não paginado, 23 ene. 2012. Disponível em: <<http://lasillavacia.com/perfilquien/30890/julio-roberto-gomez-esguerra>>. Acesso em: 23 jan. 2014.

BASSET, Yann. La izquierda colombiana en tiempos de Uribe. **Nueva Sociedad**, [S.l.], n. 214, p. 4-13, mar.-abr. 2008. Disponível em: <http://www.nuso.org/upload/articulos/3502_1.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2013.

BECERRA, Gabriel. **La nueva izquierda latinoamericana y la experiencia del polo democrático alternativo**. 2012. 167 f. Dissertação (mestrado em estudos políticos e internacionais)-Universidad del Rosario, Bogotá, 2012. Disponível em: <<http://repository.urosario.edu.co/bitstream/10336/4052/1/88218050-2012.pdf>>. Acesso em: 25 mai. 2013.

BORÓN, Atilio. El cinismo de Hillary. **CubaDebate**, [S.l.], não paginado, 17 sep. 2009. Disponível em: <<http://www.cubadebate.cu/opinion/2009/09/17/el-cinismo-de-hillary/>>. Acesso em: 20 jan. 2014.

CABALLERO, Antonio. Legado de Uribe. **Semana**, Bogotá, 13 mar. 2010. Disponível em: <<http://www.semana.com/opinion/articulo/legado-uribe/114311-3>>. Acesso em: 28 fev. 2013.

CABEZAS, Zully. **El Movimiento Sindical en Colombia: su quehacer histórico y político en el Polo Democrático Alternativo**. 2012. 139 f. Dissertação (mestrado em estudos políticos)-Universidad Nacional de Colômbia, Bogotá, 2012. Disponível em: <<http://www.bdigital.unal.edu.co/7726/1/zullycabezasalvarado.2012.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2014.

CAMARGO, Lucía. Uribe Tevé. **Revista Cien Días**, Bogotá, n. 70, p. 34-37, ago.-nov. 2010. Disponível em: <http://issuu.com/cinepppp/docs/ciendiasno70_082010>. Acesso em: 14 abr. 2013.

CARACOL RADIO. Gustavo Petro: “Mi programa es hacer la tarea de la equidad social”. **Polo Democrático Alternativo**, Bogotá, não paginado, 5 abr. 2010. Disponível em: <<http://www.moir.org.co/Gustavo-Petro-Mi-programa-es-hacer.html>>. Acesso em: 16 jan. 2014.

CÁRDENAS, Mauricio. La respuesta laboral al neoliberalismo en Colombia: el contexto político. In: _____. **Neoliberalism and the Labor Movement in Colombia**. 1995. Paginação irregular. Tese (doutorado em Estudos internacionais)-Universidad de Denver, Denver, 1995. Disponível em: <<http://www.revistas.unal.edu.co/index.php/innovar/article/viewFile/19085/20038>>. Acesso em: 22 nov. 2013.

CAYCEDO, Jaime. Reflexiones sobre el movimiento popular... **Espacio Crítico**, Bogotá, n. 3, não paginado, jul.-dic. 2005. Disponível em: <http://localhost/espaciocritico.com/articulos/rev03/n3_a05.htm>. Acesso em: 16 mai. 2010.

CELIS OSPINA, Juan Carlos. **Sindicatos y territorios. Dimensiones territoriales de la acción sindical...** Medellín: Escuela Nacional Sindical, 2004. Disponível em: arquivo pessoal.

CENTRAL UNITARIA DE TRABAJADORES. **100 años del sindicalismo colombiano 1909 - 2009**. Medellín: Departamento de Comunicaciones, Prensa y Propaganda CUT Subdirectiva Antioquia, 2010.

CEPEDA, Iván. "La reivindicación es nacional, no local". **Semana**, Bogotá, não paginado, 25 oct. 2008. Disponível em: <<http://www.elespectador.com/opinion/columnistasdelimpreso/ivan-cepeda-castro/columna86050-reivindicacion-nacional-no-local>>. Acesso em: 29 jan. 2014.

CEPEDA, Iván et al. **Las perlas uribistas**. Bogotá: Debate, 2010.

CGT COLÔMBIA. **Site oficial**. Disponível em: <<http://www.cgtcolombia.org/>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

CHÁVEZ, Hugo. Las líneas de Chávez: Ideas y milicias, ¡Qué creación! **CubaDebate**, [S.l.], não paginado, 2 ago. 2009. Disponível em: <<http://www.cubadebate.cu/hugo-chavez-frias/2009/08/02/las-lineas-de-chavez-ideas-y-milicias-%C2%A1que-creacion/>>. Acesso em: 20 jan. 2014.

CINEP. **El legado de las políticas de Uribe retos para el gobierno de Santos. Informe especial**. Bogotá, 2010. Disponível em: <http://issuu.com/cinepppp/docs/el_legado_de_las_pol_ticas_de_uribe_agosto2010>. Acesso em: 24 abr. 2013.

CODHES INFORMA. Bogotá: n. 79, mar. 2012. Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/uploads/media/CODHES_Informa_79_Desplazamiento_creciente_y_crisis_humanitaria_invisibilizada_Marzo_2012.pdf?view=1>. Acesso em: 15 mar. 2013.

COLÔMBIA. **Código sustantivo del trabajo**. Bogotá, 7 jun. 1951. Não paginado. Disponível em: <<http://www.alcaldiabogota.gov.co/sisjur/normas/Norma1.jsp?i=33104>>. Acesso em: 11 dez. 2013.

_____. Congresso. **Lei 130 de 1994**. Por la cual se dicta el Estatuto Básico de los partidos y movimientos políticos, se dictan normas sobre su financiación y la de las campañas electorales y se dictan otras disposiciones. Bogotá, 23 mar. 1994. Não paginado. Disponível em: <<http://www.alcaldiabogota.gov.co/sisjur/normas/Norma1.jsp?i=4814>>. Acesso em: 10 mai. 2013.

_____. Congresso. **Lei 974 de 2005**. Por la cual se reglamenta la actuación en bancadas de los miembros de las corporaciones públicas y se adecua el Reglamento del Congreso al Régimen de Bancadas. Bogotá, 22 jul. 2005. Não paginado. Disponível em: <http://www.secretariasenado.gov.co/senado/basedoc/ley/2005/ley_0974_2005.html>. Acesso em: 16 dez. 2013.

_____. **Constituição Política (1991)**. Assembleia Constituinte, 1991. Não paginado. Disponível em: <<http://www.alcaldiabogota.gov.co/sisjur/normas/Norma1.jsp?i=4125>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

_____. Ministerio de la Protección Social. **Decreto 535 de 2009**. Por el cual se reglamenta el artículo 416 del Código Sustantivo del Trabajo. Bogotá, 24 fev. 2009. Não paginado. Disponível em: <<http://web.presidencia.gov.co/decretoslinea/2009/febrero/24/dec53524022009.pdf>>. Acesso em: 19 dez. 2013.

CSI. La CSI responde al comunicado de prensa emitido por el Ministerio del Interior de Colombia... **Pronunciamientos de organizaciones sociales**, Bogotá, não paginado, 11 jun. 2010. Disponível em: <<http://www.moir.org.co/La-CSI-responde-al-comunicado-de.html>>. Acesso em: 16 jan. 2014.

CUADERNO DE DERECHOS HUMANOS. Medellín: n. 19, jun. 2007. Disponível em: <http://www.ens.org.co/aa/img_upload/45bdec76fa6b8848acf029430d10bb5a/cuaderno_19.pdf>. Acesso em: 13 dez 2013.

CUERVO, Fáber. Despertar amarillo. **Debates**, Medellín, n. 14, p. 69-114, ene.-jun. 2006.

CUMBRE NACIONAL DE ORGANIZACIONES SOCIALES Y POLÍTICAS. Al pueblo colombiano: Convocatoria a la acción política y movilización social. **Pronunciamientos de organizaciones sociales**, Bogotá, não paginado, 22 ago. 2009. Disponível em: <<http://www.moir.org.co/PRONUNCIAMIENTO-DE-LA-CUMBRE.html>>. Acesso em: 16 jan. 2014.

CUT. **Declaración política del V congreso de la CUT**. Bogotá, 2006. Não paginado. Disponível em: <<http://cut.org.co/declaracion-politica-del-v-congreso-de-la-cut-lunes-28-de-agosto-de-2006/>>. Acesso em: 15 jan. 2014.

CUT COLÔMBIA. **Site oficial**. Disponível em: <<http://cut.org.co/>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

CUT et al. **Informe oficial 98ª conferencia internacional del trabajo**. [Bogotá], 2009. Disponível em: <<http://www.redjuridicacutctc.com/oit/20090605143419.pdf>>. Acesso em: 2 jan. 2014.

_____. **Los derechos laborales y las libertades sindicales en Colombia**. Bogotá: Gente Nueva, 2007. Disponível em: <http://www.ens.org.co/aa/img_upload/45bdec76fa6b8848acf029430d10bb5a/Informe_de_derechos_y_libertades_libro_version_cut.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2012.

DELGADO, Álvaro. Anotaciones a la política del Partido Comunista. **Controversia**, Bogotá, n. 190, p. 55-95, jun. 2008. Disponível em: <http://issuu.com/cinepppp/docs/controversia_190_junio_2008_completa>. Acesso em: 24 abr. 2013.

DELGADO, Álvaro et al. Pocas huelgas pero mucha oposición. **Revista Cien Días**, Bogotá, n. 59, p. 34-36, jun.-nov. 2006. Disponível em: <http://issuu.com/cinepppp/docs/ciendiasno59_062006/32>. Acesso em: 24 abr. 2013.

_____. “Que se mueran los feos”. **Revista Cien Días**, Bogotá, n. 70, p. 27-30, ago.-nov. 2010. Disponível em: <http://issuu.com/cinepppp/docs/ciendiasno70_082010>. Acesso em: 14 abr. 2013.

DIRCEU, José. Por que Chávez deve vencer. **Sul 21**, [S.l.], não paginado, 13 sep. 2012. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/por-que-chavez-deve-vencer/>>. Acesso em: 22 fev. 2012.

DOMBOIS, Rainer. La violencia antisindical y la vulnerabilidad del sindicalismo colombiano. **Cultura y trabajo**, Medellín, n. 85, não paginado, jul. 2012. Disponível em: <<http://www.ens.org.co/index.shtml?apc=ba--;1;-;&x=20167253>>. Acesso em: 4 dez. 2013.

ELEJALDE, Ramón. Traspasa fronteras la polarización. **El Mundo**, [S.l.], não paginado, nov. 2010. Disponível em: <<http://www.elmundo.com/portal/resultados/detalles/?idx=165653>>. Acesso em: 28 fev. 2013.

ENGELS, Friedrich. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. [S.l.]: Grupo Acrópolis, 1952. Não paginado. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1880/socialismo/cap03.htm>>. Acesso em: 29 out. 2013.

ENS. Una política de exclusión sistemática: panorama de la situación de los trabajadores y trabajadoras y de las organizaciones sindicales en Colombia. In: CENTRAL UNITARIA DE TRABAJADORES. **100 años del sindicalismo colombiano 1909 - 2009**. Medellín: Departamento de Comunicaciones, Prensa y Propaganda CUT Subdirectiva Antioquia, 2010. p. 48-73.

ESTRADA, Jairo. Proyecto neoliberal e intervención imperialista en Colombia. **Espacio Crítico**, [S.l.], n. 4, paginação irregular, ene-jun. 2006. Disponível em: <http://www.espaciocritico.com/sites/all/files/revista/recrt04/n4_a04.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2011.

_____. Transformaciones del capitalismo en Colombia. Dinámicas de acumulación y nueva espacialidad. **Espacio Crítico**, Bogotá, n. 12, p. 2-21, ene-jun. 2010. Disponível em: <http://www.espaciocritico.com/sites/all/files/revista/recrt12/n12_a01.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2013.

FERNÁNDEZ, Carlos. Las amenazas en el gobierno Uribe. **Revista Cien Días**, Bogotá, n. 70, p. 6-7, ago.-nov. 2010. Disponível em: <http://issuu.com/cinepppp/docs/ciendiasno70_082010>. Acesso em: 14 abr. 2013.

FIGUEROA, Carlos. América Latina en el umbral del posneoliberalismo. **Metapolítica**, [México], n. 59, p. 55-60, may.-jun. 2008. Disponível em: arquivo pessoal. Acesso: 21 fev. 2010.

_____. **Nuevos odres y viejos vinos: la violencia en América Latina en los albores del Siglo XXI.** [Puebla]: UNAM-CELA, 2002. Paginação irregular. Disponível em: <<http://subdesarrollo.tripod.com>>. Acesso em: 9 jan. 2014.

GALINDO, Carolina. Neopopulismo en Colombia: el caso del gobierno de Álvaro Uribe Vélez. **Revista de Ciencias Sociales**, Quito, n. 27, p. 147-162, ene. 2007. Disponível em: <<http://www.flacso.org.ec/docs/i27galindo.pdf>>. Acesso em: 3 mar. 2013.

GARCÍA, Remedios. "Colombia irá a unas elecciones con un país que está en manos de los paramilitares". **Rebelión**, [S.l.], não paginado, 25 nov. 2004. Disponível em: <<http://www.rebellion.org/noticia.php?id=8061&titular=%22colombia-ir%E1-a-unas-elecciones-con-un-pa%EDs-que-est%E1-en-manos-de-los-paramilitares%22->>>. Acesso em: 23 jan. 2014.

GONZÁLEZ, Ana Verónica. **Partidos políticos e participação: estudo de caso sobre o partido conservador colombiano.** 2010. 166f. Dissertação (mestrado em Ciência política)-Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012. Disponível em: arquivo pessoal.

GONZÁLEZ, Jorge. **Giro de la política exterior colombiana: diferencias entre Uribe y Santos en el manejo del acuerdo de cooperación militar de 2009 con Estados Unidos.** 2011. 135 f. Dissertação (mestrado em ciências políticas e relações internacionais)-Universidade Javeriana, Bogotá, 2011. Disponível em: <<http://www.javeriana.edu.co/biblos/tesis/politica/tesis480.pdf>>. Acesso em: 18 dez. 2013.

GRAMSCI, António. **Cadernos do cárcere.** 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, 3 v.

_____. **La formación de los intelectuales.** Medellín: La Oveja Negra, [196?].

GUATAQUI, Juan Carlos; GARCÍA, Andrés Felipe. Efectos de la reforma laboral: más trabajo y menos empleos? **Ensayos sobre política económica**, Bogotá, v. 27, n. 60, p. 46-79, 2009.

GUTIÉRREZ, Carlos. Colombia: el dilema de los narcoparamercenarios. **Le Monde Diplomatique. Edición Colombia**, [S.l.], v. 3, n. 29, não paginado, nov. 2004. Disponível em: <<http://pensarabiertamente.blogspot.com.br/2009/11/colombia-el-dilema-de-los.html>>. Acesso em: 26 jan. 2012.

_____. Sindicalismo colombiano: Normas violadas. Vidas segadas. Soberanía arriada. **Le Monde Diplomatique. Edición Colombia**, [S.l.], v. 9, n. 100, não paginado, may. 2011. Disponível em: <<http://www.cetri.be/spip.php?article2189&lang=fr>>. Acesso em: 9 jan. 2014.

GUTIÉRREZ, Francisco. **Lo que el viento se llevo los partidos políticos y la democracia en Colombia 1958 - 2002.** Bogotá: Norma, 2006.

IASI, Mauro Luis. **As metamorfoses da consciência social (o PT entre a negação e o consentimento)**. 1 reimp. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

INFANTE, Alfredo. Colombia y Venezuela. Un conflicto binacional de carácter irregular. **Revista Cien Días**, Bogotá, n. 69, p. 39-45, may. 2010. Disponível em: <http://issuu.com/cinepppp/docs/ciendiasno69_052010>. Acesso em: 24 abr. 2013.

JEIFETS, Lázar. **El partido comunista colombiano, desde su fundación y orientación hacia la “transformación bolchevique”...** Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura, Bogotá, n. 28, p. 8-37, 2001. Disponível em: <<http://www.revistas.unal.edu.co/index.php/achsc/article/view/16899/17768>>. Acesso em: 16 dez. 2013.

JN. Bolívia: Evo Morales anuncia o fim do analfabetismo no país. **Jornal de Notícias**, [S.l.], não paginado, 21 dez. 2008. Disponível em: <http://www.jn.pt/PaginaInicial/Interior.aspx?content_id=1062048&page=2>. Acesso em: 22 fev. 2013

KATZ, Claudio. **El escenario latinoamericano**. [Buenos Aires]: [s.n.], 2005. Não paginado. Disponível em: <<http://katz.lahaine.org/?p=14>>. Acesso em: 16 dez. 2012.

_____. **El Imperialismo del Siglo XXI**. [Buenos Aires]: [s.n.], 2002. Não paginado. Disponível em: <<http://katz.lahaine.org/>>. Acesso em: 16 dez. 2012.

_____. **El porvenir del socialismo**. Buenos Aires: Imago Mundi-Herramienta, 2004.

_____. **Estrategias socialistas en América Latina**. [Buenos Aires]: [s.n.], 2006. Disponível em: <<http://www.lahaine.org/b2-img/katzestr.pdf>>. Acesso em: 16 dez. 2012.

_____. **Latinoamérica VI: De la reforma a la revolución**. [Buenos Aires]: [s.n.], 2010. Disponível em: <http://www.lahaine.org/b2-img10/katz_lat6.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2012.

LE MONDE DIPLOMATIQUE. Colombia hasta 2014. ¿Guerra y crecimiento sostenible? **Le monde diplomatique. Edición Colombia**, [S.l.], n. 24, não paginado, jun. 2004. Disponível em: <http://www.elcorreo.eu.org/IMG/article_PDF/Colombia-hasta-2014-Guerra-y-crecimiento-sostenible_a20334.pdf>. Acesso em: 9 jan. 2014.

LENINE, Vladimir. **Que fazer**. [S.l.]: O Vermelho, [1902?]. Não paginado. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/lenin/1902/quefazer/index.htm>>. Acesso em: 16 dez. 2012.

LÓPEZ, Claudia. **Y refundaron la patria... de cómo mafiosos y políticos reconfiguraron el Estado colombiano**. Bogotá: Debate, 2010.

LÖWY, Michael; GONZÁLEZ, Samuel. Apuntes para el socialismo del siglo XXI. **Rebelión**, [S.l.], não paginado, 18 abr. 2012. Disponível em: <<http://www.rebelion.org/noticia.php?id=148176>>. Acesso em: 10 dez. 2012.

LOZANO, Carlos. Ochenta años del Partido Comunista Colombiano... **Revista Izquierda**, Bogotá, n. 3, p. 46-49, ago. 2010. Disponível em: <<http://carloslozanoguillen.blogspot.com.br/2010/07/ochenta-anos-del-partido-comunista.html>>. Acesso em: 26 jun. 2013.

LUXEMBURGO, Rosa. Huelga de masas, partidos y sindicatos. In: IZQUIERDA REVOLUCIONARIA. **Obras escogidas #6**. (S.l), 2008a. p. 157-222. Disponível em: <http://www.marxists.org/espanol/luxem/06Huelgademasaspartidoysindicatos_0.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2013.

_____. Problemas organizativos de la socialdemocracia. In: IZQUIERDA REVOLUCIONARIA. **Obras escogidas #4**. (S.l), 2008b. p. 117-135. Disponível em: <http://www.marxists.org/espanol/luxem/04Problemasorganizativosdela-socialdemocracia_0.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2013.

_____. Reforma o Revolución. In: IZQUIERDA REVOLUCIONARIA. **Obras escogidas #1**. (S.l), 2008c. p. 34-95. Disponível em: <http://www.marxists.org/espanol/luxem/01Reformaorevolucion_0.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2013.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **Teses sobre Feuerbach**. Lisboa: Progresso, 1982. Não paginado. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1845/tesfeuer.htm>>. Acesso em: 16 dez. 2012.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. Lisboa: Avante, 1997. Não paginado. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1848/ManifestoDoPartidoComunista/index.htm>>. Acesso em: 14 abril 2013.

MARCHA PATRIÓTICA. **Site oficial**. Disponível em: <<http://www.marchapatriotica.org>>. Acesso em: 15 jan. 2014.

MATTA, Luis Alberto. "En Colombia el proceso de solución política también depende de la unidad de la insurgencia". **Prensa rural**, [S.l.], não paginado, 17 nov. 2005. Disponível em: <<http://www.prensarural.org/matta20051117.htm>>. Acesso em: 24 jan. 2014.

MEDINA, Medófilo. **Historia del Partido Comunista de Colombia**. Medellín: CEIS, 1980.

MERCOSUR. **Site oficial**. Disponível em: <<http://www.mercosur.int/>>. Acesso em: 15 jan. 2014.

MÉSZÁROS, István. **Filosofia, ideologia e ciência social: ensaios de negação e afirmação**. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. **O poder da ideologia**. 3ª reimp. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **Para além do capital. Rumo a uma teoria da transição**. 3ª reimp. São Paulo: Boitempo, 2009.

MOIR. Qué es el Área de Libre Comercio de las Américas (ALCA)? **Revista de prensa**, Bogotá, não paginado, 19 feb. 2002. Disponível em: <http://www.moir.org.co/QU_-ES-EL-AREA-DE-LIBRE-COMERCIO.html>. Acesso em: 20 jan. 2014.

MOLANO, Alfredo. **Los años del tropel: crónicas de la violencia**. Bogotá: Áncora, 2000.

MOLINA, Gerardo. **Las ideas socialistas en Colombia**. Bogotá: Tercer Mundo, 1997.

NASI, Carlos. Derechización 'a la colombiana' en tiempos confusos: un ensayo especulativo. **Colombia Internacional**, Bogotá, n. 66, p. 162-183, jul.-dic. 2007. Disponível em: <<http://colombiainternacional.uniandes.edu.co/view.php/277/view.php>>. Acesso em: 28 fev. 2013.

OSPINA, Lucas. Arte paramilitar. **Esfera pública**, [Bogotá], paginação irregular, 2007. Disponível em: <<http://www.esferapublica.org/arteparamilitar.htm>>. Acesso em: 20 fev. 2014.

OSPINA, William. La responsabilidad del futuro. **El Espectador**, Bogotá, não paginado, 21 feb. 2009. Disponível em: <<http://www.elespectador.com/columna120141-responsabilidad-del-futuro>>. Acesso em: 19 jan. 2014.

OTERO, Diego. Listos para la guerra de las galaxias. **Razón Pública**, [S.l.], não paginado, ago. 2010. Disponível em: <http://www.razonpublica.com/index.php?option=com_content&view=article&id=1283:listos-para-la-guerra-de-las-galaxiascatid=21:conflictodrogas-y-paz&Itemid=30>. Acesso em: 3 jan. 2014.

PATIÑO, Otty. La Constitución de 1991: De su promulgación a la instauración y medición de una cultura democrática. **Le Monde Diplomatique. Edición Colombia**, [S.l.], v. 9, n. 101, p. 7-8, 2011. Disponível em: arquivo pessoal. Acesso em: 15 dez. 2011.

PDA. **Site oficial**. Disponível em: <<http://www.polodemocratico.net/>>. Acesso em: 13 jan. 2014.

PÉCAUT, Daniel. Brasil, la nueva vía. **Semana**, [S.l.], não paginado, 23 dic. 2002. Disponível em: <<http://www.semana.com/mundo/articulo/brasil-nueva-via/55717-3>>. Acesso em: 21 jan. 2014.

PECAUT, Daniel. **Crónica de cuatro décadas de política Colombiana**. Bogotá: Norma, 2006.

PERIÓDICO POLO. Entrevista a Gustavo Triana para el periódico POLO. **Escritos del MOIR**, Bogotá, não paginado, 12 feb. 2009. Disponível em:

<<http://www.moir.org.co/Entrevista-a-Gustavo-Triana-para.html>>. Acesso em: 19 jan. 2014.

PERIODISMO GLOBAL. Colombia: la voz de las víctimas ante la movilización global. **Periodismo global**, [S.l.], paginação irregular, 6 feb. 2008. Disponível em: <<http://periodismoglobal.com/2008/02/06/colombia-la-voz-de-las-victimas-ante-la-movilizacion-global/>>. Acesso em: 20 fev. 2014.

PRESIDENCIA DE LA REPÚBLICA. **Informe al congreso 2010 Álvaro Uribe Vélez**. 2010. Bogotá, 2010. Disponível em: <http://web.presidencia.gov.co/especial/bicentenario2010/Congreso_Presidente.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2013.

_____. **OIT excluyó a Colombia de lista de países examinados por dificultades en el cumplimiento de los convenios internacionales...** Bogotá, 2005. Não paginado. Disponível em: <<http://web.presidencia.gov.co/sp/2010/junio/05/01052010.html>>. Acesso em: 6 jan. 2014.

_____. **Política de defensa y seguridad democrática**. Bogotá, 2003. Disponível em: <<http://www.oas.org/csh/spanish/documentos/Colombia.pdf>>. Acesso em: 18 dez. 2013.

QUIROGA, Diego. Algunos interrogantes sobre la política de seguridad democrática. **Revista Cien Días**, Bogotá, n. 70, p. 12-13, ago.-nov. 2010. Disponível em: <http://issuu.com/cinepppp/docs/ciendiasno70_082010>. Acesso em: 14 abr. 2013.

RAMÍREZ, Luis Jairo. Los milagros del computador de Reyes. Álvaro Uribe arma burdo montaje contra la oposición. **ALAI**, Colômbia, não paginado, 28 may. 2008. Disponível em: <<http://alainet.org/active/24322&lang=es>>. Acesso em: 21 jan. 2014.

REBELIÓN. Una gran cumbre de partidos políticos y organizaciones sociales se pronuncia en Colombia contra la política económica y militar de Uribe. **Rebelión**, [S.l.], não paginado, 28 jul. 2004. Disponível em: <<http://www.rebelion.org/noticia.php?id=2556>>. Acesso em: 26 jan. 2014.

RICO, Laura. Divide y Vencerás: nueva política uribista. **La silla vacía**, [S.l.], não paginado, 3 jul. 2009. Disponível em: <<http://lasillavacia.com/historia/2803>>. Acesso em: 22 jan. 2014.

ROBLEDO, Jorge et al. Respaldo a la resistencia civil por el derecho a la vida. **Jorge Enrique Robledo**, Bogotá, não paginado, 16 feb. 2010. Disponível em: <<http://www.moir.org.co/Respaldo-a-la-resistencia-civil.html>>. Acesso em: 16 jan. 2014.

RODRÍGUEZ, Clara Rocío. Quiénes son las organizaciones partidistas en Colombia hoy. **Política colombiana**, Bogotá, n. 5, p. 54-71, jul.-sep. 2010. Disponível em: <http://politicacolombiana.net/pdfs/5edicion/quintaEdicion.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2013.

RODRÍGUEZ et al. Carta de las Centrales Obreras al Presidente Álvaro Uribe. **Renovación magisterial**, Bogotá, não paginado, 6 jun. 2007. Disponível em: <<http://www.renovacionmagisterial.org/portada/carta-de-las-centrales-obreras-al-presidente-%C3%A1lvaro-uribe>>. Acesso em: 23 jan. 2014.

SALAZAR, Hernando. Colombia: más polarización. **BBC Mundo**, Bogotá, não paginado, may. 2008. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/hi/spanish/latin_america/newsid_7385000/7385273.stm>. Acesso em: 28 fev. 2013.

SANDOVAL, Luis. **Polo Democrático Alternativo ¿hacia dónde?: ¿con quiénes?** Bogotá: Democracia Hoy, 2009.

SARMIENTO, Fernando. Víctimas en el cálculo político. **Revista Cien Días**, Bogotá, n. 70, p. 20-24, ago.-nov. 2010. Disponível em: <http://issuu.com/cinepppp/docs/ciendiasno70_082010>. Acesso em: 14 abr. 2013.

SARMIENTO, Libardo. Capitalismo y cambios estructurales en la economía colombiana. In: Seminário Internacional Marx Vive “Sujetos políticos y alternativas en el actual orden capitalista”. 2001, Bogotá. **Memórias...** Bogotá: Espacio crítico, 2001. Não paginado. Disponível em: <<http://www.espaciocritico.com/sites/all/files/libros/mrxv2/cp22libardosarmiento.pdf>>. Acesso em: 26 nov. 2013.

_____. Colombia 2002-2010 Economía política del Presupuesto General de la Nación. **Le Monde Diplomatique. Edición Colombia**, [S.l.], n. 85, não paginado, dic. 2009. Disponível em: <<http://colectivodesdelsur.blogspot.com.br/2010/02/economia-politica-del-presupuesto.html>>. Acesso em: 26 jan. 2012.

_____. Colombia: La bolsa o la vida, breve historia del rentismo oligárquico colombiano. **Le Monde Diplomatique. Edición Colombia**, [S.l.], v. 8, n. 86, feb. 2010. Disponível em: <<http://emancipacionobrero.blogspot.com.br/2010/03/la-bolsa-o-la-vida.html>>. Acesso em: 9 jan. 2014.

SARMIENTO, Libardo. Deslaboralización y subjetividades en crisis. **Le Monde Diplomatique. Edición Colombia**, [S.l.], v. 5, n. 47, p. 6-8, 2006a. Disponível em: <<http://misxxi.blogspot.com.br/2006/08/esclavitud-laboral.html>>. Acesso em: 15 dez. 2012.

SARMIENTO, Libardo. Economía política de la reforma laboral. **Revista Foro**, Bogotá, no. 47, p. 31-40, 2003.

_____. Endeudamiento colombiano, al galope. **Espacio Crítico**, [S.l.], n. 5, não paginado, jun. 2006b. Disponível em: <http://www.espaciocritico.com/sites/all/files/revista/recrt05/n5_a05.pdf>. Acesso em: 9 jan. 2014.

SEMANA. Banco del Sur abrirá con 10 mil millones de dólares en capital. **Semana**, Bogotá, não paginado, 24 mar. 2009a. Disponível em:

<<http://www.semana.com/economia/macroeconomia/articulo/banco-del-sur-abrira-10-mil-millones-dolares-capital/101346-3>>. Acesso em: 12 fev. 2014.

_____. Levantan paro por gasolina. **Semana**, Bogotá, não paginado, 6 oct. 2002. Disponível em: <<http://www.semana.com/noticias/articulo/levantan-paro-gasolina/54420-3>>. Acesso em: 6 fev. 2014.

_____. Matan a sindicalista que defendía el TLC con Estados Unidos. **Semana**, Bogotá, não paginado, 6 nov. 2007. Disponível em: <<http://www.semana.com/online/articulo/matan-sindicalista-defendia-tlc-estados-unidos/89353-3>>. Acesso em: 28 jan. 2014.

_____. Otros dos congresistas presos. **Semana**, Bogotá, não paginado, 2 may. 2010a. Disponível em: <<http://www.semana.com/enfoque/articulo/otros-dos-congresistas-presos/116195-3>>. Acesso em: 6 fev. 2014.

_____. Respaldan decisión de ministros de no ir a Unasur. **Semana**, Bogotá, não paginado, 27 nov. 2009b. Disponível em: <<http://www.semana.com/politica/articulo/respaldan-decision-ministros-no-ir-unasur/110339-3>>. Acesso em: 12 fev. 2014.

_____. ¿Qué tanto ha funcionado Justicia y Paz? **Semana**, Bogotá, não paginado, 15 feb. 2010b. Disponível em: <<http://www.semana.com/nacion/conflicto-armado/articulo/que-tanto-ha-funcionado-justicia-paz/112945-3>>. Acesso em: 7 fev. 2014.

SOMOS NUESTRA MEMORIA. **Site sobre a Minga de resistência social e comunitária**. Disponível em: <<http://somosnuestramemoria.blogspot.com.br/2010/01/la-minga-de-resistencia-social-y.html>>. Acesso em: 23 jan. 2014.

TIRADO, Álvaro. Colombia: siglo y medio de bipartidismo. In: MELO, Jorge Orlando. **Colombia hoy: perspectivas hacia el siglo XXI**. Bogotá: Tercer Mundo, 1996. p. 106-115. Disponível em: <<http://www.banrepcultural.org/blaavirtual/historia/colhoy/colo6.htm>>. Acesso em: 17 set. 2008.

TISCHLER, Sergio. La forma clase y los movimientos sociales en América Latina. **Revista del Observatorio Social de América**, Buenos Aires, ano V, n. 13, p.77-85, ene-abr. 2004. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/gsd/collect/clacso/index/assoc/D3653.dir/7ACTischler.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2013.

TORO, Rodrigo et al. Dinámica laboral y sindical: 1991-2006. **Cultura y trabajo**, Medellín, n. 72-73, p. 83-89, 2007.

TRIANA, Emigdio. El sindicalismo por dentro. **Le Monde Diplomatique. Edición Colombia**, [S.l.], v. 9, n. 100, p. 6-7, may. 2011. Disponível em: arquivo pessoal. Acesso em: 5 mai. 2013.

TROTSKY, Leão. **A questão da unidade sindical**. Tradução de José André Lôpez Gonçalves. [S.l.]: Fundación Federico Engels, 2007. Não paginado. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/trotsky/1931/03/25.htm>>. Acesso em: 16 dez 2012.

_____. **As Lições de outubro**. Lisboa: Edições Antídoto, 1979. Não paginado. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/trotsky/1924/licoes/index.htm>>. Acesso em: 02 nov. 2013.

_____. **Classe-Partido-Direção**. [S.l.]: Marxists Internet Archive, 2005. Não paginado. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/trotsky/1940/08/classe.htm>>. Acesso em: 16 nov. 2013.

_____. **Manifesto da IV Internacional: Sobre a Guerra Imperialista e a Revolução Proletária Mundial. Tradução de Luta Revolucionária dos Trabalhadores**. [S.l.: s.n.], 2008. Não paginado. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/trotsky/1940/05/manifesto.htm>>. Acesso em: 17 nov. 2013.

UNASUR. **Site oficial**. Disponível em: <<http://www.unasur.org/inicio>>. Acesso em: 15 jan. 2014.

VALENCIA, Héctor. Encauzar la resistencia civil contra la política uribista. **Tribuna Roja**, Bogotá, n. 94, não paginado, dic. 2003. Disponível em: <<http://www.moir.org.co/ENCAUZAR-LA-RESISTENCIA-CIVIL,2906.html>>. Acesso em: 19 jan. 2014.

VÁSQUEZ, Héctor. Colombia: exclusión política y social de los trabajadores y los sindicatos. **Le Monde Diplomatique. Edición Colombia**, [S.l.], v. 9, n. 100, p. 4-5, may. 2011. Disponível em: <<http://www.aporrea.org/internacionales/a124098.html>>. Acesso em: 9 jan. 2014.

VÁSQUEZ, Teófilo. La seguridad democrática de Uribe (2002 - 2010). **Revista Cien Días**, Bogotá, n. 70, p. 8-11, ago.-nov. 2010. Disponível em: <http://issuu.com/cinepppp/docs/ciendiasno70_082010>. Acesso em: 14 abr. 2013.

VEGA, Renán. Colombia, un ejemplo contemporáneo de acumulación por desposesión. **Theomai**, [S.l.], paginação irregular, jul.-dic. 2012. Disponível em: <<http://revista-theomai.unq.edu.ar/NUMERO%2026/Vega%20Cantor%20-%20Colombia.pdf>>. Acesso em: 25 fev. 2014.

VIEIRA, Constanza. Colombia: Multitudinario congreso indígena en el camino. **Rebelión**, [S.l.], não paginado, 16 sep. 2004. Disponível em: <<http://www.rebelion.org/noticia.php?id=4773>>. Acesso em: 28 jan. 2014.

VILLAMIZAR, Juan Carlos. Del Polo electoral y el Polo Alternativo. **Prensa rural**, [S.l.], não paginado, 12 sep. 2007. Disponível em: <<http://prensarural.org/spip/spip.php?article661>>. Acesso em: 24 jan. 2014.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Denúncias no período 2002-2010 na Colômbia⁹²

Tema	Organização que denuncia	Data	Fonte
TLC com os Estados Unidos, o Canadá e a União Europeia	CUT	Março 2009	MOIR
		Fevereiro 2010	PRENSA RURAL
Privatização dos serviços públicos	CUT	Março 2009	MOIR
Privatização de empresas nacionais e do Estado	CUT	Março 2009	MOIR
Desindustrialização	CUT	Março 2009	MOIR
Altas taxas de desemprego	CUT	Março 2009	MOIR
Violência anti-sindical (assassinato, ameaças, perseguição e detenções arbitrarias)	CUT	Março 2009	MOIR
		Mai 2009	
		Julho 2003	REBELIÓN
		Março 2004	
		Fevereiro 2004	
		Fevereiro 2004	PRENSA RURAL
		2003	
		Agosto 2008	
		Março 2006	
		Julho 2009	SEMANÁRIO
Setembro 2009	VOZ		
Restrições legais à negociação coletiva	CUT	Março 2009	MOIR
Perda da soberania alimentícia	CUT	Março 2009	MOIR
Terceirização do trabalho	CUT	Março 2009	MOIR
Primeira reeleição de Álvaro Uribe Vélez	CUT	Março 2009	MOIR
Violação de Direitos Humanos	CUT	Março 2009	MOIR
“Falsos positivos”	CUT	Março 2009	MOIR

⁹² Organizado por organização que denuncia.

Tema	Organização que denuncia	Data	Fonte
Segunda reeleição de Álvaro Uribe Vélez	CUT	Março 2009	MOIR
Neoliberalismo	CUT	Março 2009	MOIR
Decreto unilateral para a definição do salário mínimo	CUT	Março 2009	MOIR
		Agosto 2009	SEMÁNARIO VOZ
		Dezembro 2004	SEMANA
Incumprimento do acordo tripartite	CUT	Março 2009	MOIR
Deslocamento forçado	CUT	Março 2009	MOIR
Crimes do paramilitarismo	CUT	Março 2009	MOIR
Estigmatização do exercício da atividade sindical como parte das atividades guerrilheiras ou os sindicalistas como “colaboradores”	CUT	Março 2009	MOIR
		Julho 2007	WRADIO
Acordo militar com os Estados Unidos	CUT	Março 2009	MOIR
Pago do seguro de desemprego pelos trabalhadores	CUT	Junho 2009	SEMÁNARIO VOZ
Multinacionais	CUT	Maio 2009	PRENSA
		Março 2009	RURAL
Detenção de lideranças sociais e estudantis	CUT	Setembro 2009	PRENSA RURAL
Assassinato de lideranças sociais e estudantis	CUT	Novembro 2009	PRENSA RURAL
Ataques da força pública a grevistas e manifestantes	CUT	Março 2007	PRENSA RURAL
		Novembro 2008	
Ataques da mídia a sindicalistas	CUT	Dezembro 2009	PRENSA RURAL
Diminuição de gastos para proteção de sindicalistas	CUT	Setembro 2009	SEMÁNARIO VOZ
Incumprimento e cancelamento de pacto	CUT	Outubro 2009	SEMÁNARIO VOZ
		Junho 2003	SEMANA
Fusão do ministério da saúde e do trabalho no Ministério da Proteção Social	CUT	Junho 2002	SEMANA
Reforma laboral	CUT	Agosto 2002	SEMANA
Decreto 535 de 2009	PDA	Março 2009	MOIR

Tema	Organização que denuncia	Data	Fonte
Violência anti-sindical (assassinato, ameaças, perseguição e detenções arbitrárias)	PDA	Maio 2009	MOIR
Demissões a lideranças sindicais	PDA	Maio 2010	MOIR
Acidentes profissionais	PDA	Maio 2010	MOIR
CTA	PDA	Maio 2010	MOIR
Praga nas plantações de café	PDA	Fevereiro 2009	MOIR
Ataque à produção mineira de mediana e pequena escala	PDA	Março 2009	MOIR
Acordo militar com os Estados Unidos	PDA	Março 2009	MOIR
		Abril 2009	
Estatuto rural	PDA	Março 2009	MOIR
“Plano Colômbia”	PDA	Abril 2009	MOIR
Aumento do preço do combustível	PDA	Abril 2009	MOIR
Uso de etanol no combustível e o negócio dos agro combustíveis	PDA	Abril 2009	MOIR
Exploração da zona florestal de Cajamarca, Tolima	PDA	Maio 2009	MOIR
Hidroelétrica do Quimbo, Huila	PDA	Maio 2009	MOIR
Detenção de lideranças sociais e estudantis	PDA	Agosto 2008	REBELIÓN
Detenção de jornalistas	PDA	Dezembro 2006	REBELIÓN
Abertura de investigações a militantes do PDA	PDA	Junho 2009	PRENSA RURAL
TLC com a União Europeia	PDA	Maio 2009	PRENSA RURAL
Situação de Direitos Humanos em Arauca	PDA	Novembro 2008	PRENSA RURAL
		Fevereiro 2009	
Detenções de militantes do PDA	PDA	Outubro 2009	PRENSA RURAL
Estigmatizações contra militantes do PDA	PDA	Março 2009	PRENSA RURAL
		Agosto 2008	
Lei florestal	PDA	Janeiro 2006	PRENSA RURAL
Estigmatização contra intelectuais	PDA	Agosto 2008	PRENSA RURAL
Relação de Álvaro Uribe Vélez com	PDA	Dezembro 2008	PRENSA RURAL

Tema	Organização que denuncia	Data	Fonte
paramilitares		Abril 2007	SEMANA
Estigmatização à oposição	PDA	Maio 2008	PRENSA RURAL
Ameaças de morte contra militantes do PDA	PDA	Maio 2010	EL ESPECTADOR
Ameaças contra lideranças sociais e estudantis	PDA	Dezembro 2006	SEMANA
“Plano Patriota”	PCC	Novembro 2004	REBELIÓN
Resgate militar de sequestrados	PCC	Novembro 2004	REBELIÓN
Estatuto antiterrorista	PCC	Novembro 2004	REBELIÓN
Intervenção militar dos Estados Unidos	PCC	Novembro 2004	REBELIÓN
Processos de desmobilização dos paramilitares	PCC	Novembro 2004	REBELIÓN
Contra-reforma agrária	PCC	Novembro 2004	REBELIÓN
Presença de paramilitares no Congresso	PCC	Novembro 2004	REBELIÓN
Detenção de militantes do PDA	PCC	Outubro 2009	PRENSA RURAL
		Janeiro 2009	
“Falsos positivos”	PCC	Fevereiro 2009	SEMANÁRIO VOZ
Violência anti-sindical (assassinato, ameaças, perseguição e detenções arbitrárias)	PCC	Junho 2009	SEMANÁRIO VOZ
		Outubro 2009	
Assassinato de lideranças sociais e estudantis	PCC	Junho 2009	SEMANÁRIO VOZ
		Outubro 2009	
Fumigações com Glifosato	PCC	Junho 2009	SEMANÁRIO VOZ
Detenções massivas	PCC	Junho 2009	SEMANÁRIO VOZ
		Novembro 2004	
Fechamento de empresa para suprimir convenção coletiva	PCC	Julho 2009	SEMANÁRIO VOZ
Ameaças contra lideranças sociais e estudantis	PCC	Julho 2009	SEMANÁRIO VOZ
Acordo militar com os Estados Unidos	PCC	Julho 2009	SEMANÁRIO VOZ

Tema	Organização que denuncia	Data	Fonte
Ataque da força pública a grevistas e manifestantes	PCC	Agosto 2009	SEMÁNARIO VOZ
Aumento da jornada laboral	CGT	Novembro 2002	SEMANA
Referendo 2003	CGT	Outubro 2003	SEMANA

Tema	Organização que denuncia	Data	Fonte
Paramilitarismo	Comitê Permanente pela Defesa dos Direitos Humanos, Coletivo de Advogados José Alvear Restrepo, Comitê de Solidariedade com os Presos Políticos CSPP, Associação Nacional de Ajuda Solidária ANDAS, CGTD, CUT Bogotá, FENSUAGRO, Movimento Gaitanista, UNEB, WILSON BORJA Representante à Câmara, ANUC UR, Corporação COS PACC, FENALTRASE, Sintraunicol, Casa Colombiana de Solidariedade, PCC, UP, Sintramin, Anthoc nacional, Associação Colombiana de estudantes ACEU	Novembro 2003	REBELIÓN

Tema	Organização que denuncia	Data	Fonte
Desaparição de defensores de Direitos Humanos	Organizações sindicais, sociais e ONG's de direitos humanos	Abril 2005	PRENSA RURAL
Lei de Justiça e Paz	Espaço de Trabalhadores e Trabalhadoras de Direitos Humanos do Magdalena Médio (a CUT inclusa)	Março 2006	PRENSA RURAL
Ataques da força pública a grevistas	CUT e outros	Setembro 2008	PRENSA RURAL
Assassinato de lideranças sociais e estudantis	Regional Bogotá-Cundinamarca da CUT, FECODE, a Comissão Intereclesial de Justiça e Paz e o Coletivo de Advogados José Alvear Restrepo	Mai 2005	PRENSA RURAL
Visita de George W. Bush	PDA, CUT E CGT	Março 2007	SEMANA
Estigmatização do exercício da atividade sindical como parte das atividades guerrilheiras ou os sindicalistas como "colaboradores"	CUT E CGT	2007	(CUT et al., 2007)
Política de "segurança democrática"	CUT E CGT	2007	(CUT et al., 2007)
Autoritarismo	CUT E CGT	2007	(CUT et al., 2007)
Permissividade a desaforos da força pública	CUT E CGT	2007	(CUT et al., 2007)

Tema	Organização que denuncia	Data	Fonte
Desconhecimento do princípio de distinção ⁹³	CUT E CGT	2007	(CUT et al., 2007)
Ações insuficientes para o desmonte total dos grupos paramilitares	CUT E CGT	2007	(CUT et al., 2007)
Reorganização dos paramilitares	CUT E CGT	2007	(CUT et al., 2007)
Aumento de violações dos direitos humanos por parte do Estado	CUT E CGT	2007	(CUT et al., 2007)
Práticas contrárias aos convênios e recomendações da OIT	CUT E CGT	2007	(CUT et al., 2007)
A criação da subunidade de promotores da justiça	CUT E CGT	2007	(CUT et al., 2007)
Inclusão em arquivo de inteligência de membros de organizações sindicais	CUT E CGT	2007	(CUT et al., 2007)
Negação do registro sindical e revocatória das inscrições por parte do Ministério de proteção	CUT E CGT	2007	(CUT et al., 2007)
Liquidação de entidades públicas	CUT E CGT	2007	(CUT et al., 2007)
Terceirização laboral	CUT E CGT	2007	(CUT et al., 2007)
Ingerência na autonomia dos sindicatos	CUT E CGT	2007	(CUT et al., 2007)
Pago das empresas nacionais e internacionais a paramilitares	CUT E CGT	2007	(RODRÍGUEZ et al., 2007)
Liquidação da ISS	CUT E CGT	2007	(RODRÍGUEZ et al., 2007)
Demissões de grevistas	CUT E CGT	2007	(RODRÍGUEZ et al., 2007)
Incremento salarial	CUT E CGT	2007	(RODRÍGUEZ et al., 2007)
Interceptações telefónicas	CUT E CGT	2007	(RODRÍGUEZ et al., 2007)

⁹³ O artigo 44.3 do Protocolo I, adicional aos Convênios de Genebra de 1949, obriga aos combatentes a distinguir-se da população civil, como uma forma de proteção para a população civil.

Tema	Organização que denuncia	Data	Fonte
Violência anti-sindical (assassinato, ameaças, perseguição e detenções arbitrarias)	CUT E CGT	Maio 2005	REBELIÓN
Interceptações telefónicas contra a CTC e a CUT	Confederação Sindical de Trabalhadores das Américas	Maio 2009	MOIR
Ataques orais a militantes do PDA	Jornalistas ingleses	Outubro 2007	PRENSA RURAL
Assassinato de militantes do PDA	Escuela de Cultura de Paz de la Universidad Autónoma de Barcelona	Outubro 2009	PRENSA RURAL
Violência anti-sindical (assassinato, ameaças, perseguição e detenções arbitrarias)	Confederações internacionais de sindicatos: CIOLS e CMT	Maio 2005	REBELIÓN
	Vários personagens do mundo do trabalho na Austrália	Maio 2004	
	“Comissões Operárias” da Espanha	Fevereiro 2004	
	Associação França-América Latina	Abril 2004	
	Eurodeputados	Agosto 2004	
	Deputados espanhóis	Fevereiro 2004	

Tema	Organização que denuncia	Data	Fonte
	Sindicalistas suíços, belgas e alemães	Agosto 2004	PRENSA RURAL
	Coordenadora Latino-americana de Organizações do Campo (CLOC)	Julho 2004	
	União sindical de CCOO do Barcelonês	Maio 2009	
Álvaro Uribe Vélez	Parlamentários espanhóis (pessoa “non grata”)	Maio 2004	REBELIÓN
	Colombianos na Suíça e “amigos da Colômbia”	Abril 2005	PRENSA RURAL
	Parlamentária do Partido de Esquerda e membro da Comissão Parlamentária de Direitos Humanos do Parlamento Alemã, Heike Haensel, a organização Kolumbien kampagne e o Coletivo do PDA na Alemanha.	Janeiro 2007	

Tema	Organização que denuncia	Data	Fonte
TLC	Sindicatos da Dinamarca	Dezembro 2009	PRENSA RURAL
	53 parlamentários andinos (também colombianos)	Setembro 2005	REBELIÓN
Assassinatos de lideranças sociais e estudantis	Organizações de Direitos Humanos na Espanha (CGT apoia e promove)	Março 2005	REBELIÓN
	Associação Italiana de Juristas Democratas, Associação Europeia de Juristas para a Democracia e os Direitos Humanos no mundo, e Associação Internacional de Juristas Democratas	Outubro 2008	
Contra a política de “Segurança Democrática” e a presença de Francisco Santo, vice-presidente	Bristol Colombia Solidarity Campaign (BCSC)	Março 2005	PRENSA RURAL
Ataques da força pública a grevistas e manifestantes	TELESUR	Outubro 2007	PRENSA RURAL

Tema	Organização que denuncia	Data	Fonte
"Plano Colômbia"	Defensor dos Direitos Humanos nos Estados Unidos	Setembro 2008	PRENSA RURAL
	ONG's de Direitos Humanos e Human Right Watch	Julho 2003	SEMANA
Visita de Francisco Santos	Organizações no Canada	Mai 2008	PRENSA RURAL
Estigmatização de organizações sociais e do protesto social	ONG "Prefeitos pela Paz"	Agosto 2005	PRENSA RURAL
	63 congressistas estadunidenses	Abril 2008	EL ESPECTADOR
Estigmatização ao PDA e aos indígenas como membros das FARC-EP	IPC	Mai 2009	PRENSA RURAL
	PRENSA RURAL	Setembro 2005	
Execuções extrajudiciais de militantes do PDA	PRENSA RURAL	Outubro 2007	PRENSA RURAL
Assassinato de militantes do PDA	Comitê Permanente pela Defesa dos Direitos Humanos (Colômbia)	Dezembro 2008	PRENSA RURAL
	PRENSA RURAL	Março 2006	
	SEMANA	Abril 2007	SEMANA
Controle do exército sobre as eleições	Associação camponesa do Catatumbo	Mai 2006	PRENSA RURAL
Detenções de militantes do PDA	PRENSA RURAL	Outubro 2007	PRENSA RURAL
		Mai 2009	
	Sindicato de Trabalhadores Agrícolas de Sumapaz	Outubro 2007	

Tema	Organização que denuncia	Data	Fonte
	MOVICE	Maio 2009	
Detenções de lideranças sociais e estudantis	Asociación Campesina del Valle del río Cimitarra (ACVC)	Janeiro 2008	PRENSA RURAL
	Estudantes Universidade de Antioquia	Maio 2005	
	Coletivo de estudantes Consciência Crítica	Outubro 2007	
Desaparição de militante e liderança sindical	EL ESPECTADOR	Abril 2008	EL ESPECTADOR
Ameaças contra lideranças sociais e estudantis	SEMANA	Maio 2006	SEMANA
	Coordenação de Mobilização Nacional Campesina	Setembro 2002	
	REBELIÓN	Setembro 2004	REBELIÓN
Repressão dos paramilitares que dificultam a filiação das pessoas no PDA	IPC	Novembro 2006	SEMANA
Inspeção judicial por parte da Promotoria da justiça ao Escritório de Gustavo Petro	SEMANA	Abril 2007	SEMANA
Violência anti-sindical (assassinato, ameaças, perseguição e detenções arbitrárias)	REBELIÓN	Cabildos Indígenas do Norte do Cauca	Março 2004
			Abril 2004
			Abril 2010
			Outubro 2004
			Março 2005
			Janeiro 2003

Tema	Organização que denuncia	Data	Fonte
	Assembleia permanente da Sociedade Civil	Outubro 2003	
	Cambio 16	Dezembro 2003	
	SINALTRAINAL	Setembro 2003	
	PRENSA RURAL	Agosto 2004	PRENSA RURAL
		Junho 2005	
	SEMANA	Abril 2008	SEMANA
		Novembro 2007 (apoiava o TLC com os EU)	
Julho 2005			
Dezembro 2002			
Demissões de lideranças sindicais	SEMANA	Dezembro 2002	SEMANA
Resgate militar de sequestrados	REBELIÓN	Maio 2003	SEMANA
Contra o prêmio “Cortes de Cádiz a la libertad”, entregue a Uribe	PRENSA RURAL	Abril 2009	PRENSA RURAL
Ataques da força pública a grevistas e manifestantes	PRENSA RURAL	Março 2007	PRENSA RURAL
		Maio 2006	
	<i>Associação Nacional de Usuários Camponeses</i>	<i>Setembro 2002</i>	<i>SEMANA</i>
Ilegalização de sementes naturais	ACVC	Julho 2007	PRENSA RURAL
Assassinato de lideranças sociais e estudantis	REBELIÓN	Maio 2005	REBELIÓN

Tema	Organização que denuncia	Data	Fonte
Massacres	Equipe de Direitos Humanos do Processo de Comunidades Negras na Colômbia, a Conferência Nacional Afro colombiana, a Associação de Afro colombianos Deslocados, a Corporação Sembrar e o Coordenador Nacional Agrário	Abril 2005	PRENSA RURAL
Deslocamento forçado	SEMANA	Abril 2010	SEMANA
Tutela contra a sentença da Corte Suprema que declarou ilegal a greve dos trabalhadores da justiça	ASONAL JUDICIAL	Novembro 2009	SEMANA

APÊNDICE B – Protestos no período 2002-2010 na Colômbia

Ano	Mês	Tipo de protesto	Movimento que organiza	Apoio da CUT, CGT ou PDA
2002	Setembro	Greve nacional pela inconformidade com as políticas econômicas, sociais e laborais, especialmente as reformas laboral, de aposentadoria e tributária ⁹⁴ .	Centrais operárias e organizações camponesas	CUT e CGT
2002	Outubro	Bloqueio de vias por restrições na compra de gasolina ⁹⁵	Indígenas Wayuu (fronteira Venezuela-Colômbia)	
2002	Novembro	Greve nacional contra a reforma tributária	Sem informação	CUT e CGT
2002	Dezembro	Greve de caminhoneiros	Sindicato nacional de caminhoneiros	
2002	Dezembro	Greve armada do ELN em Antioquia	ELN	
2002	Dezembro	Greve de bombeiros em Jamundí, Valle del Cauca	Bombeiros de Jamundí	
2003	Fevereiro	Greve armada do ELN em Arauca, sul da Colômbia	ELN	

⁹⁴ Infiltrações da guerrilha segundo o governo Uribe. “Esta data marcará um novo marco na acumulação de forças de todas as organizações do povo trabalhador, que fez deste dia vibrante uma advertência sobre sua capacidade de luta contra o governo de Uribe Vélez, para que escute ao seu povo e o convoque ao diálogo e à negociação de seus altos interesses.” (CGT COLÔMBIA, acesso em: 14 jan. 2014, tradução nossa).

⁹⁵ “O Governo também esclareceu que não aceitará mais manifestações desse tipo contra as medidas oficiais.” (SEMANA, 2002, tradução nossa).

Ano	Mês	Tipo de protesto	Movimento que organiza	Apoio da CUT, CGT ou PDA
2003	Fevereiro	Marcha de trabalhadores da ECOPETROL, empresa pública de petróleo	USO (sindicato dos trabalhadores do petróleo), membro da CUT	CUT
2003	Março	Marcha contra o atentado das FARC-EP ao Club El Nogal em Bogotá	Membros do Club El Nogal	
2003	Março	Greve armada do ELN em Antioquia pela presença das AUC	ELN	
2003	Maio	Marchas nacionais pelo Dia do Trabalhador		CUT, CGT, AD e PDI
2003	Junho	Greve de trabalhadores da TELECOM, empresa pública de comunicações	Sindicato da TELECOM	CUT
2003	Junho	Paralisação nacional dos sindicatos das empresas públicas: TELECOM, ECOPETROL e ISS (Instituto de Seguros Sociais)	Sindicatos da TELECOM, ISS e USO	CUT
2003	Junho	Greve de trabalhadores da ECOPETROL	USO	CUT
2003	Julho	Paralisação de trabalhadores da ISS	Sindicato da ISS	CUT
2003	Agosto	Greve de professores	FECODE (Federação colombiana de trabalhadores da educação)	CUT
2003	Agosto	Paralisação cívica nacional contra o referendo	Centrais operárias	CUT e CGT

Ano	Mês	Tipo de protesto	Movimento que organiza	Apoio da CUT, CGT ou PDA
2003	Novembro	Greve de trabalhadores da Avianca	Sem informação	
2003	Novembro	Greve de caminhoneiros	Sindicato nacional de caminhoneiros	
2003	Dezembro	Greve de fome dos presos a serem extraditados aos Estados Unidos	Presos ex-paramilitares	
2004	Fevereiro	Greve de fome dos presos a serem extraditados aos Estados Unidos	Presos ex-paramilitares	
2004	Fevereiro	Repulsa à presença de Álvaro Uribe Vélez no parlamento europeu	Parlamentários europeus	
2004	Fevereiro	Jornada nacional de protesto contra a demissão massiva de funcionários públicos no marco das medidas tomadas pelo governo para resolver o problema fiscal	Centrais operárias	CUT e CGT
2004	Março	Protestos por atentado das FARC-EP a ônibus de transporte massivo de Bogotá	Sem informação	
2004	Março	Greve de fome de trabalhadores da Coca-Cola	Sindicato da Coca-Cola	
2004	Março	<i>Iniciativa andina</i> pela suspensão das bases militares na América Latina e contra o “Plano Colômbia”	Sem informação	

Ano	Mês	Tipo de protesto	Movimento que organiza	Apoio da CUT, CGT ou PDA
2004	Abril	Greve de trabalhadores da ECOPETROL	USO	CUT
2004	Maio	Marchas nacionais pelo Dia do Trabalhador		CUT, CGT, AD e PDI
2004	Maio	Greve de bananeiros no Urabá	Sem informação	
2004	Maio	Mobilização operária nacional: apoio aos trabalhadores da ECOPETROL, contra o TLC com Estados Unidos e a ALCA ⁹⁶	CNU	CUT, CGT, AD e PDI
2004	Maio	Parlamentários espanhóis declaram “persona non grata” a Uribe	Parlamentários espanhóis	
2004	Maio	Termina a greve da ECOPETROL		
2004	Julho	Greve de trabalhadores no departamento de Magdalena pelas fumigações de cultivos ilícitos		
2004	Julho	Cúpula política e social ⁹⁷	GCD	CUT, CGT, AD e PDI

⁹⁶ Nesse dia iniciavam as negociações do TLC com os Estados Unidos em Cartagena, norte da Colômbia, por este motivo se apresentaram fortes enfrentamentos com a polícia.

⁹⁷ Na declaração expõem os principais pontos de unidade: “Defensa do Estado social de direito, as liberdades e a soberania; contra as neoliberais reformas constitucionais, econômicas e sociais do governo; o TLC com os Estados Unidos; a reeleição presidencial; a solução política do conflito armado e os acordos humanitários.” (REBELIÓN, 2004, tradução nossa).

Ano	Mês	Tipo de protesto	Movimento que organiza	Apoio da CUT, CGT ou PDA
2004	Julho	Audiência pública ⁹⁸ pela defesa dos Direitos Humanos, as liberdades públicas e o patrimônio nacional frente às empresas multinacionais	CUT Bogotá e alguns sindicatos	CUT
2004	Setembro	Começa a "Minga pela vida, a justiça, a alegria, a liberdade e a autonomia" ⁹⁹	Indígenas do Cauca (sul da Colômbia)	
2004	Setembro	Greve de caminhoneiros	Sindicato nacional de caminhoneiros	
2004	Setembro	Primeira mobilização em Bogotá organizada pela Grande Coligação Democrática	GCD	CUT, CGT, AD e PDI
2004	Setembro	Mobilização nacional e internacional contra os assassinatos de sindicalistas na Colômbia	Delegações de 23 países	
2004	Outubro	Mobilização nacional contra projetos como a reforma tributária e de aposentadoria, o TLC, o conflito armado e a reeleição de Álvaro Uribe Vélez	Centrais operárias. Participação de estudantes universitários	CUT e CGT

⁹⁸ Ato simbólico onde se faz uma espécie de juízo público frente temas específicos.

⁹⁹ Uribe opina sobre a marcha: "Não vejo relação entre os problemas que estão expondo e a marcha. Vejo que a marcha tem um objetivo político e como tal o deviam apresentar, mas não dizer mentiras. Digam a verdade, digam que vocês têm um partido político e que querem sair a marchar e a protestar, mas não inventem embustes ao país". (VIEIRA, 2004, tradução nossa).

Ano	Mês	Tipo de protesto	Movimento que organiza	Apoio da CUT, CGT ou PDA
2004	Outubro	Jornada Continental contra a ALCA, o livre comércio, o pago da dívida externa, a militarização, a OMC e a exclusão social. Paralelo, na Colômbia se dá uma Paralisação Nacional.	GCD	CUT, CGT, AD e PDI
2004	Outubro- Novembro	Marcha em defesa da educação pública	Associação de Educadores do departamento de Arauca	
2004	Novembro	Marcha contra o Concurso de Méritos Docentes	FECODE	
2004	Novembro	IV Congresso da Mulher Trabalhadora	CUT	CUT
2004	Dezembro	Mobilização dos indígenas Emberá Katio demandando indenizações pelos trabalhos da hidroelétrica de Urrá (departamento de Córdoba, norte do país)	Povo Emberá Katio	
2005	Janeiro	Jornada nacional de protesto contra o concurso de mérito docente	FECODE	
2005	Fevereiro	Jornada nacional de protesto contra o TLC	GCD	CUT e CGT
2005	Maio	Marchas nacionais pelo Dia do Trabalhador		CUT, CGT, AD e PDI
2005	Maio	Greve de cortadores de cana	Sem informação	

Ano	Mês	Tipo de protesto	Movimento que organiza	Apoio da CUT, CGT ou PDA
2005	Junho	Reunião de movimentos sociais do Equador, do Peru e da Colômbia e marcha contra a ALCA		
2005	Junho	Cria-se o Movimento de Vítimas de Crimes de Estado (MOVICE)		
2005	Agosto	Marcha e assembleia dos indígenas de Tolima (departamento ao centro-ocidente), pela defesa da vida e contra a guerra	Indígenas	
2005	Setembro	Marcha em Cartagena contra o TLC na sua duodécima reunião	CNU e AD	CGT, CUT e AD
2005	Setembro	Protesto em Bolívar, norte do país, contra as fumigações com glifosato.	Comunidade de Cantagallo, Bolívar	
2005	Outubro	Greve armada das FARC-EP em Arauca	FARC-EP	
2005	Outubro	Mobilização de povos indígenas	Organização Nacional Indígena da Colômbia (ONIC), Autoridades Indígenas da Colômbia (AICO), Confederação Indígena Tayrona (CIT) e organização Indígena Gonawindua Tayrona	CUT e CGT

Ano	Mês	Tipo de protesto	Movimento que organiza	Apoio da CUT, CGT ou PDA
2005	Outubro	Jornada nacional de protesto contra a ALCA, o TLC e a reeleição de Álvaro Uribe Vélez ¹⁰⁰	GCD	CUT, CGT, AD e PDI
2005	Novembro	Mobilização dos indígenas contra o TLC	Indígenas do Cauca	CUT e CGT
2005	Dezembro	I Oficina Nacional pelo desmonte do ESMAD e contra a brutalidade policial	Estudantes Universitários	
2006	Maio	Marchas nacionais pelo Dia do Trabalhador		CUT, CGT e PDA
2006	Maio	Mobilização contra o TLC com os Estados Unidos e a reeleição de Álvaro Uribe Vélez	Indígenas do Cauca	
2006	Julho	Ato de deslocados em Bogotá	Associações de deslocados	
2006	Setembro	Marcha nacional	Centrais operárias	CUT, CGT e PDA
2006	Novembro	Jornada nacional de protesto	Sem informação	CUT, CGT e PDA
2007	Fevereiro	Jornada de protesto contra a privatização do ISS	Centrais operárias	CUT e CGT

¹⁰⁰ Apesar das acusações de Uribe da jornada estar infiltrada pela guerrilha, a mídia desmentiu essa versão.

Ano	Mês	Tipo de protesto	Movimento que organiza	Apoio da CUT, CGT ou PDA
2007	Fevereiro	Greve dos trabalhadores do carvão pela contaminação ambiental, o desemprego e o emprego temporário das empresas multinacionais que exploram esse mineral	Sindicatos do setor carbonífero	
2007	Maio	Marchas nacionais pelo Dia do Trabalhador		CUT, CGT e PDA
2007	Maio	Demanda da CUT na Corte Constitucional para derrogar a lei 789 de 2002	CUT	
2007	Maio	Jornada nacional de protesto contra o Plano de desenvolvimento do governo Uribe, o recorte às transferências, o TLC e em pro do intercâmbio humanitário ¹⁰¹	Centrais operárias, FECODE, PDA	CUT, CGT e PDA
2007	Maio	Greve de 9 dias dos professores contra o recorte às transferências ¹⁰² e o TLC.	FECODE, importante participação dos estudantes de ensino médio e ensino superior	
2007	Junho	Marcha contra o recorte às transferências	FECODE, participação da comunidade universitária	

¹⁰¹ Uribe tipificou a marcha como “injusta, mentirosa e política.” (ARGENPRESS, 2007, tradução nossa).

¹⁰² Recorte de designações orçamentais do governo central aos departamentos e a remissão do passivo de aposentadoria às universidades.

Ano	Mês	Tipo de protesto	Movimento que organiza	Apoio da CUT, CGT ou PDA
2007	Julho	Marcha nacional contra o sequestro		CUT e CGT
2007	Julho	Encontro Nacional de vítimas		CUT e CGT
2007	Outubro	Greve de bancários contra medidas dos bancos para enfrentar a crise	Sindicato de bancários	
2007	Outubro	Greve de fome dos presos a serem extraditados aos Estados Unidos	Presos ex-paramilitares	
2007	Outubro	Mobilizações nacionais contra o Estatuto Rural e o recorte às transferências.	Sem informação	
2007	Outubro	Protestos na Universidade Nacional da Colômbia	Estudantes Universidade Nacional da Colômbia	
2008	Janeiro	Greve de fome de prisioneiros políticos do departamento de César, norte da Colômbia, pela proibição da visita íntima e as condições de salubridade.	Prisioneiros políticos no departamento de César	
2008	Janeiro	Greve de fome de prisioneiros políticos no Meta, região centro do país	Prisioneiros políticos no departamento do Meta	
2008	Fevereiro	Marcha contra o sequestro realizado pelas FARC-EP	Redes sociais	

Ano	Mês	Tipo de protesto	Movimento que organiza	Apoio da CUT, CGT ou PDA
2008	Março	Marcha nacional e internacional contra os crimes de Estado e pelas vítimas do Estado e do paramilitarismo	Centrais operárias, MOVICE, Minga de Resistência Social e Comunitária	CUT, CGT e PDA
2008	Abril	Greve de estudantes da Universidade Nacional da Colômbia. Greve de fome de 10 estudantes da Universidade de Antioquia em apoio	Estudantes da Universidade Nacional da Colômbia	
2008	Maio	Marchas nacionais pelo Dia do Trabalhador		CUT, CGT e PDA
2008	Maio	Protesto de produtores de coca	Sem informação	
2008	Junho	Greve de caminhoneiros	Sindicato Nacional de caminhoneiros	
2008	Julho	Marcha nacional contra o sequestro e pela libertação dos sequestrados	Sem informação	
2008	Agosto	Greve de caminhoneiros	Sindicato Nacional de caminhoneiros	
2008	Setembro ¹⁰³	Greve dos trabalhadores da justiça	ASONAL JUDICIAL	
2008	Setembro	Greve de cortadores de cana ¹⁰⁴ . Termina em novembro	Cortadores de cana	
2008	Outubro	Jornada Mundial pelo Trabalho Decente	Sem informação	CUT

¹⁰³ O governo declara o decreto de comção interior.

¹⁰⁴ Uribe declara que esta greve foi decretada pelas FARC-EP.

Ano	Mês	Tipo de protesto	Movimento que organiza	Apoio da CUT, CGT ou PDA
2008	Outubro	Minga de Resistência Social e Comunitária ¹⁰⁵ pela defesa dos territórios ancestrais e contra a violência desencadeada pelo conflito armado	ONIC	
2008	Outubro	Mobilizações nacionais em apoio à greve dos cortadores de cana	Sem informação	CUT e PDA. Apoio de Piedad Córdoba
2008	Outubro	Greve de trabalhadores da Registraduría Nacional	Sindicato da Registraduría Nacional	
2008	Outubro	Marcha nacional pelos direitos dos trabalhadores	Centrais operárias	CUT e CGT
2008	Outubro	Protesto em Bogotá por críticas na gestão do prefeito Samuel Moreno, do PDA	Sem informação	
2008	Novembro	Apoio à Minga de Resistência Social e Comunitária em Bogotá	Estudantes, afrodescendentes, indígenas, centrais operárias, organizações feministas e de Direitos Humanos	CUT e CGT
2008	Novembro	Marcha pela libertação dos sequestrados	Ingrid Betancur	

¹⁰⁵ O governo aceita que a polícia atirou contra os indígenas, mas afirma que eles tinham explosivos e sua mobilização estava infiltrada pelas FARC-EP.

Ano	Mês	Tipo de protesto	Movimento que organiza	Apoio da CUT, CGT ou PDA
2009	Fevereiro	Greve de fome de prisioneiros políticos em Santander, nordeste da Colômbia, em apoio a dois dirigentes da ACVC que foram presos injustamente. Também pelas condições de Direito Humanos	Prisioneiros políticos no departamento de Santander	
2009	Março	Marcha contra os “falsos positivos”	Sem informação	
2009	Março	Greve armada das FARC-EP em Arauca	FARC-EP	
2009	Março-abril	Greve de trabalhadores da Drummond e da Fenoco (mineração)	Sindicatos da Drummond e da Fenoco	
2009	Abril	Greve de trabalhadores da EMCALI, empresa pública de limpeza da Cali	SINTRAEMSIRVA	PDA
2009	Abril	Greve de caminhoneiros	Sindicato Nacional de caminhoneiros	
2009	Abril-Maio	Greve de bananeiros no Urabá Antioquenho, noroeste do país	SINTRAINAGRO, membro da CUT	CUT, PDA e PCC
2009	Maio	Marchas nacionais pelo Dia do Trabalhador		CUT, CGT e PDA
2009	Maio	Encontro Nacional Agropecuário	Associação nacional pela salvação agropecuária ¹⁰⁶	
2009	Maio	Greve armada das FARC-EP em Arauca	FARC-EP	

¹⁰⁶ 1120 participantes provenientes “de organizações camponesas de 18 departamentos do país e algumas veredas de Bogotá, além de representantes de organizações do movimento operário e popular.” (ASOCIACIÓN NACIONAL POR LA SALVACIÓN AGROPECUARIA, 2009, tradução nossa).

Ano	Mês	Tipo de protesto	Movimento que organiza	Apoio da CUT, CGT ou PDA
2009	Julho	Marcha Nacional de deslocados	Sem informação	
2009	Agosto	Cúpula nacional de organizações sociais e políticas	Sem informação	CUT, CGT e PDA (participação)
2009	Agosto	Paralisação nacional	CPC, FECODE, centrais operárias. Apoio dos estudantes universitários	CUT, CGT e PDA.
2009	Setembro	Greve de trabalhadores da indústria das flores	UNTRAFLORES	
2009	Setembro	Marcha na Colômbia contra Hugo Chávez	Sem informação	
2009	Setembro	Mobilização nacional e internacional contra o acordo militar entre a Colômbia e os Estados Unidos	Sem informação	CUT, CGT e PDA
2009	Outubro	Protesto frente às promotorias da justiça e embaixadas da Colômbia contra a criminalização da oposição e o pensamento crítico	Sem informação	
2009	Outubro	Jornada Mundial pelo Trabalho Decente	Sem informação	
2009	Outubro	Minga de Resistência Social e Comunitária	Indígenas do Cauca	
2009	Outubro	Greve de professores	FECODE	

Ano	Mês	Tipo de protesto	Movimento que organiza	Apoio da CUT, CGT ou PDA
2009	Outubro	Protestos dos estudantes universitários contra a reforma à educação	Estudantes universitários	
2009	Dezembro	Sequestro do governador do Caquetá, sudeste da Colômbia, pelas FARC-EP	FARC-EP	
2010	Fevereiro	Marcha contra os decretos da emergência social	Sem informação	
2010	Fevereiro	Mobilização pelo direito à vida ¹⁰⁷		CUT, CGT e PDA
2010	Março	Greve de motoristas em Bogotá	Empresários	
2010	Abril	Jornada nacional de mobilização contra os decretos de emergência social, o TLC, o “Estado Comunitário”, o acordo militar com os Estados Unidos, o desemprego, a corrupção e as problemáticas dos diferentes setores de trabalhadores	GCD	CUT, CGT e PDA

¹⁰⁷ Tinha como objetivos: “pedir a derrogatória dos decretos da emergência social, rejeitar as bases militares estadunidenses, denunciar a impunidade nos casos do assassinato de cidadãos inocentes por membros das forças armadas, exigir a aplicação do aumento salarial do 4% aos trabalhadores estatais estipulado na Lei de Orçamento Nacional, denunciar a violação das liberdades sindicais e chamar à sociedade colombiana a se opor à reeleição do presidente Uribe.” (ROBLEDO et al. 2010, tradução nossa).

Ano	Mês	Tipo de protesto	Movimento que organiza	Apoio da CUT, CGT ou PDA
2010	Abril	Mobilização dos produtores de milho	Apoio de: Federação Nacional de Cultivadores de Cereais e Leguminosas (Fenalce), a Associação Nacional de Usuários Camponeses (Anuc) e a Associação Nacional pela Salvação Agropecuária	
2010	Maio	Marchas nacionais pelo Dia do Trabalhador		CUT, CGT e PDA

ANEXOS

ANEXO A – Mapa político da Colômbia



Fonte: www.google.com